

AGAMENON MAGALHÃES

Uma estrela na testa e um mandacaru no coração

Copyright © Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
www.alepe.pe.gov.br

Diretor Geral
Luiz Carlos Mattos

Diretor de Comunicação Social
José Tomaz Filho

Coordenação do Projeto Perfil Parlamentar Século XX
Angela Nascimento

Comissão Especial
Antonio Corrêa (Consultor)
Carlos Bezerra Cavalcanti
Manuel Correia de Andrade
Marc Jay Hoffnagel
Marcus Accioly
Mário Márcio de Almeida Santos

Divisão de Arquivo e de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo
Cynthia Maria Freitas Barreto

Pesquisadora
Sônia Carvalho

Revisão
Thema Comunicação

Capa
Manuel Pontual de Arruda Falcão
Rafael de Paula Rodrigues

Foto da Capa
Arquivo Fundação Joaquim Nabuco

Projeto Gráfico e Editoração
CEPE – Companhia Editora de Pernambuco

**PERFIL PARLAMENTAR
SÉCULO XX**

AGAMENON MAGALHÃES
Uma estrela na testa e um mandacaru no coração

Texto: José Adalberto Ribeiro

Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
Recife, 2001

MESA DIRETORA

Romário Dias

Presidente

Afonso Ferraz

1º Vice-Presidente

André Campos

2º Vice Presidente

João Negromonte

1º Secretário

Antonio Mariano

2º Secretário

Manoel Ferreira

3º Secretário

Jorge Gomes

4º Secretário

14ª LEGISLATURA 1999-2002

Afonso Ferraz

André Campos

Antônio de Pádua

Antônio Mariano

Antônio Moraes

Augustinho Rufino

Augusto César

Augusto Coutinho

Beto Gadelha

Bruno Araújo

Bruno Rodrigues

Carlos Lapa

Diniz Cavalcanti

Elias Lira

Eudo Magalhães

Fernando Lupa

Garibaldi Gurgel

Geraldo Barbosa

Geraldo Coelho

Geraldo Melo

Gilberto Marques Paulo

Gilvan Costa

Guilherme Uchôa

Helio Urquiza

Henrique Queiroz

Israel Guerra

João Braga

João de Deus

João Negromonte

Jorge Gomes

José Augusto Farias

José Marcos

José Queiroz

Lula Cabral

Malba Lucena

Manoel Ferreira

Marcantônio Dourado

Nelson Pereira

Orisvaldo Inácio

Paulo Rubem

Pedro Eurico

Ranilson Ramos

Roberto Liberato

Romário Dias

Sebastião Rufino

Sérgio Leite

Sérgio Pinho Alves

Teresa Duere

Ulisses Tenório

SUMÁRIO

Perfil Parlamentar Século XX	6
Prefácio	7
Sob o signo do mandacaru	8
Uma estrela na testa	11
O batismo das urnas	15
Os cabras de Cabrobó	16
O vôo da águia	18
Vamos à Revolução	22
Com a faca e o queijo	28
A emoção do Estado Novo	31
Mocambos lendários	33
O céu não é perto	36
Amigo dos amigos	37
Momento poético	38
Opção preferencial	41
Chumbo derretido	42
Cangaço	44
O tanque de guerra	45
Mandacaru não é jasmim, sertanejo não é mandarim	46
Novas emoções	47
Conspiração nos ares, nos lares e nos bares	48
Primavera democrática	50
Eleição de Barbosa Lima – 1947	53
Na hora H, a poeira levantou	56
Eles disseram adeus	59
A mística da estrada	60
Somos todos mortais	61
Bibliografia e fontes	66
Dados biográficos do autor	67

PERFIL PARLAMENTAR SÉCULO XX

A edição *Perfil Parlamentar Século XX*, pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, com apoio dos Diários Associados, é significativa, sobretudo, porque representa o destaque de nomes, da obra e da vida daqueles que, por sua atuação política nesta Casa e fora dela, se sobressaíram no Estado e no País.

A Assembléia Legislativa mostra às novas gerações, com esta publicação, a ação parlamentar de alguns de seus mais ilustres deputados ao longo de seus 166 anos.

A seleção dos parlamentares representativos do século XX foi realizada pela Academia Pernambucana de Letras, que indicou o acadêmico Mário Márcio de Almeida Santos, o Conselho Estadual de Cultura, representado pelo conselheiro Marcus Accioly, a Fundação Joaquim Nabuco, que indicou o professor Manuel Correia de Andrade, a Universidade Federal de Pernambuco, representada pelo professor Marc Jay Hoffnagel, e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que se fez presente pelo pesquisador Carlos Bezerra Cavalcanti. Este grupo de notáveis constituiu a Comissão Especial, a qual teve a consultoria do ex-deputado e presidente em exercício da Academia Pernambucana de Letras, Antônio Corrêa de Oliveira.

As reuniões que antecederam a divulgação do resultado final definiram os critérios para a seleção: que o parlamentar já tivesse falecido; atuação na Assembléia Legislativa; atuação política e profissional.

Os nomes escolhidos foram Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, Antônio Andrade Lima Filho, Antônio Souto Filho, Carlos de Lima Cavalcanti, Davi Capistrano da Costa, Estácio de Albuquerque Coimbra, Francisco Augusto Pereira da Costa, Francisco Julião Arruda de Paula, Gilberto Osório de Oliveira Andrade, João Cleofas de Oliveira, Joaquim de Arruda Falcão, José Antônio Barreto Guimarães, José Francisco de Melo Cavalcanti, Mário Carneiro do Rego Melo, Nilo Pereira, Nilo de Souza Coelho, Orlando da Cunha Parahym, Oswaldo da Costa Cavalcanti Lima Filho, Paulo de Figueiredo Cavalcanti, Paulo Pessoa Guerra, Ruy de Ayres Bello, Walfredo Paulino de Siqueira.

O Parlamento é o espaço democrático onde os cidadãos são representados pelos deputados. Esta publicação é uma homenagem àqueles que tornaram ainda mais importante o Poder Legislativo.

Serão publicados três mil exemplares de cada um dos 22 volumes, os quais serão distribuídos, majoritariamente, nas escolas e bibliotecas. A redação destes Perfis está a cargo de jornalistas profissionais, aos quais esta Casa não impôs restrições, confiando-lhes o livre exercício dos seus estilos e características pessoais.

Esta coleção interessa a estudantes, a políticos, a pesquisadores e à sociedade de um modo geral, pois nela estão contidas novas informações sobre a História de Pernambuco e do Brasil.

A iniciativa da atual Mesa Diretora da Casa de Joaquim Nabuco concretiza a determinação de que vamos deixar uma Assembléia Legislativa que seja motivo de orgulho para a sociedade que nela se vê representada.

Deputado **Romário Dias**,
*Presidente da Assembléia Legislativa
do Estado de Pernambuco*

PREFÁCIO

Por iniciativa do Poder Legislativo, surge mais um *Perfil Parlamentar do Século XX*, com o estudo de José Adalberto Ribeiro, intitulado *Agamenon Magalhães – Uma estrela na testa e um mandacaru no coração*.

O autor captou, com equilíbrio e sensibilidade psicológica, as linhas principais e mais características da personalidade forte e marcante de Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães. Tarefa difícil. O biografado, homem polêmico, despertava, ao mesmo tempo, antagonismos e dedicações entusiásticas. Verdadeiro Déspota Esclarecido, o carisma que nele existia resultava de uma autoridade moral, de mãos absolutamente limpas e da ferocidade com que caçava os corruptos.

Interventor federal, exerceu poder praticando o autoritarismo do Estado Novo. Durante oito anos como interventor e três como ministro do trabalho, seu endereço foi uma velha casa na Rua da Amizade, no Recife.

Delegado da ditadura Vargas, o antigo catedrático de Teoria Geral do Estado, homem culto, não acreditava na perenidade das ditaduras. No seu primeiro mês de governo, um dos secretários por ele nomeado achou estranho que o interventor se preocupasse em preservar a biblioteca e o acervo documental da Assembléia Legislativa, fechada em novembro de 1937, porquanto, segundo acreditava, a democracia estava morta, não voltaria jamais, sendo uma despesa inútil preservar “aquelas velharias”. A resposta de Agamenon mostra o que ele pensava a respeito dos regimes autoritários e o alcance de sua visão política: “Você se engana meu jovem, a Democracia voltará”.

De grande coragem, soube fazer frente aos poderosos, na preservação dos interesses maiores de Pernambuco. Enfrentou a prestigiosa família Simões Barbosa, ao desapropriar o Hospital do Centenário; a arrogância dos Lundgren, “donos” do município de Paulista e, sobretudo, não temeu lutar contra o então poderoso Assis Chateaubriand que queria apossar-se da Rádio Clube de Pernambuco.

Agamenon Magalhães foi a primeira voz, na fase da redemocratização, em 1946, a defender a economia e o empresariado nacional. “Esse movimento projetou-se de tal forma, que acabou sendo capitalizado na constituição de 1946 – art. 148. A Constituição de então, no capítulo Ordem Econômica e Social, consagrou a norma, em virtude da qual o legislador ordinário poderá reprimir toda e qualquer forma de abuso do poder econômico”.

Homem de honestidade ímpar, pobre, combateu, a seu modo, arrogantes latifundiários e ricos opressores. Autêntico líder, foi um dos maiores estadistas do País.

O livro de José Adalberto Ribeiro é um trabalho seminal. Contribuirá, por certo, para oferecer subsídios e sugestões para um estudo mais abrangente sobre a personalidade e a importância do maior governador de Pernambuco do século que passou.

Mário Márcio de Almeida Santos

SOB O SIGNO DO MANDACARU

O nome de batismo e de crisma é Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães. Agamenon é o nome de guerra. Na hora H, Agamenon é nome de guerra e paz. Agamenon nasceu com uma estrela de líder na testa.

Agamenonicamente, ele sonhou e viveu nas quatro estações da vida e da realidade brasileira: do marasmo da República Velha aos clarões da Revolução de 1930, das tempestades do Estado Novo à primavera da Redemocratização em 1946. Conheceu auroras e crepúsculos.

Nascido sob o signo do mandacaru, o caboclo sertanejo cantou a pedra no meio da tempestade: “Eu nasci para lutar e vencer”.

À moda do Imperador Júlio César, poderia dizer: **vim, vi e venci!**

Ele praticou na política a lição dos romanos: “**Non ducor, duco**”, não sou conduzido, eu conduzo! Conduziu a emoção de líder do seu tempo.

Era um tanque de guerra e não tinha medo de assombração: “Eu não tenho medo da guerra. Tenho medo da seca”.

-O-O-O-O-O-O-O-O-O-

Filho primogênito do juiz Sérgio Nunes Magalhães e de d. Antônia Godoy Magalhães, nasceu no dia 5 de novembro de 1893, no lugarejo de Vila Bela, hoje município de Serra Talhada, Alto Sertão de Pernambuco. A família morava numa casa verde de uma porta e quatro janelas, na Rua Grande. Futuramente a casa seria demolida para dar passagem a uma rua transversal onde se instalou a Prefeitura Municipal.

Enquanto morava em Vila Bela e atuava como advogado, o Dr. Sérgio se preparava para fazer concurso de juiz de Direito. Aprovado, foi nomeado para exercer o cargo na comarca de Jatobá de Tacaratu.

Rebobinemos o tempo para falar sobre as origens e o momento histórico em que o menino Agamenon foi nascido e criado até os 11 anos de idade. Sendo o pai um magistrado do Interior, a família tinha ascendência social naquele Sertão onde imperavam o coronelismo dos fazendeiros e chefes políticos, a pobreza da população e a religiosidade dos nordestinos.

O juiz, o padre e o fazendeiro-coronel simbolizavam o poder nos territórios do Sertão de Vila Bela e adjacências.

A paisagem política onde Agamenon Magalhães nasceu para o mundo e encarnou na política era a chamada República Velha, ou Primeira República, que vingou desde a Proclamação em 1889 até a Revolução de 1930. Eis o Brasil pós-o reino da Escravidão, sob o impacto da Revolução Industrial do começo do século XX e ainda impregnado do mandonismo dos coronéis, das oligarquias rurais e urbanas, do colonialismo cultural europeu e da cultura dos bacharéis.

O Brasil da República Velha mais parecia um grande feudo que uma grande Nação, sob o ponto de vista político, econômico e social. Remanescente do período colonial, o sistema econômico do País reduzia-se à condição de “**Plantation**”, de lavouras em grande escala que demandavam mão-de-obra intensiva, tipo café e cana-de-açúcar. Nesse caldo de cultura as oligarquias rurais mandavam e desmandavam, casavam e batizavam nos três Poderes da República. As autoridades eclesiásticas estavam mais preocupadas com a salvação das almas e em recolher o dízimo dos pecadores. **Urbi et Orbi**, para a cidade e para o mundo, Igreja e Estado faziam, a política da boa vizinhança. Assim na terra como no céu.

Praticava-se o chamado “voto a bico de pena” (voto a descoberto) e a independência entre os Poderes constituídos era apenas uma ficção. As feministas de hoje ficariam horrorizadas (e com razão) ao saber que as mulheres não votavam. Para fechar o cerco do mandonismo, havia a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional. A “verificação” consistia em validar (ou não) os votos dos candidatos para que fosse feita a diplomação dos eleitos. Mais propriamente, a “verificação” era sinônimo de manipulação. Em bom português, chamava-se “depuração de votos”.

Como parte da aliança “café com leite”, paulistas e mineiros sucediam-se na Presidência da República. A distância geográfica das Metrópoles para o Interior multiplicava o mandonismo das oligarquias.

DELMIRO NA LINHA E O TREM NA ESTAÇÃO

Uma passagem marcante na vida da família Magalhães traduz a realidade política e social daqueles tempos da dura sorte.

Corria o ano de 1905. Atuando na comarca de Jatobá de Tacaratu, o doutor Sérgio Nunes Magalhães costumava levar catataus de processos e documentos para estudar em casa. Mas, não levava desaforo para casa. O menino Agamenon bebia essas lições.

Naquele época, havia um personagem lendário, do Sertão ao litoral, o industrial Delmiro Gouveia. Com uma visão além do Brasil agrário e pastoril, preconizava a industrialização do Nordeste. Pretendia instalar uma indústria têxtil no Sertão e por isso entrou em conflito com os trustes que dominavam o setor e as oligarquias locais que os representavam, a começar pelo Governo do Estado.

Delmiro era um visionário que acreditava nas virtudes humanas, na eficiência das máquinas e no milagre do trabalho. Mas, esqueceu a maldade humana e o poder diabólico dos trustes nos labirintos da corrupção nacional. Um dia sonhou que um fio de água das cachoeiras de Paulo Afonso moveria as turbinas das hidrelétricas e iluminaria o Nordeste. O sonho só foi concretizado quase 50 anos depois, com a inauguração da Chesf.

O juiz Sérgio só conhecia a figura de nome e de fama. Era solidário com as idéias do visionário sertanejo.

Não por acaso, o combate aos trustes veio a ser uma patente registrada na vida do filho do dr. Sérgio, o futuro líder Agamenon Magalhães, o que veremos no correr destas folhas.

Caiu nas mãos logo de quem, do dr. Sérgio Nunes Magalhães, um processo contra Delmiro Gouveia!

Um belo dia, às vésperas do julgamento, o juiz recebeu um telegrama do governador, sem meia palavras: “Governo tem interesse denegação **Habeas-Corpus** cidadão Delmiro Gouveia pt Assinado governador Sigismundo Gonçalves pt”. Sem saudações.

O dr. Sérgio levou o processo para casa e queimou as pestanas no estudo dos autos. Leu e releu, pesquisou, analisou, matutou, amadureceu as idéias. Quando as pestanas já estavam bem tostadas intelectualmente, com imaginárias queimaduras de segundo grau, redigiu o telegrama e desenhou o jamegão (assinatura) a bico de pena:

“Informo V. Excia. que vg, nos termos da lei vg concedi **Habeas-Corpus** em favor cidadão Delmiro Gouveia pt Saudações. Assinado juiz Sérgio Nunes Magalhães”

Assim como não havia o telégrafo sem fio e os telegramas eram transmitidos pelos operadores das estações ferroviárias através do “Código Morse” (conjunto de sons e batidas para serem traduzidos em palavras), os magistrados também não tinham garantias constitucionais de independência no exercício das funções. Apesar da palavra dos coronéis ser garantida no fio do bigode, um fio de bigode contrariado também poderia resultar na punição de um juiz.

Aconteceu. Em represália ao gesto de independência, interpretado como sendo de rebeldia, o governador Sigismundo Gonçalves baixou um ato colocando o juiz de Direito Sérgio Nunes de Magalhães em disponibilidade, com remuneração de apenas um terço dos vencimentos.

E agora, doutor?! Com 10 filhos e a mulher para sustentar, “suspensão de ordem” pelo governador e com vencimentos reduzidos da noite para o dia, o doutor Sérgio reuniu o conselho da família e baixou a sentença: Fé em Deus e pé na estrada com destino ao Recife.

Vamos embalar os móveis para fazer a mudança da família. Uma casa bem montada e bem mobiliada de classe média dava trabalho para fazer a mudança. Lá se vão as camas e mesas de jacarandá, a cadeira de balanço do dono da casa, o oratório para as rezas nos dias de novena, o ostensório com espelho de cristal da sala de visitas, a arca de madeira de lei, a estante de livros. Nas horas vagas o dr. Sérgio Nunes descansava na espreguiçadeira, que ninguém é de ferro. Que bela cristaleira para guardar as louças de porcelana. O bule de café era revestido de ágata, feito obra de arte. Havia um petisqueiro na cozinha, muito bonito! O som da vitrola reproduz boas lembranças. As refeições eram feitas na mesa comprida com o chefe da família na cabeceira. O móvel da sala era uma marquesa, tipo de sofá ou canapé largo com assento de palhinha. Cadeiras e tamboretos se espalhavam na casa. No quarto do casal havia uma penteadeira para a dona da casa se embelezar.

Ao invés de transportar a mão de pilão e o pé de pilão de pisar o café, mais prático seria deixa-los para a vizinhança e adquiri-los a 10 mil réis no Mercado de São José no Recife. Moderno feito um shopping center da época, o mercado havia sido inaugurado no final do século passado e era freqüentado por granfinos e populares. À moda francesa, a estrutura pré-fabricada de ferro veio toda da Europa.

Hora de viajar com a mudança! O trem “Maria Fumaça” apitou na estação. O Dr. Sérgio Nunes, dona Antônia, os meninos e as meninas acenavam na janela do trem para os amigos e os vizinhos:

— Adeus, Jatobá de Tacaratu!

O maquinista deu a partida:

“Café com pão/ bolacha não/ café com pão/ bolacha não”.

A viagem até o Recife durou apenas um dia e uma noite, na incrível velocidade média de 30 quilômetros por hora. Atravessaram serras e vales e em cada estação paravam para tomar um mingau, arroz doce, comer cocadas.

— Recife, cidade lendária! Avistaram a estação de chegada.

VAMOS TRABALHAR

Há males que vêm para o bem, como se diz no popular. Hora de trabalhar, trabalhar. A formação jurídica e humanística, o espírito público, o relacionamento social e familiar fizeram o Dr. Sérgio enveredar pelos caminhos do magistério e da política partidária.

Oposição? Para convalidar o processo eleitoral “a bico de pena”, as oligarquias concediam às oposições o chamado “terço” de representação. A partir dessa brecha o juiz em recesso tornou-se deputado estadual durante três legislaturas como representante do Terceiro Distrito (Sertão) (vigorava uma espécie de sistema distrital, apesar de submetido ao “voto a bico de pena”, ou voto descoberto, não secreto), de 1906 até 1914. Nos anos 1914 e 1915 exerceu o mandato de deputado federal no antigo Distrito Federal, hoje Estado do Rio. A partir daí, entregou o bastão para os filhos. Missão cumprida.

O filho Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, irmão mais novo de Agamenon, enveredou pelos números, raiz quadrada, derivadas e tangentes. Formou-se em Engenharia. “Pegou um Ita no Norte e foi pro Rio morar”. Ganhava o pão de cada dia com as obras de pedra e cal. Depois do teorema de Pitágoras, derivou para as tangentes da política. Sérgio Magalhães Jr. exerceu dois mandatos de deputado federal pelo antigo Distrito Federal no Rio de Janeiro (de 1955 a 1960) e pelo antigo Estado da Guanabara (de 1960 a 1964). De confissão nacionalista e trabalhista, militou no PTB de Getúlio Vargas. No intervalo dos mandatos de deputado federal, disputou com Carlos Lacerda, da UDN, em 1960, o cargo de governador da Guanabara. Passou de raspão e perdeu por 20 mil votos no colégio eleitoral de 800 mil votos. O escudeiro de Getúlio, Tenório Cavalcanti, funcionou como “candidato laranja” para tirar votos de Sérgio Magalhães. Foi cassado pelo golpe militar de 64 e voltou à planície para ser perito criminal no Rio.

O filho Luiz Sérgio de Gonzaga Magalhães cumpriu uma trajetória política efêmera. Em 1934 Luiz Sérgio recebeu o batismo das urnas e foi eleito prefeito de Olinda. Nos tempos futuros do Estado Novo cruzaram-se os destinos políticos dos irmãos Luís Sérgio e Agamenon. O episódio será contado, agamenonicamente, no capítulo do Interventor e do Estado Novo. Leiam nas futuras linhas. São as linhas do futuro.

O filho Aggeu tinha dotes para a Medicina. Tornou-se professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco. Era especialista em doenças tropicais e catedrático de Anatomia Patológica.

As seis filhas foram Rosa (Dona Santa), Tereza, Djanira, Zuleick, Auxiliadora e Aracy.

Dona Aracy casou-se com o primo Severino Magalhães, de Serra Talhada. O casal teve três filhos, entre eles o juiz Francisco Solano de Godoy Magalhães, que veio a ser presidente do Tribunal Regional do Trabalho no Recife.

Dona Auxiliadora tornou-se freira, a Madre Lucila. Tornou-se superiora do Colégio N. S. das Graças, pertencente à Ordem do Colégio das Damas, em Vitória de Santo Antão.

Duas irmãs casaram-se com dois irmãos. As irmãs Djanira e Zuleick casaram-se com os irmãos Paulino e Pedro Malheiros, ambos comerciantes e empresários, e fixaram residência em Goiana, terra dos guiamuns. Djanira era a esposa de Paulino e Zuleick, a costela de Pedro.

A Dona Deja era tida com dotes de adivinhação. Vaticinou que vários sobrinhos fariam carreira brilhante na política. Adivinhou que um dos filhos de Dona Santa seria eleito governador. E foi.

Dona Rosa (Dona Santa) casou-se com o Dr. Odorico Melo, coletor de impostos, e teve nove filhos: Naída, a primogênita, Olímpio Jáder, Luiz, José, Agamenon, Geraldo, Maria das Graças, Lucila e Roberto, o caçula eleito governador de Pernambuco, para cumprir a adivinhação.

Dona Tereza Magalhães Vieira, a Tia Iaiá da família, casou-se com o engenheiro da Rede Ferroviária Federal, Aderbal Vieira, e teve três filhos. A família morava em Olinda.

Aqui nos despedimos da árvore dos Magalhães e começamos a acompanhar a trajetória da figura central – Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães.

UMA ESTRELA NA TESTA

Dos grotões sertanejos aos tapetes vermelhos do poder no Recife e no Distrito Federal, Agamenon Magalhães deixou uma marca indelével em sua trajetória neste vale de lágrimas, de sonhos e alegrias. À moda do Imperador romano Júlio César, ele cantou a pedra: **Vim, vi e venci!**

Quem era esse menino sertanejo que nasceu com a estrela de líder na testa? Quem é você, caboclo Agamenon?

“Sou da quinta geração dos Magalhães que fundaram fazendas e a povoação de Serra Talha, a série de picos, cortes, escavados e boqueirões, que convulsionaram e dão grandeza à planície do Pajeú, naquele trecho feliz da terra seca do Nordeste.

“O português Agostinho Nunes de Magalhães levantou ali os primeiros currais e construiu as primeiras casas. Depois vieram os Pereiras do Ceará, os Carvalho, que se fixaram na barra do Exu, formando-se, dess’arte, os troncos das três grandes famílias de Vila Bela, que hoje tem o nome de Serra Talhada.

“Aí luziram em trabalho, feitos e riquezas, os três maiores fazendeiros do Sertão pernambucano. Braz Magalhães, da fazenda Saco, Andreilino Pereira, depois Barão do Pajeú, da fazenda Pitombeira, e Antônio Alves de Carvalho, da fazenda Exu. Braz Magalhães (o meu bisavô) foi o mais inteligente, mais pacífico, mais construtor e mais humano de todos eles. Fundou a sua fazenda, nos escavados da Serra Talhada, fechando o boqueirão, por onde passava o riacho Abóbora com uma parede de pedra e cal, obra de pertinácia e visão, que concluiu em 1848.”

Assim falou o menino sertanejo que um dia virou interventor de Pernambuco nomeado pelo presidente Getúlio Vargas no regime de exceção do Estado Novo, ao escrever artigo publicado no seu jornal **“Folha da Manhã”** em 31.08.1940.

Filho de peixe é peixinho. Filho de magistrado e deputado é o que? O dr. Sérgio queria que o adolescente Agamenon fosse padre ... monsenhor ... bispo ... cardeal, enfim, que seguisse a carreira eclesiástica. A Igreja exercia grande influência na organização das famílias. O vértice da pirâmide social era formado por figuras representativas das oligarquias (o coronel, o chefe político, o fazendeiro), um militar, um religioso, um bacharel. A revolução industrial apenas começava a florescer, daí a pequena burguesia, os setores do comércio e da indústria eram incipientes na representação social.

Honraria era ter um padre na família, melhor ainda se fosse um bispo ... arcebispo... cardeal ... Com fé em Deus, o céu é o limite. Dom Agamenon Magalhães seria um nome pomposo. Assim como os pais de hoje estimulam os filhos a dominar a informática e a falar o Inglês para seguir o exemplo de Bill Gates, as famílias de antigamente sonhavam com o filho estudante no seminário para se tornarem príncipes da Igreja, falar grego e latim. **Deo Gratias.**

Pelo santo se beija o altar, dizem os mais velhos em sinal de respeito. Lá se foi o adolescente Agamenon estudar no Seminário de Olinda, em regime de internamento, claro. Melhor ainda que o ensino no seminário era grátis e da melhor qualidade. Durante dois anos, o jovem queimou as pestanas com o ensino das chamadas humanidades, o ensino puxado de geografia, história, matemática, álgebra. No português os seminaristas quebravam a cabeça para fazer a análise sintática dos versos das Lusíadas de Camões. Iniciação às declinações em Latim – o ablativo, vocativo... **Orater, frater!** Orai, irmãos!

Reverenciado pelos seus dotes espirituais e saberes humanísticos, Dom Luís Raimundo da Silva Brito era naqueles idos de 1906 o bispo da Arquidiocese de Olinda e Recife e, como tal, superior do Seminário olindense. A figura exemplar do religioso e do humanista cativou o coração e a mente do menino Agamenon. Ele recorda a figura paternal e cristã do bispo, ao fazer a saudação entre alas dos meninos: “Minhas esperanças!”. São palavras comoventes do adulto Agamenon ao evocar a figura de Dom Luís: “Ele nos chamava para conversar sobre coisas profanas ou santas. Mostrava-nos as velhas palmeiras, o mar verde de Olinda, contando histórias e explicando as parábolas do Evangelho. Ficava horas magníficas a irradiar doçura e saber, deixando-nos mais enamorados da terra e do céu”.

O menino Agamenon recebeu a primeira Comunhão das mãos de Dom Luís de Brito e rendeu-lhe sentimento de gratidão e fé.

Vindo de Serra Talhada, o seminarista noviço, apesar de rebelde, iniciou-se no convívio com a fina flor da intelectualidade clerical e dos jovens feito ele que, ao invés de assumir os votos do sacerdócio, haveriam de optar por uma carreira no mundo jurídico, no jornalismo, no magistério, para brilhar nas profissões liberais em geral.

Foto da época, onde aparecem mais de 50 seminaristas, registra o noviço Agamenon ao lado do futuro bispo de Nazaré da Mata, Dom Ricardo Vilela; o cônego Getúlio Cavalcanti; cônego Olímpio de Melo (futuro prefeito do Distrito Federal), padre Donino Costa Lima; padre e educador Felix Barreto, futuro professor Olímpio Menezes; jurista Temístocles Cavalcanti; historiador Gaston Manguinho; jornalista Aníbal Fernandes (Assim como Agamenon pontificou na política regional e nacional, Aníbal Fernandes tornou-se figura exponencial do jornalismo em Pernambuco nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Os dois ex-seminaristas ficaram em trincheiras opostas) É de

potência a potência. Compenetrados, como convém, todos posam com a mão direita no peito em sinal de reverência aos superiores para a posteridade.

Imaginem uma aula de seminário na época:

— Aluno Agamenon!

— Presente!

— Quais as três virtudes teológicas?

— Fé, esperança e caridade.

— Muito bem. Vamos fazer a análise sintática, sintética, morfológica de versos dos “Lusíadas”:

“As armas e os barões assinalados/ que da ocidental praia lusitana/ por mares nunca dantes navegados/ passaram muito além da Taprobana/ em perigos e guerras esforçados/ mais do que prometera a força humana/ e entre gente remota edificaram/ novo reino, que tanto sublimaram”.

Espírito pragmático e mais atento à realidade social, o jovem Agamenon com certeza não tinha muito interesse em navegar nessas praias poéticas. A vocação sacerdotal do jovem Agamenon esgotou-se no ofício de coroinha. Durou apenas dois anos a imersão religiosa do noviço Agamenon no Seminário de Olinda. Mesmo assim, a religião tornou-se uma marca indelével na sua formação humanística.

Em tempo de reminiscências, o noviço rebelde confessaria:

“Nos dias em que não há expediente, a minha alegria é igual à alegria dos colegiais. Fujo do Gabinete, como fugia outrora da gramática e da álgebra, procurando outras emoções”.

Agora, como diria Camões:

“Cesse tudo o que a musa antiga canta/ que outro valor mais alto se levanta”.

Do seminário de Olinda, Agamenon foi transferido com armas e bagagens para o tradicional Ginásio Pernambucano, plantado à beira do Rio Capibaribe na Rua da Aurora. As armas, naturalmente, eram as canetas, lápis, régua e compasso; a bagagem, os livros, cadernos, alfarrábios em geral. Década de 1900, desfrutava do merecido conceito de celeiro das excelências intelectuais de Pernambuco. Para ser “lente” do Ginásio Pernambucano (“lente” é sinônimo de professor, no sentido mais clássico ou erudito), o candidato precisava apresentar tese e ser aprovado por uma banca examinadora formada pela elite da inteligência local.

Agamenon concluiu em 1911 o chamado curso de Humanidades no Ginásio Pernambucano. Aquela também tornou-se a sua casa e o seduziu para o magistério.

GEOGRAFIA HUMANA

Já homem feito, em 1922, aos 29 anos, apresentou tese sob o tema “O Nordeste brasileiro (o habitat e a gens)”, com a qual conquistou o cargo de titular da cadeira de Geografia. Aprovada com louvor, a tese mereceu o seguinte comentário da comissão julgadora: “Sobressai em originalidade, vigor de argumentação científica, método bibliográfico, apreciações pessoais, clareza e orientação filosófica, tal como hoje se exige nos estudos modernos da Geografia”.

Vamos visitar a geografia humana do personagem.

O pensamento agamenônico a respeito de geografia, clima, raças, seca e o sertanejo nordestino está descrito nas seguintes coordenadas mentais por ele reveladas:

“Não há raças superiores. Há raças contingentes aos climas. Se a hereditariedade fixa, a adaptação modifica. Eis a grande lei biológica, contra a qual estão esbarrando as neo-teorias cezaristas que procuram criar mitos, como motivos de exaltação do espírito de conquista e expansão política”.

“Nordeste e seca” foi um belo artigo que escreveu em 1938 e do qual sintetizamos os seguintes pontos:

“Sertanejo e sertanista eu sentia, na capital da República, na praia de Copacabana e, no Recife, na praia de Boa Viagem, diante do mar e do luxo das avenidas, a nostalgia do Pajeú, sem água e com o seu leito de areia faiscando ao sol quente do deserto, eu sentia saudades do São Francisco com as suas águas verdes claras, correndo estrangulado nas gargantas das serras quebradas e abatidas pela erosão, ou abertas e aos pedaços, atiradas ao longe pelas convulsões geológicas.

Foi o quadro que eu vi ao nascer. O meu cenário de infância.

Feito homem, as reminiscências da paisagem torturada não abandonaram mais o meu espírito.

O primeiro trabalho que escrevi foi sobre o “habitat” e a gens do Nordeste”.

E fala sobre o Nordeste:

“O Brasil, sem os seus contrastes geográficos, não seria essa afirmação de grandeza e de unidade, desafiando o homem para vencer a terra e adapta-la ao seu destino.

Regiões úmidas, planícies, altitudes, tabuleiros áridos, distâncias, rios secos e rios-mar, matas e espinhos, florestas e terras sem vegetação, todos os climas, enfim, para atrair o homem, lançando-o em todas as aventuras e despertando-lhe o desejo de construir uma civilização ou, de viver, eis o “facies” geográfico do nosso País.

Há contradições até da própria terra. Nesse nosso Nordeste, por exemplo, um ano é de fartura e outro de fome. Aqui a terra é um perigo. É uma emboscada. Não faz nunca as pazes com o homem. Parece às vezes a Terra

da Promissão. Até os cactos dão fruto. Fruto e flor. Flores e mel para as abelhas. É um engano, porém, que dura pouco. Quando menos se espera, estancam as fontes, os leitos dos rios secam, as folhas caem e o sol queima o resto. Parece que a terra não se move mais em volta do sol. S'p há uma estação no ano. A vida, então, não é mais possível. E o homem? Esse foge com a rede nas costas, mais brasileiro ainda, mais nordestino do que nunca, para as outras regiões do Brasil. O milagre da nossa unidade está precisamente nos contrastes da terra, nas atrações dos abismos e das regiões, na diversidade dos climas, que processam as misturas das populações nacionais. O Nordeste é, por isso, o dinamismo geográfico, racial e histórico da nossa formação política” (11.04.1942).

Criatura do Sertão, você tem medo de que, caboclo Agamenon, neste mundo de Deus?

“Não tenho medo da guerra. Tenho medo é da seca. Quando recebo um telegrama do Sertão, dizendo que está chovendo, fico vendo tudo cor de rosa. Fico otimista. Quando as notícias que me chegam são de que o sol está queimando tudo e o gado magro e os cereais rareando e subindo de preço, fico, então, em pânico. O flagelo da seca é o perigo, talvez o único perigo, que abate o ânimo do nordestino. Os outros não valem nada diante dele. Guerra é briga e o caboclo do Nordeste gosta de briga, não leva desafio para casa.

Oliveira Viana, em palestra sobre o homem brasileiro, dizia-me que o nordestino é o mais hospitaleiro, mais manso, mais confiante quando não era ofendido ou provocado. Se lhe pisassem nos calos, a réplica seria fulminante. O homem pacífico transformava-se imediatamente num guerrilheiro invencível. Citava, então, episódios da restauração pernambucana e de atitudes dos homens públicos do Norte.

O grande sociólogo brasileiro, que é um homem do Sul, acentua sempre os contrastes regionais, defendendo a nossa formação étnica e da unidade política do Brasil. É exato e profundo nas suas observações. Esta, por exemplo, sobre o homem do Nordeste, é perfeita.

O nordestino é um homem que luta, que tem reservas morais inesgotáveis. Esse homem armado é o maior soldado do mundo. Provocá-lo será sempre uma temeridade”. (22.02.1942).

Vamos dar um salto da geografia para a história a fim de conferir o resgate de uma dívida da memória para com a escola onde estudou. Ao exercer o cargo de Interventor do Estado, em 1943, Agamenon convocou o professor Olívio Montenegro para escrever as “Memórias do Ginásio Pernambucano” e saúda a iniciativa com entusiasmo:

“Creio que não se pode escrever sobre o ensino e mesmo sobre a cultura brasileira, sem conhecer a história do Ginásio Pernambucano. Não se tinha ainda escrito essa história. É o que o professor Olívio Montenegro acaba de fazer, publicando “Memórias do Ginásio Pernambucano. É um trabalho de pesquisa ordenado, ágil e sugestivo. O leitor não se perde na teia dos fatos, datas, regulamentos e reformas. Olívio desenha os cenários, movimenta as figuras dos grandes professores, interpreta os fatos e o espírito das épocas, faz crítica, com interesse humano e social. Memórias do Ginásio começam em 1825 e vão até 1942. Mais de um século a vida do nosso instituto, que surgiu com o Liceu Provincial, resistindo a todas as crises, mantendo a tradição de honestidade nos exames e no ensino, sem fugas, nem quedas, desde Lopes Gama a Aníbal Fernandes”.

O PULO ACADÊMICO

Do Ginásio Pernambucano para a Faculdade de Direito foi um pulo. O pulo acadêmico aconteceu em 1912. De degrau em degrau na famosa “Casa de Tobias”, Agamenon bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, turma de 1916. Cumpriu trajetória regular como estudante de Direito, sem maiores altos e baixos. A crônica da época registra que Agamenon era “um moço dedicado aos livros, infenso à vida boêmia da estudantada do seu tempo”. (Nos tempos do romantismo e da Abolição da Escravatura, a “Casa de Tobias” e também “Casa de Castro Alves” tinha seus discípulos mais dedicados à boêmia e à poesia que às letras jurídicas).

O líder político começou a ser forjado nas batalhas acadêmicas de um mundo em efervescência. O jovem bacharel Agamenon viveu um tempo singular de gestações e mudanças. O mundo girava sob o signo da Revolução Industrial do começo do século XX. No Brasil, a República Velha aprofundava seus conflitos sob o governo do presidente Venceslau Brás. Imperava a política do “café com leite”, com as oligarquias paulistas e mineiras sucedendo-se no Poder central. Esses conflitos irradiam-se nos meios estudantis, políticos e intelectuais. Mas, primeiro viver, depois filosofar, já ensinavam os latinos.

Eis a turma de jovens bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Recife, ano de 1916, tendo como Paraninfo o Dr. Octávio Hamilton Tavares Barreto:

Ademar de Freitas Bastos

Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães

Américo Netto do Rego Cavalcanti

Aníbal Gonçalves Fernandes

Antônio Pires da Costa Cirne

Arnon Bezerra de Albuquerque

Augusto Pereira da Costa

Augustinho da Silva Filho

Boaventura Tavares de Lima
Cícero Cavalcanti Feitosa
Clóvis de Barros Wanderley
Eugênio de Oliveira Antunes
Felipe Correia de Oliveira Andrade
Flávio Meireles Ribeiro de Castro
Francisco Duarte de Lima
Garcilazo Veloso Freire
Hermínio de Paula Castro Barroca
João Lapenda
João Rodrigues da Fonseca
João Tavares da Silva,
José Ignácio Carneiro Filho
José Marcolino Silva Filho
José Luis de Sá Fonseca,
José Ribeiro de Castro
José Saldanha de Araújo
Manoel Guedes Alcoforado
Mário Augusto da Silva Guimarães
Nabor Bezerra Cavalcanti
Nestor de Souza Monteiro
Olavo Oliveira
Oscar de Macedo Cavalcanti
Oscar Gonçalves Tavares de Melo
Pedro Xavier Bastos
Raymundo dias de Freitas
Rodolpho Santa Cruz Oliveira
Sérgio Loreto Filho
Theodulo Pio Valença

O orador da turma foi Aníbal Fernandes. Este dedicou-se ao cultivo da cultura francesa e tornou-se um expoente do jornalismo pernambucano, como já foi dito no capítulo do Seminário de Olinda. Sobrevive como uma lenda do jornalismo. Sérgio Loreto virou praça nas nascentes da Av. Imperial e Rua Imperial e o sobrenome Loreto rima com o coreto da praça. Agamenon virou avenida, ruas, praças, hospital, escolas, centro social. Ficou incrustado na memória popular. Incorporou-se à paisagem de Pernambuco. Outros menos ilustres cumpriram a sina que Deus lhes deu e permanecem vivos na memória dos seus descendentes e entes queridos. E a vida continua.

UM CANUDO NA MÃO

Com o canudo de bacharel na mão, precisava ganhar o pão e o leite de cada dia, casar e constituir família. O jovem bacharel em Direito é nomeado promotor público da Comarca de São Lourenço da Mata, na Zona da Mata de Pernambuco. Esta foi a sua primeira atividade profissional. Ao colocar em prática seus conhecimentos jurídicos, revelou-se zeloso cumpridor dos deveres e protetor da lei, com apurado senso de justiça e do bem social. Ser promotor público é uma nobre missão, sem dúvida. O principal requisito é que a pessoa seja vocacionada para o cargo. A tarefa dos promotores consiste em enquadrar os réus nas penas da lei, ou melhor, fazer a defesa da sociedade, como dizem os juristas. Se tivesse vocação para o ofício, poderia dedicar-se e fazer carreira como promotor público. Mas, a Promotoria Pública de São Lourenço da Mata era pequena demais para os sonhos de Agamenon. De há tempos já estava de olho na política, sua vocação irrecusável. Exerceu apenas durante um ano, em 1917, o cargo de promotor. Ficou noivo de Dona Antonieta Bezerra Cavalcanti (Dona Antonieta Magalhães) em 1918 e casaram-se em julho do ano seguinte. O casal foi morar inicialmente na Rua do Aragoão. Na década de 1930 o aconchego da família transferiu-se para a Rua da Amizade, nº 141 - Graças, bairro de classe média do Recife, onde hoje existe o edifício residencial “Argos”. São os seguintes os descendentes diretos do casal Antonieta-Agamenon Magalhães: Paulo Germano, Teresa, Maria Letícia e Maria do Carmo.

O primogênito Paulo Germano tornou-se diretor-secretário e depois diretor-presidente da “Folha da Manhã”. Foi deputado estadual e deputado federal, seguindo a trilha do pai como integrante da Comissão de Constituição e Justiça. Atuou como procurador jurídico do antigo Estado da Guanabara. Teresa casou-se com o Comandante da Marinha Nacional, Francisco de Souza Maia, morando no Rio de Janeiro. Maria Letícia casou-se com o industrial Antônio Carlos de Menezes, do ramo têxtil. Maria do Carmo é esposa do empresário, ex-deputado, ex-secretário de Estado e ex-ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho. A mãe de Agamenon, D. Antônia, faleceu em 1918 e o pai, Dr. Sérgio, em 1921.

O BATISMO DAS URNAS

Pelas mãos do governador Manoel Borba ingressa no Partido Republicano Democrata (PRD) e conquista o primeiro mandato eletivo como deputado estadual em 1918. Foi o batismo das urnas. A Legislatura vai de 1919 a 1921. Em termos eleitorais, esta foi a primeira de uma série de vitórias e o ponto de partida de uma trajetória ascendente na política regional e nacional.

Naqueles idos da República Velha os deputados eram eleitos pelo chamado “voto a bico de pena”, o voto aberto, para um mandato de três anos. (O voto secreto só vingou com o advento da Revolução de 1930). Os candidatos eram votados nos Distritos Eleitorais e havia uma Comissão de Petição e Poderes no Poder Legislativo do Estado para confirmar os eleitos.

A Comissão de Petição e Poderes funcionava feito uma peneira para analisar argumentos sobre irregularidades e nulidades. Na realidade, funcionava o poder de arbítrio para “depurar” adversários do poder.

Entrosado nos círculos políticos, nesse tempo Agamenon freqüentava a casa de Manoel Borba, por existir amizade entre as duas famílias. Construía seus próprios caminhos. Nesse mandato de estréia ocupa a 1ª. Secretaria da Assembléia Legislativa. Este era um cargo de relevo que traduzia suas habilidades políticas em meio às lideranças. Navegava com o vento a favor, por ser deputado do partido do governador Manoel Borba.

Como 1º secretário, conduzia as votações na Mesa Diretora. Apresentava pareceres a projetos. Encaminhava propostas dos parlamentares às Comissões Técnicas.

A vida é um fator local, já dizia Shakespeare. Ao mesmo tempo o mundo sempre foi uma aldeia global. Portanto, convém pensar na aldeia com os olhos e ouvidos no mundo.

Final da década de 1910, Revolução Industrial em ebulição, um dos primeiro projetos apresentados por Agamenon no Congresso Legislativo propunha a isenção de impostos, durante cinco anos, às indústrias que se estabelecessem em Pernambuco. A isenção dependeria da assinatura de um contrato com cláusulas estabelecidas pelo Tesouro estadual. Muitas águas rolaram, muitas máquinas se ligaram, muitos industriais andaram à procura das isenções e muitos operários trabalharam nos primórdios da era industrial. A idéia inicial de isenção de impostos favorecia os Estados que tivessem melhores condições de infra-estrutura. Depois, o processo de industrialização tornou-se mais complexo. As guerras fiscais ainda hoje existem em todo o mundo e motivam a intervenção do Poder central.

Um olhar sobre o Interior: Agamenon propõe que o Governo do Estado destine a quantia de 20 contos de réis para a construção de uma cadeia pública no município de Vila Bela (lugar onde nasceu, atual município de Serra Talhada).

E os habitantes de Bom Conselho, de Afogados da Ingazeira e São Lourenço da Mata também são filhos de Deus. “Fica o governador do Estado autorizado a despender até 30:000\$000 (trinta contos de réis) com a construção de uma ponte sobre o riacho Lava-pés, em Bom Conselho”. Projeto do mesmo teor reserva 20 contos para a construção de uma escola em Afogados da Ingazeira e quantia não fixada para uma ponte em São Lourenço da Mata.

Do diretor ao jardineiro, os servidores do Congresso Legislativo de Pernambuco passavam pelo crivo da 1ª. Secretaria, através da Comissão de Polícia. Publique-se no Diário Oficial: o ordenado do diretor é de 8 contos e 640 réis; arquivista e bibliotecário, 6 contos; oficial escriturário, 3 contos e 600; auxiliar de arquivo, 3 contos; contínuos, 2 contos; carteiro, 1 conto e 800; servente, 1 conto e 200; porteiro, 4 contos de réis; jardineiro, 1 conto e 800 réis.

A distância entre o ordenado do diretor e do jardineiro era menos de cinco vezes. Já não se fazem ordenados de diretores e jardineiros como antigamente.

OS CABRAS DE CABROBÓ

Cabrobó é uma cidade pequena, porém decente. Fica no Sertão do Moxotó, onde o vento faz a curva para o Sertão do São Francisco. O município quase mudou de nome nos idos de 1923. Um deputado chamado Pacífico da Luz não gostava do nome amatutado de origem tupi-guarani e apresentou projeto para o município passasse a ser chamado de Belém, igual ao da capital do Pará e o lugar onde Jesus Cristo nasceu. Mas, o que têm a ver as terras santas da Galiléia com as caatingas do Sertão?!

Alto lá! protestou o secretário perpétuo do Instituto Arqueológico, jornalista Mário Melo. Assim como detestava futebol e tinha lá suas razões, Mário Melo adorava o folclore e as tradições culturais nordestinas. Geógrafos, etnólogos e filólogos estiveram reunidos durante o V Congresso Brasileiro de Geografia, na capital São Salvador, da Bahia, cidade chamada de todos os santos e de quase todos os pecados, e aprovaram moção de protesto contra a mudança de nome.

O caso foi parar nas mãos do deputado Agamenon Magalhães. Mário Melo provou por Ca, + Bro + Bó que o nome indígena quer dizer “a árvore do urubu” ou “urubu do mato”, ou “guerra”. O povoado foi criado pelos índios e que fosse preservada a memória daqueles que habitaram nossas terras antes de Pedrálvares Cabral.

Agamenon acatou os argumentos de Mário Melo e intercedeu junto ao deputado Pacífico da Luz para que a proposta fosse retirada de pauta. Celebrou-se a paz entre Pacífico, os descendentes dos índios, o valente Mário Melo e o Interventor Agamenon.

Os cabras de Cabrobó ficaram felizes da vida e passaram um telegrama agradecendo os bons ofícios de Mário Melo e Agamenon.

INTRÉPIDOS PORTUGUESES

O almirante Gago Coutinho e o comandante Sacadura Cabral eram dois aeronautas portugueses que em 1922 fizeram a travessia aérea de Lisboa ao Rio de Janeiro, a primeira entre a Europa e a América do Sul, a bordo de um Fayre de 350 cv. A novidade é que eles utilizaram técnicas inovadoras de navegação aérea, no tempo em que os instrumentos de aviação eram apenas as bússolas. Criam o chamado “horizonte artificial” para calcular distâncias e coordenadas aéreas.

Pernambuco saudou o feito dos portugueses com palavras eloqüentes de Agamenon à moda do poeta Camões:

“A Câmara dos Deputados do Estado, representante legítima do povo pernambucano, exulta e cobre de aplausos o arrojo dos dois intrépidos portugueses que, no momento atual, cortando os ares nunca dantes devassados, bem mostram que descendem dos que sulcaram os mares nunca dantes navegados”.

PÉROLA PARLAMENTAR

Há pérolas na vida parlamentar. Deputado não bate ponto. Não cumpre expediente. Não tem patrão. O patrão do deputado é o povo, uma entidade sem muito prestígio. Deputado é dono do seu próprio nariz. Ou é livre feito um táxi, quando é guiado pelo senso de dever.

Um belo dia, 20 de setembro de 1919, o 1º. secretário Agamenon Magalhães recebeu um Ofício de Sua Excia. o congressista Pedro Tavares comunicando não poder comparecer à sessão por motivo de força maior. Em obediência ao Regimento, o comunicado foi posto em discussão e não havendo quem se pronunciasse a respeito, a comunicação foi acatada e publicada na Imprensa Oficial.

A pérola fica por conta do estilo “Caxias”, como dizem os soldados, do deputado Pedro Tavares, ao apresentar justificativa formal em razão de uma dia de ausência no Congresso Legislativo.

Em matéria de assiduidade, o nobre deputado Pedro Tavares poderia freqüentar com louvores a Câmara dos Lordes da Inglaterra. Era muito lorde.

RITUAIS PARLAMENTARES

Desde os tempos do Brasil Colônia sob o domínio de Portugal, este País sempre foi um celeiro de bacheleiros e barnabés. Mesmo para as categorias mais elitizadas da administração pública, os direitos sociais dependiam de concessões do poder (a legislação trabalhista, conforme já foi relatado, começou a tomar corpo depois da Revolução de 1930 e no Estado Novo de Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães depois de 1938).

Servidor que se tornar inválido no exercício da função, tem direito a aposentadoria?

“O Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco resolve:

Art. 1º. (...)

Art. 2º. – O Oficial da Recebedoria que se invalidar no serviço público, em consequência de acidente ocorrido no exercício de suas funções, será aposentado com os vencimentos integrais que estiver percebendo, se já contar dez anos de efetivo exercício.

Parágrafo único – Quando a invalidez prevista no artigo anterior sobrevier antes de decorrido aquele tempo, a aposentadoria será concedida com dois terços dos vencimentos.

Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das reuniões, em 10 de abril de 1919 – Agamenon Magalhães, Alberto Barreto, Xavier Sobrinho, Antônio Ramos Valença, Octávio Guerra”.

A condição do Estado como Poder centralizador é diretamente proporcional à sua capacidade de conceder benesses ou subtrair direitos. O Ginásio Pernambucano nas décadas de 1910 e 1920 era uma instituição com **status** de Secretaria. Como tal, os pedidos de licença dos “lentes” (professores) eram submetidos à aprovação do Congresso Legislativo do Estado. O lente de Geografia, Agamenon Magalhães, cuidava do assunto com carinho.

“Submetido à segunda discussão, o projeto Nº 2 do corrente ano, licença a um lente do Ginásio Pernambucano, é aprovado sem debate”.

No primeiro mandato, de 1919 a 1921, o deputado estreante familiarizou-se com os rituais parlamentares. Fez o reconhecimento do terreno sobre a realidade e o mito do Congresso Legislativo. Tramitação de projetos, requerimentos, normas regimentares — essas ferramentas compõem a máquina legislativa. A convivência com os pares, diferenças partidárias, o jogo de poder, relacionamento com o Governo do Estado, interação com o eleitorado e com a sociedade – essa é a alma das Casas Legislativas.

A preparação para o vôo da águia começou na segunda legislatura estadual, de 1922 a 1924. Foi a legislatura dos projetos sociais. O vazio da legislação social estimulava as idéias reformistas naquela década em que os intelectuais faziam a Semana de Arte Moderna (1922), em São Paulo, inspirada nos valores culturais brasileiros e para se contrapor aos modismos europeus, e no campo político era criado o Partido Comunista, de inspiração internacionalista a partir da Revolução Bolchevique de 1917 na Rússia, em meio à classe operária emergente. Enquanto a poesia, a literatura, a pintura e as artes em geral festejavam as cores, os ritmos e o sotaque da brasilidade, os discípulos do marxismo-leninista faziam a apologia da ditadura internacional do proletariado (as ondas do comunismo e seus derivados banharam os cinco continentes, seduziram cabeças e corações no século XX e só se desmancharam feito espuma em 1989 com a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento dos castelos de areia chamados de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sob o comando da Rússia. Mas, essa é outra história). A Comissão de Petição e Poderes, “à vista dos diplomas que lhe foram presentes e na ausência de quaisquer contestações e protestos”, aprovou a lista dos 30 “deputados líquidos” da undécima (11ª.) Legislatura: Arthur Lundgren, Ramos Valença, Ângelo de Vasconcelos, Agamenon Magalhães, Siqueira Campos, Júlio Tavares, Afonso Ferraz, Benjamin Azevedo, Domingos Tenório, Eurico Chaves, André Gomes, Cunha Rabelo, Pereira da Costa, Sabino Pinho, Loyo Neto, Bezerra Filho, Faria Neves, Lourenço de Sá, Gomes Porto, Mário Domingues, Octávio Tavares, Braz Bezerra, Manoel Ramos, Rego Barros, Carlos Cavalcanti, Souto Filho e Armando Gayoso.

Agamenon foi reeleito para ocupar a 1ª. Secretaria. Aconteceu um episódio inusitado no Congresso Legislativo de Pernambuco em 7 de julho de 1922. Contados os votos nos distritos do Interior e da Capital, o Dr. José Henrique Carneiro da Cunha é proclamado governador eleito do Estado para o quadriênio de outubro de 1922 a outubro de 1926 (nos termos da legislação, o mandato do governador mudou de três para quatro anos). O decano eclesiástico Pereira Alves, que assiste à sessão na galeria nobre, dirige-se à Mesa e apresenta mensagem do recém proclamado governador eleito Dr. José Henrique Carneiro da Cunha. Diz o ofício: “Exmo. Sr. Presidente do Congresso Legislativo do Estado: Comunico a v. excia. que nesta data renunciou o cargo de governador do Estado, para o qual acabo de ser reconhecido e proclamado. Assinado, José Henrique Carneiro da Cunha”¹. Renúncia é ato unilateral que não pode ser questionado e o ato foi aprovado por unanimidade. Foi o mais breve mandato de governador da história de Pernambuco. Nova eleição para governador é realizada em 5 de setembro de 1922. O Dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto obtém a soma expressiva de 32,598 votos, é proclamado eleito e toma posse como governador do Estado no dia 18 de outubro do mesmo ano.

¹ O governador-relâmpago José Henrique Carneiro da Cunha faleceu em 1944 e mereceu uma bela crônica do então Interventor Agamenon Magalhães, da qual transcrevo alguns tópicos:

“Conheci José Henrique no engenho Pedra, mas minhas peregrinações de estudante pela Zona da Mata. Esse homem de estirpe impressionou-me pela inteligência e visão objetiva da vida. (...) Era republicano e abolicionista. A sua crença no trabalho livre é que o fez agricultor. Os velhos senhores de engenho só acreditavam no trabalho escravo” (...) Foi político, sem vocação, nem destino. Não tinha ambição do poder. Só uma ambição lhe enchia a vida, com inteligência, método e cálculo. Foi a ambição de fortuna. Essa ele a realizou com honestidade, sem auxílio de ninguém e sem preterir ou atropelar o direito dos outros, com visão utilitária e segura. Contemporâneo de Manuel Borba e José Bezerra foi arrastado por eles à política de cujo tumulto fez esforço desde a primeira hora para sair. (...) A ambição de fortuna, predominante na sua vida, o afastou de Pernambuco, após o movimento comunista de 1935. Foi para o Rio e dobrou ou triplicou com o mais agudo sentido de riqueza, os seus bens. Apesar do nosso antagonismo de idéias e de temperamento, nunca deixamos de ser amigos. Devo-lhe conselhos prudentes nas horas mais duras das minhas pelepas na vida pública. Pernambuco perde com a sua morte um dos troncos mais antigos do trabalho agrícola, escola que formou varões, como ele, tão probos e que tanto exaltaram as tradições da nossa gleba” (24.02.1944).

O VÔO DA ÁGUIA

Aqui se descortina o cenário nacional para o vôo da águia. No primeiro mandato como deputado federal, a partir de 1924, acentua-se o desempenho agamenônico no trato das questões nacionais de natureza econômica, social e política. O trabalho político se desenvolve em duas linhas de ação: como militante da Aliança Liberal, na conspiração contra as oligarquias da República Velha, que caminhava para a desagregação com o processo que desaguiaria na Revolução de 1930; no âmbito parlamentar, maneja as ferramentas das reformas sociais. Tais reformas, contudo, só poderiam ser implantadas no advento do futuro regime.

O cenário nacional se descortinava a partir do Rio de Janeiro, o então Distrito Federal. Lá funcionavam o Congresso Nacional e o Palácio do Catete. O Rio de Janeiro era a Capital Federal desde 1808, quando as tropas de Napoleão Bonaparte invadiram Portugal e o Rei Dom João VI transferiu a Corte para o Brasil. Promoveu a abertura dos portos para as nações estrangeiras, o que na época significava uma forma de globalização, e elevou a Colônia à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O Palácio do Catete foi a residência dos Imperadores e dos presidentes da então chamada República dos Estados Unidos do Brasil, de Dom João VI a Dom Pedro II, do Marechal Deodoro da Fonseca a Getúlio Vargas, além dos presidentes-relâmpago Café Filho (1954 a 1955) e Nereu Ramos (1955 a 1956).

Os deputados federais defendiam a Pátria no Palácio Tiradentes e os senadores zelavam pelos destinos da Federação brasileira no Palácio Monroe. Além de capital política, o Rio de Janeiro era também a capital cultura e social do País. Chamava-se “Belacap”.

D. Antonieta e filhos mudaram-se para o Rio de Janeiro a fim de que o chefe da família exercesse o mandato de deputado federal. Naquela década de 1920 as viagens para o Distrito Federal eram feitas de navio a vapor e duravam quase uma semana. Daí ser necessário fixar residência no Rio de Janeiro e visitar Pernambuco apenas de meses em meses.

A presença agamenônica era mais forte na atuação dos bastidores e articulações políticas do que na tribuna. A razão é compreensível: a retórica de discursos nem sempre produz resultados políticos. Votações, projetos e negociações políticas é que alimentam a dinâmica legislativa.

A discussão dos temas nacionais, econômicos e sociais, eis a tônica do desempenho parlamentar de Agamenon desde o primeiro mandato federal.

Vamos viajar na velocidade no pensamento até a década de 1920, visitar o Palácio Tiradentes, no Distrito Federal, Rio de Janeiro, e assistir a uma sessão em plenário para respirar os ares políticos daquela época.

Sessão de 25.07.1924.

O Sr. Agamenon Magalhães – Sr. Presidente, inscrevi-me no expediente porque é essa a hora propícia nos Parlamentos para a troca de idéias, de impressões sobre as necessidades do País, às quais nos cumpre, a nós, legisladores, atender. Ontem, Sr. Presidente, o Sr. Nicanor Nascimento, em um clarão de inteligência, ocupou esta hora, combatendo a agiotagem oficializada nas repartições públicas. Hoje, proponho-me, se a generosidade dos meus pares me ajudar, a tratar de um assunto de grande relevância econômica, que enunciarei: da inflação manifestada na alta dos preços e do erro de visão econômica no decretar medidas, providências tendentes a baixar esses preços, sem atender à causa precípua dessa elevação, que é a desvalorização da moeda.

O Sr. Vicente Piragibe – Muito bem.

O Sr. Agamenon Magalhães – Antes, porém, Sr. Presidente, de estudar a matéria que enunciei, valho-me da oportunidade de estar na tribuna, e, atendendo à solicitação do meu prezado amigo, o nobre líder da minha bancada, para ler um editorial do Diário de Pernambuco, jornal mais antigo da América Latina, e que se edita no meu Estado, desde 1865, condenando este editorial, em expressões vibrantes de patriotismo e fé republicana, a triste sedição² de São Paulo, que, a esta hora, agoniza sob o cerco, sob a muralha forte das forças legais do Brasil.

Sr. Presidente, é o seguinte o artigo:

“Conquanto ainda não terminada, tudo faz crer que o será em breve, a triste sedição que acaba de explodir em São Paulo. As prontas medidas tomadas pelos Governos da União e do Estado de São Paulo, com o patriótico concurso das Forças Armadas, em sua grande maioria fiéis à legalidade, logo circunscreveram o movimento ao seu primitivo núcleo de transviados do dever para com a Nação, verdadeiramente atônita em face de tão grave desvario. (...)”

Sr. Presidente, essas manifestações da Imprensa do Norte são significativas, na hora atual, porque vêm demonstra a unidade do espírito nacional, a força das nossas reservas cívicas, a grandeza do nosso patriotismo, que não esmorece, nem esmoreceu nunca na defesa da ordem e do regime. (Muito bem.)

² A sedição a que se refere o parlamentar no início do seu pronunciamento, objeto de editorial do Diário de Pernambuco, diz respeito a rebeliões militares ocorridas em São Paulo durante o governo do presidente Artur da Silva Bernardes. As rebeliões levaram o presidente mineiro a governar sob Estado de Sítio durante cerca de três anos.

Sr. Presidente, desincumbido do mandato do ilustre líder de minha bancada, passou a estudar a tese que enunciei.

A vida econômica se resume ao seguinte fenômeno: a troca de produtos ou de serviços; e o instrumento dessa troca de produtos ou de serviços é a moeda. (...)

Qual é a moeda brasileira? Somos um país papalista; o nosso regime monetário é o fiduciário, é o da emissão de papel-moeda, que vamos fazendo sem lastro, sem medida, diminuindo os valores do nosso meio circulante, porque as emissões são empréstimos forçados sobre a riqueza nacional, que se vai desvalorizando cada vez mais. Daí a inflação, fator determinante do encarecimento dos preços, que se elevam, porque o poder aquisitivo da nossa moeda diminui.

Que têm feito os governos brasileiros, que temos feito nós – porque os governos põem em execução as medidas por nós aprovadas – que têm feito esses governos senão emitir?!³

Se a República encontrou 142 mil contos em papel-moeda e continuou a emitir com a interrupção feliz do Governo Campos Sales, e hoje atinge essa emissão a 2.500.000 contos; se o nosso regime é de emissão, se a maré montante nos assoberba, nesta hora, quais as providências de ordem econômica para conter os efeitos da inflação? (...)

(...) O que se tem feito é o bloqueio econômico à produção com medidas proibitivas; o que se tem feito é o bloqueio econômico periódico ao açúcar, primeiro produto do Brasil na ordem histórico e segundo na ordem econômica; o que se tem feito é malbaratar a indústria açucareira.

O Sr. Austregésilo – V. Exa. tem toda a razão; é o nosso primeiro produto, historicamente.

O Sr. Agamenon Magalhães — ... as tarifas das estradas de ferro, a matéria-prima, enfim, tudo aumentou paralelamente aos preços que o governo combate em decretos. Afirmou Mário Brandt, em brilhante discurso sobre a nossa situação financeira – um dos mais belos trabalhos que li sobre o Brasil econômico – que a emissão do papel-moeda é um empréstimo à riqueza nacional, forçado e gratuito, sobre a massa circulante.

O Sr. Sá Filho – Disse ser pior que um empréstimo forçado.

O Sr. Agamenon Magalhães — ... porque a moeda se desvaloriza e seu poder aquisitivo de compra diminui. (...) Que se quebrem, pois, as máquinas de emissão, que se inutilize a guitarra de fabricar papel-moeda.

O Sr. Sá Filho – Que se reforme o contrato com o Banco do Brasil.

O Sr. Agamenon Magalhães — ... que se queime essa grande massa de papel que aí está anemizando, empobrecendo a Nação. O essencial é que nossa moeda seja verdadeira e conversível (...)

O Sr. Agamenon Magalhães – Não falemos no governo, porque o decreto que criou essa nefanda Superintendência do Abastecimento, esse aparelho que é um espantalho da produção nacional ...

O Sr. Albérico de Moraes – Apoiado. É um aparelho perturbador.

O Sr. Agamenon Magalhães — ... essa lei é nossa, saiu do Legislativo, que autorizou expressamente o Poder Executivo a proibir a exportação dos nossos produtos. (...)

O Sr. Rego Barros – Para contentar a opinião pública do Distrito Federal.

O Sr. Henrique Dodsworth – Não apoiado.

O Sr. Agamenon Magalhães – Apoiado.(...)

O Sr. Solidônio Leite – É que a população da Capital Federal tem imprensa.

O Sr. Agamenon Magalhães — ... todo o luxo e conforto, e onde a vida é mais barata.

O Sr. Eurico Vale – Não apoiado. É onde a vida talvez seja mais cara.

O Sr. Agamenon Magalhães – Entretanto, isto acontece porque aqui é que está instalado o Governo, e este não pode ser estranho aos clamores instantes da população do Distrito Federal.

Seguem-se apartes, contestações e apoios a respeito da emissão de moeda, política cambial e exportação de açúcar. Ficou salientado que o açúcar era o segundo produto na pauta de exportações do Brasil, depois do café de São Paulo. Em 1922, a exportação de açúcar de Pernambuco rendeu para o Brasil a formidável soma de 115.251 contos de réis. E o álcool, chamado de baixo produto, somou na Alfândega 13 mil contos.

O presidente da Mesa chama a atenção do nobre deputado que a hora do expediente está terminada.

O Deputado agradece a atenção dos seus pares e pede que seja transmitido ao presidente da República, o mineiro Artur Bernardes, o apelo em favor da lavoura do Nordeste.

Muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado, registram os anais da Câmara Federal.

-O-O-O-O-O-O-O-O-O-

O que dizer da idéia de se conceder férias de 15 dias por ano aos empregados do comércio, indústria e bancos? Representantes do liberalismo econômico fazem restrições, por temerem que alguns empresários sejam levados à falência ou tenham que demitir empregados para reduzir as despesas.

³ Naquela época a emissão de dinheiro era feita pelo Banco do Brasil através da Superintendência de Moeda e Crédito (Sumoc). O BB também detinha poderes para regular as exportações e importações.

Essa era uma discussão candente e recorrente nos anos de 1924 a 1926 e que esquentou os ânimos no Congresso Nacional. Na Câmara Federal a matéria passou pelas mãos do deputado Agamenon Magalhães, relator de projeto apresentado pelo deputado Henrique Dodsworth.

O projeto tramitava na Câmara desde novembro de 1924. Em agosto de 1925, o relator Agamenon Magalhães faz pronunciamento na tribuna para justificar seu parecer e rejeitar a acusação de estar agindo sob inspiração comunista. Fala, Agamenon:

— Ao redigir o parecer com que justifiquei o substitutivo, predominou no meu espírito a preocupação de acentuar todos os elementos que coligir, que coordenei, para apresentação do meu trabalho. Formulado o substitutivo, foi este submetido à discussão na Comissão de Legislação Social, e aí sofreu, depois de largos debates, profunda transformação, sendo examinado artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, atendendo os membros da Comissão, no seu estudo, às condições de viabilidade, às condições práticas, às condições sociais do nosso meio.

— Vejo, entretanto, sr. Presidente, o liberalismo econômico entrincheirado no constitucionalismo do século XIX erigido, hoje, em uma escola de intolerância contra as justas reivindicações proletárias; vejo que o individualismo rubro acende os morrões contra o humilde relator da Comissão de Legislação Social, atribuindo-me intuições que nunca tive e não podia ter, quais o de legislação comunista.

Os comunistas, desde então, arvoravam-se na condição de exercer o monopólio das causas sociais. Ou seriam os próprios liberais que jogavam essas bandeiras nas mãos dos comunistas.

A discussão paralela era sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Agamenon recorre a uma declaração do presidente da República:

— O eminente Sr. Artur Bernardes, atual presidente da República, referiu-se, na plataforma de governo, à questão social, defendendo com argumentos persuasivos a participação dos operários e empregados do comércio nos lucros. Dizia ele: “Essa participação, que pode ser livremente ensaiada, evidentemente vantajosa aos operários, sê-lo-á também aos industriais, porque estimula a produção, evita ou reduz os desperdícios, barateia o custo dos produtos, diminui os motivos de greve e estabiliza o operário na fábrica”.

— Eis, Sr. Presidente, a defesa da participação nos lucros adotada no substitutivo feito pelo ilustre Chefe de Estado, que dirige com descortino e firmeza inexcedíveis os destinos do Brasil. (Apoiados)

Para arrematar, Agamenon pergunta e ele mesmo responde:

— Mas, será a participação do operário ou do trabalhador nos lucros um atentado ao direito de propriedade? Será uma espoliação? Não, Sr. Presidente: é uma modalidade do contrato do trabalho, no qual se estipula um salário, que leva uma parte fixa e outra variável, de acordo com uma percentagem sobre os lucros.

Muitas águas rolaram na Baía da Guanabara, gastou-se muito verbo e muita verba para discutir as férias de 15 dias como um direito dos trabalhadores. A matéria foi aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo presidente Artur Bernardes e começou a vigorar no ano da graça de 1926.

-0-0-0-0-0-0-0-0-0-

A ferroviária inglesa Great Western tornou-se símbolo do capital estrangeiro no Nordeste. Transportava nossas mercadorias de Norte a Sul, de Leste a Oeste. O governo construía as estradas de ferro e a exploração do transporte de cargas e de passageiros era entregue de mãos beijadas à ferroviária. A fixação de tarifas dependia de acordo com o Governo. Quem haveria de questionar o truste do transporte ferroviário?

Sua excelência o Deputado Agamenon Magalhães. No ano de 1928, o representante de Pernambuco fez pronunciamento na Câmara Federal para denunciar como injustificável o aumento das tarifas pleiteado pela Great Western para os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Além disso, havia favores e empréstimos escandalosos.

O pronunciamento foi feito com conhecimento de causa. Estudou a organização financeira das estradas de ferro, contrato de arrendamento e evolução das tarifas. Apesar do apelo de governadores e das denúncias de favorecimento alarmante, o governo decretou o aumento das tarifas.

Tem boi na linha. Agamenon demonstrou que a empresa obteve concessões generosas na revisão do contrato original, revisão das cotas de arrendamento (pagamento pela concessão do serviço público) e um empréstimo federal de 10 mil contos para melhoramentos na rede.

Mas, não seria justo conceder o empréstimo e os reajustes?

— A empresa Great Western empregará sempre, para comover o Governo Federal, o velho argumento das dificuldades após a guerra, dificuldades nunca superadas, não obstante os favores imensos que ela vem obtendo para fazer face a essas mesmas aperturas financeiras. Serão sempre as baixas do câmbio o seu argumento. O aumento decretado é leonino, extorsivo, calamitoso.

Naquele ano o Nordeste sofria os efeitos da seca e a produção agrícola era reduzida em 60 %. Ainda assim, o ministro da Viação, Victor Konder, curvou-se às pressões dos capitalistas ingleses. Seriam afetados os gêneros de primeira necessidade transportados pela ferrovia.

Comida de pobre era a charque, bacalhau, feijão e farinha. Esses produtos transportados pelos trens da Great Western ficaram mais caros. (Curiosidade: naquele tempo o cheiro de bacalhau fumegante na cozinha era sinal de pobreza. Os ricos comiam uma galinha gorda nos fins de semana. Carne de charque também era coisa de pobre. O sonho de consumo de um pobre era reunir a família num domingo, dia dos batizados e casamentos, para comer uma galinha gorda)

E saibam mais:

— A Great Western chega à iniquidade de pagar desigualmente os operários nacionais e estrangeiros, dando a estes um terço de seus vencimentos em ouro, e àqueles o miserável papel-moeda. E essas despesas suntuárias, esse luxo, esse deboche administrativo, vão ser custeados pelo produtor nordestino. É demais, srs. Deputados, é demais, sr. presidente.

VAMOS À REVOLUÇÃO

Vamos fazer uma revolução. Ficará conhecida na História como a Revolução de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas.

Reza o ditado popular que não há bem que nunca acabe, nem há mal que sempre dure. A República Velha, ou Primeira República, vinha dos tempos da Proclamação, em 15 de novembro de 1889. Já estava cansada de guerra, ou mais propriamente cansada de rebeliões, sedições militares, conflitos de lideranças, o inferno astral das decadências.

As oligarquias dos fazendeiros e pecuaristas de São Paulo e Minas Gerais mandavam e desmandavam no regime. Em meio aos mandos e desmandos, a velha República entrou nos caminhos da perdição a partir de meados da década de 1920. Paulistas e mineiros revezavam-se no poder como parte do acordo “café-com-leite. O paulista Washington Luís exerce a Presidência da República de 1926 a 1930. Ele enfrenta turbulências políticas com as oligarquias de Minas Gerais, greves de operários e conspirações militares. O Governo da União sofre grave crise econômica por conta da queda das exportações, endividamento interno e externo do País.

Em 1929, com a depressão econômica nos Estados Unidos (o chamado “**crack**”, ou quebra, da Bolsa de Valores de Nova Iorque) aprofunda-se a crise econômica mundial.

Pelo acordo das oligarquias, caberia aos mineiros indicar o sucessor presidencial do paulista Washington Luís. Mas, Washington lança o governador paulista Júlio Prestes para sucedê-lo na Presidência da República e os mineiros rompem o acordo das oligarquias.

Para não chorar o leite derramado, as lideranças do Partido Republicano Mineiro articulam-se com os reformistas do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro na formação da Aliança Liberal. Esses dissidentes compõem chapa com os nomes do gaúcho Getúlio Vargas para presidente e o paraibano João Pessoa para vice, em confronto com a chapa de Júlio Prestes. Nesse meio tempo, em 26 de julho de 1930, João Pessoa⁴ é morto na Confeitaria Glória, Rua Nova, no Recife, alvejado por uma bala do seu desafeto João Dantas. O crime traumatiza a opinião pública nacional e mobiliza as forças de oposição ao regime, sob o argumento de que havia motivações políticas na morte do líder paraibano.

Com a morte de João Pessoa, acende-se mais uma fagulha no paiol armazenado de pólvora da República Velha.

Em abril de 1930, Júlio Prestes vence a eleição para presidente da República. Vence, mas não leva. Os revoltosos deflagram a Revolução de 1930. A República Velha entrou para o baú da história. Derramou-se o café com leite. Em outubro uma Junta Militar Provisória empalma o poder para fazer a transição do regime. No dia 3 de novembro Getúlio Vargas assume a Presidência da República no Palácio do Catete.

Estado líder do Nordeste e com destaque no cenário nacional por conta de suas lideranças históricas, de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, na Confederação do Equador (movimento que preconizava a República em 1824), a Joaquim Nabuco, na luta pela Abolição da escravidão, Pernambuco exerceu papel relevante na Revolução de 1930.

Jovem deputado com trajetória ascendente nos cenários regional e nacional, Agamenon Magalhães teve participação decisiva na atuação da Aliança Liberal para ser consumada a Revolução de 1930.

De 1930 até 1932 Agamenon viveu a fase das articulações políticas como líder do PSD e maturação de idéias até ser eleito deputado junto à Assembléia Nacional que iria elaborar a Constituição de 1934.

Na fase de estruturação do novo regime, o presidente Getúlio Vargas nomeia interventores para os Estados. Carlos de Lima Cavalcanti é indicado, “por delegação das forças revolucionárias”, para ser o interventor de Pernambuco. O Interventor e Agamenon empenham-se, lado a lado, na criação do Partido Social Democrata (PSD). Uma longa trajetória de encontros e desencontros estava reservada para os dois.

(O histórico PSD deitou raízes na política brasileira até o Movimento Militar de 1964, quando foi extinto. Na época, tornou-se conhecido como “Partido do Interventor” e tempos mais tarde ganhou a marca do “Partido de Agamenon”).

Na concepção mediana da opinião pública, o “pessedismo” virou sinônimo de “raposismo”, o estilo de fazer política na base do cochicho e do tapinha nas costas. Esse, na verdade, é o estilo dos políticos matreiros. Por seu estilo contundente, Agamenon estava mais para ser águia do que para ser raposa.

A economia e a política são fatores entrelaçados. A economia rege a política e vice-versa. No plano política, a sucessão presidencial foi a gota d’água para derramar o café-com-leite. Em termos econômicos, o caldo das oligarquias entornou depois do “crack” na Bolsa de Nova Iorque. O efeito dominó irradiou-se na economia periférica do Brasil e as oligarquias agrícolas ficaram penduradas no pincel.

⁴ A cidade da Paraíba era a capital do Estado da Paraíba. Com a morte de João Pessoa, este passa a ser o nome da capital paraibana.

Sob os reflexos da Revolução Industrial do século passado, o Brasil rural se transformava num Brasil urbano. As oligarquias rurais conservadoras eram substituídas por uma miscelânea de reformistas, revolucionários e também conservadores dissidentes do antigo regime. Operava-se uma revolução histórica na face do Brasil.

Agamenonicamente falando, o Brasil viveu a emoção de uma nova República.

TESES ACADÊMICAS

Aqui fazemos um intervalo nas atividades políticas para falar no homem de idéias e suas teses acadêmicas. A primeira, de que já falamos, para ser lente (professor) de Geografia do Ginásio Pernambucano, foi apresentada ao renovar o mandato de deputado estadual, em 1922.

Já temperado na política e na vida, entrando para a idade da razão aos 41 anos em 1934, elaborou a tese “O Estado e a realidade contemporânea”, que lhe valeu o cargo de professor catedrático de Direito Público e Constitucional da Faculdade de Direito do Recife. O enfoque é a Revolução de 1930, que esteve presente nas linhas anteriores. Ele fala na apresentação do trabalho:

“Desde 1916, quando terminamos o curso acadêmico, que a nossa atividade se distribui entre o pretório e o parlamento. Advogado e político o Estado e o Direito têm sido a grande emoção da nossa vida pública”.

A seguir desembarca na plataforma revolucionária:

“A Revolução brasileira foi uma reação democrática. A hipertrofia do Poder Executivo foi a sua causa política. Desde o Império que o Brasil procura realizar a democracia. Sob o regime monárquico as instituições parlamentares desenvolveram-se, operando-se as grande reformas liberais, como a da Abolição, sem revoluções ou choques, que perturbassem a vida constitucional do País”.

O emergente cientista político preconiza o Estado moderno como força de integração para estabelecer o equilíbrio indispensável à ordem social. Contrapõe-se à idéia do Estado “abstencionista ou indiferente”, que deixa a sociedade “entregue à livre expansão do individualismo político e econômico, indiferente às desigualdades e injustiças sociais” e onde se originam os antagonismos de classes.

Para se ter uma nítida compreensão das idéias de Agamenon devem ser transcritos alguns tópicos de dois capítulos da sua tese. De saída ele faz uma radiografia, dos pés à cabeça, da Revolução brasileira de 1930, desde as nascentes do Brasil Império até a queda da República Velha, com uma passagem pelos Estados Unidos da América do Norte:

“Dois grandes partidos – o Conservador e o Liberal — com programa definido, constituíam as forças de opinião e de disciplina política, que disputavam a maioria parlamentar. Esta formava os gabinetes, exercendo a Coroa o Poder moderador. Nesse regime, afirmaram-se os nossos maiores estadistas pela cultura e projeção nacional, elevando-se o Brasil, no Continente Sul-Americano, como uma das suas mais influentes democracias. Implantada a República, após inteligente propaganda em todo o País, conquanto precipitado o seu advento por um incidente militar, e vencida a crise da transição do regime, continuamos a praticar os postulados democráticos.

“A Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891, sobre ser construção jurídica altamente inspirada, adotou um sistema de garantias liberais, que traduzem as tendências e as aspirações populares da época em que foi elaborada. É um monumento de sabedoria política e de vivo espírito democrático.

O exemplo da grande República Norte-americana, que antecedeu a Revolução Francesa, na declaração dos direitos do homem, exerceu sobre o Brasil, como sobre todo o Continente americano, irresistível influência.

“Já no Império a idéia da Federação dominava, concretizando-se no ato adicional de 1834, que estabeleceu franquias e prerrogativas para as antigas províncias.

“A famosa frase de Ruy Barbosa – “A Federação com a República ou sem ela” – bem demonstra que a descentralização federativa era uma imposição histórica.

“A cultura política, quando da independência dos Estados Unidos, não podia compreender um País de grande extensão territorial que não fosse organizado sob o regime da centralização administrativa, presidido por uma autoridade forte, condição indispensável para a manutenção da unidade.

“Alexandre Hamilton afirmara na Convenção de Filadélfia, criticando os projetos da Virgínia, de New Jersey e Pinckney, que o governo britânico era o melhor do mundo porque “aliava à força governamental a segurança individual”.

“Mas na Inglaterra existia a Coroa, poder moderador, e os Constituintes de Filadélfia não queriam um Rei porque eram republicanos.

“Assim, da necessidade de uma força governamental ou de um Poder Executivo uno e forte, a sabedoria dos americanos construiu o presidencialismo.

“A Federação e o Presidencialismo surgiram, pois, na União Norte-Americana por um processo de conciliação e adaptação, resultante de condições peculiares, examinadas com elevado senso de governo.

“No Brasil, porém, o regime presidencial nasceu da influência norte-americana e não sob a pressão de fatos políticos ou de condições existentes.

“Já a nossa unidade tinha sido realizada pelo Império e as instituições parlamentares estavam em prática, operando a evolução política brasileira para a democracia.”

Nesse ponto revela-se a originalidade do cientista político Agamenon Magalhães ao defender o Parlamentarismo como linha evolutiva projetada a partir da experiência de gabinete no Império:

“A República, portanto, não devia ter interrompido a tradição parlamentar. A Federação, sim, era fenômeno geográfico e histórico, trabalhado pelas forças descentralizadoras, atuantes durante todo o Império. Mas, o presidencialismo foi imitação das instituições norte-americanas, criação puramente doutrinária”.

“Se a democracia é o governo no qual participam todos os cidadãos, pela representação e pelo voto, os parlamentos são os órgãos mais em contacto com o povo, exercendo as suas funções sob a influência direta da opinião eleitoral. Assim, o regime em que os gabinetes são formados de acordo com as maiorias parlamentares, realizam a melhor técnica democrática. Nem a autoridade executiva fica reduzida a um autômato, instrumento destinado meramente a fazer cumprir as leis, nem os Parlamentos perdem a sua expressão real. São eles corporações que atuam na administração, traduzindo as correntes de opinião, num ambiente de renovação e verdades políticas”.

O pressuposto nos regimes democráticos para que os Parlamentos atinjam a plenitude dos seus poderes é a educação de todas as camadas sociais, segundo Agamenon. Cita os exemplos do Brasil e da Argentina, onde o Presidencialismo caminhou para a hipertrofia na ausência de educação democrática da população.

“No Brasil o poder pessoal do presidente da República atingiu a tamanho excesso que provocou intensa reação nacional. O movimento revolucionário de Outubro de 1930 teve nitidamente esse caráter. Deram-lhe apoio os revolucionários militares de 1922 e 1924. Mas a Revolução foi indiscutivelmente civil, motivada pela reação da Aliança Liberal contra a candidatura presidencial do Catete. Esse aspecto nenhum observador imparcial lhe poderá negar.

“A prova de que a Revolução foi um movimento de reação democrática está iniludível nos atos do Governo Provisório. Quais foram as reformas realizadas? Na ordem política só uma se destaca. A reforma eleitoral, instituindo o voto secreto, a representação proporcional e os tribunais eleitorais. Esta iniciativa obedeceu a exigência da nossa educação democrática e foi executada de acordo com as tendências e aspirações veementemente reclamadas pela opinião. O Código Eleitoral corporifica o verdadeiro espírito da Revolução Brasileira. Assinala a evolução que necessariamente irá culminar no Parlamentarismo, governo de prestígio e de responsabilidade efetiva”.

“No Brasil, a favor do Parlamentarismo, não há só a decepção causada pela experiência presidencialistas. É mister considerar também fatos relevantes de nossa vida política, que não devem continuar desapercibidos. O centro de gravidade da política brasileira está indiscutivelmente em Minas e S. Paulo. É essa a realidade. Os dois grandes Estados, pela sua população, progresso e desenvolvimento econômicos, constituem as forças de maior influência e irradiação política na vida pública do País. A política presidencialista tem sido por eles monopolizada ou dirigida. Quando a situação de um desses Estados se desloca ou diverge, a luta política assume proporções que afetam a ordem ou a estabilidade do regime. Foi assim na memorável campanha civilista, quando da candidatura Hermes (da Fonseca), como recentemente quando da candidatura Júlio Prestes. A aliança de Minas com o Rio Grande do Sul e a Paraíba contra a candidatura Júlio Prestes sacudiu o Brasil numa campanha eleitoral agitada. Terminou com a Revolução, provocada temerariamente por toda sorte de arbítrio, violências e excessos do poder pessoal do presidente da República.

“Se são esses os fatos políticos, como evitar o predomínio dos dois grandes Estados na Federação, desencadeando rivalidades e antagonismos que poderão comprometer a unidade nacional?

“Só há, ao nosso ver, um método ou solução democrática. É o regime parlamentar. Os governos de gabinete não se formam nem se mantêm sem o concurso das maiorias parlamentares. Os Estados do Norte, cuja representação, diante da dos grandes Estados, se expressa por uma minoria, que isoladamente não pode ter influência sensível na Assembléia Nacional, lograrão, no regime parlamentar, pela aliança com outras minorias, situação de equilíbrio”.

Os argumentos de Agamenon em defesa do Parlamentarismo continuam válidos no sistema federativo atual, onde predominam as forças políticas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

CONCLUSÃO

Na conclusão de sua tese, o cientista político Agamenon Magalhães avança além do Parlamentarismo para qual deve ser o papel do moderno Estado democrático.

“O Estado, em face da realidade da vida contemporânea, é um poder em luta para integrar na ordem social os fatores novos, criados pelas transformações econômicas.

“Não é possível mais separar a vida econômica da vida política, isolar os dois fenômenos sociais, cuja interdependência os fatos vêm demonstrando com violência irreprimível.

“O Estado demo-liberal, deixando a sociedade entregue à livre expansão do individualismo político e econômico, indiferente às desigualdades e injustiças sociais, originou o antagonismo de classes e os problemas das massas, causa imediata da crise política, em que se debatem os povos de todos os continentes.

“O fato econômico sempre esteve associado ao fato político. Só após a prática das doutrinas abstratas da igualdade, dos direitos naturais, da soberania popular, como diz Gettell, é que as teorias políticas se desprenderam dos fatos da vida econômica.

“Não somos partidários do Estado totalitário, mas o Estado, como força de equilíbrio, em sua continuidade histórica, tem de intervir para coordenar todos os fatos que, em qualquer esfera social, opere modificação sensível, nas relações de ordem coletiva.

“O Estado abstencionista ou indiferente é poder que tende a se desagregar pela ausência de finalidade social. E é o que assistimos no tumulto dos acontecimentos, desencadeados nesse longo e atormentado período de após guerra.”

Aqui Agamenon refere-se à Primeira Guerra Mundial, que durou de 1914 a 1918, envolvendo a Tríplice Aliança – Alemanha, o Império Húngaro-Austriaco e a Sérvia – e a França com seus aliados europeus. A guerra causa mais de 14 milhões de mortos, civis e militares. O Tratado de Versalhes, imposto à Alemanha como País perdedor para reabilitar o Continente europeu, acaba sendo frustrado e em 1939 eclode a Segunda Guerra Mundial, que só termina em 1945. O maior holocausto da história da humanidade, envolvendo a Alemanha, Itália, França, Inglaterra e Estados Unidos, causou a perda de quase 50 milhões de vidas humanas. Voltemos à dissertação agamenônica.

“O Estado debate-se entre tendências e fatos os mais contraditórios, procurando fixar as formas de uma nova organização do poder. O socialismo e a democracia, o nacionalismo e o internacionalismo, a ditadura de classe e a ditadura de partido, o fato econômico, sob múltiplos aspectos, sacode o Estado em todas as direções.

“Protecionismo, capitalismo de Estado, economia dirigida, são doutrinas que surgem de todos os quadrantes da terra. E as experiências processam-se na Rússia, na Itália, na Alemanha, enquanto as nações, num movimento de cooperação universal, se reúnem em Londres, precisamente de onde Adam Smith, no século dezoito, anunciou ao mundo, com a “Wealth of Nations” (Riqueza das Nações), o liberalismo econômico, condenando, de vez, como incompatível com o desenvolvimento industrial, a intervenção do Estado.

“Foram proscritas, então, as teorias mercantilistas, e a humanidade evoluiu para o industrialismo a grande, até os prodígios da técnica moderna.

“E a liberdade, a igualdade, a fraternidade, que a França proclamou em defesa do homem? Todos não nasceram livres e iguais?! É a decepção tremenda que abate o Estado liberal, diante do clamor das massas que pedem trabalho e justiça social.

“Vamos reorganizar o Estado brasileiro, no momento em que as antigas construções doutrinárias do Velho mundo desabam. Qual o rumo a seguir? Devemos aguardar a experiência dos outros povos, o aparecimento de novas instituições? Somos de parecer que nos cumpre aperfeiçoar os processos democráticos no sentido da solidariedade social, adotando um sistema, como o Parlamentar, dentro do qual todas as reformas se poderão obter, progressivamente, de acordo com os movimentos de opinião e a ação dos fatos.

“A função social da propriedade, a defesa do trabalho nas suas relações com o capital, são iniciativas que se impõem e que podem ser alcançadas por um conjunto de garantias jurídicas, decretadas com ponderação e equilíbrio.

“O professor Aníbal Freire na conferência realizada no encerramento do ano letivo de 1932, da Faculdade de Direito do Recife, estudou, com brilhante espírito de observação e análise, o conflito entre as funções do Estado e os fatos econômicos, concluindo: “O escorço do conflito entre o estatismo centralista e absorvente e a realidade dos fatos, na sua vivacidade e agudeza, mostra que a ação do Estado só tem de ser permanente na defesa do trabalho contra a exploração e as servidões incompatíveis com a dignidade humana, bem assim, por mais justa distribuição dos lucros, com a supressão gradual e sistemática dos elementos que concorrem para deter em mãos de poucos a massa da riqueza social”.

Um parêntese: exemplar raro da edição de 1933 do volume “O Estado e a realidade contemporânea”, pertencente ao acervo da Biblioteca do Estado, foi oferecido ao professor Aníbal Freire com a seguinte dedicatória manuscrita por Agamenon:

“Ao prof. Annibal Freire – fulgurante afirmação cultural, jurista, homem de Estado e um dos raros valores morais do Brasil, oferece, com admiração e estima profunda, assinado Agamenon Magalhães, em outubro de 1933”.

Retomando a dissertação:

“O pensamento brasileiro se fixa no sentido de uma democracia, desprendida dos formalismo clássico, para integral coordenação dos fatos sociais mais atuantes.

“Não se explica que o Estado continue, sob a influência de um neo-mercantilismo irracional, a estabilizar os câmbios e as moedas, a elevar as tarifas, a proteger industriais fictícias, a financiar trustes e cartéis, buscando, enfim, resolver os problemas da produção e do consumo por meio de providências cujos efeitos são transitórios e que concorrem para acumular dificuldades e encarecer a vida, afrontando a revolta das massas”.

“As soluções particularistas ou radicais geram a opressão. O Estado, como força de integração e coordenação, tem que estabelecer o equilíbrio indispensável à ordem social.

“A sociedade contemporânea não resultará do pacto de Locke, nem do contrato de Rousseau. Tem outra base. É a solidariedade imposta pela interdependência de todos os valores sociais.

“É o fenômeno da solidariedade social que dominará todas as construções políticas. Da luta do poder do Estado com os grupos formados na defesa dos interesses particularistas, com as classes que se diferenciaram no regime do capital, originando desigualdades e antagonismos, com as tendências opostas – nacionalismo e internacionalismo – surgirá um Estado novo, conciliando, pelo direito alicerçado na solidariedade, todas as forças em dissídio, e assegurando a unidade dos fins sociais – a justiça e a paz universal.

“Eis a nossa conclusão”.

TEORIA E PRÁTICA

Acabamos de apresentar as teorias agamenônicas sobre sistemas de governo, Parlamentarismo, democracia e poder. Mas, na prática a teoria é outra. É próprio da natureza humana rimar teoria com utopia, às vezes até com fantasia. A prova dos nove fora é feita no dia-a-dia.

Teórico brilhante do Parlamentarismo e crítico feroz da hipertrofia do Poder Executivo, Agamenon exerceu o presidencialismo, na condição de interventor e governador, na plenitude do poder. Na prática, chegou a ser ultrapresidencialista. Sua figura de líder personificava o poder. Corporificava o poder.

Contemporâneo de Agamenon na Câmara Federal, o deputado baiano Joel Presídio relata episódio pitoresco entre ele e o então interventor de Pernambuco em 1943. Adversário do Estado Novo, de Getúlio e, por conseguinte, de Agamenon, o parlamentar baiano estivera em Pernambuco e pretendia criticar sem misericórdia os seus opositores. Mas, desistiu. Por que? Contou ao receber a visita do velho amigo e ilustre professor da Faculdade de Direito do Recife, J.J. Seabra: “O Interventor foi muito gentil. Entregou-me o Estado com estas palavras: Demita, nomeie, prenda, solte, faça o que você quiser. Todos cumprirão suas ordens”. Com este gesto simbólico e brincalhão, desarmou o adversário.

Triste do poder que não pode, está escrito no imaginário popular.

“Ditadura é um bom regime quando somos o martelo, mas péssimo se somos o prego”, confessou certa vez em conversa informal com o escritor Andrade Lima Filho, memorialista de o “China Gordo” e ex-aluno de Geografia do lence Agamenon no Ginásio Pernambucano.

Mas, apesar da tirada de humor, nunca fez a apologia de ditaduras. Inteligente que era, tinha uma consciência dialética, o reconhecimento dos contrários. Pessoalmente é que encarnava o mandonismo como marca da nossa secular dominação cultural. No vazio da falta de educação política das massas é que surgem as figuras dos caudilhos e ditadores.

Agamenon admitia o autoritarismo apenas como regime de transição. E fazia a ressalva sobre o autoritarismo: “As formas autoritárias hão de ser transitórias; são necessárias, mas não podem servir de padrão nem modelo às democracias”. Informalmente, comentava para justificar o regime do Estado Novo: “Só aceito a ditadura como regime de transição”. Perguntado qual a teoria do Estado Novo, ele respondeu que “as teorias do Estado estão na retorta”, ou estão na bigorna, ou estão no forno. E enquanto as teorias estão na bigorna, o mandonismo é exercido. A este respeito utilizou a expressão “democracia autoritária corporativa”.

Há questões paralelas. O que significa democracia? Andrade Lima conta que Agamenon se insurgia contra interpretações abstratas sobre as liberdades preconizadas nas Declarações da Revolução Francesa e da Carta da Filadélfia: “Assegurar todas essas liberdades e dizer: — “Morra de fome!”, a essa democracia não darei o meu voto, minha colaboração, porque, contra ela, clama a minha consciência de cristão, minha cultura, clama o mundo atual”.

No regime autoritário do Estado Novo, democracia era um “pau seco”, no dizer de Agamenon, que poderia voltar a florescer.

Engano imaginar que nosso personagem fosse um maquiavélico. O escritor e cronista Nilo Pereira, autor de “Agamenon Magalhães: uma evocação pessoal” e que conviveu com a fera como líder do governo na Assembléia Legislativa e diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, subordinado diretamente ao Interventor nos tempos do Estado Novo, depõe com propriedade, ao passear pela ciência política:

“(....) Às vezes acrescentava: — “Em política, feio é perder”. A frase, isolada, deu oportunidade a interpretações maquiavélicas. Agamenon não era adepto de Maquiavel. Um parlamentarista não podia ser maquiavélico. Maquiavel, segundo Maritain (o filósofo cristão Jacques Maritain), criou a “Gramática do Poder”. O poder pessoal. O “Eu” acima de tudo, como regra de tudo e para todos. Foi assim no Estado Novo. Mas, ninguém se iluda: Agamenon tinha o olho na democracia. Sabia que o “pau seco” pode reflorir”.

Ele recomendava que o intelectual “deve fugir do enleio das ficções pela vida real, com os seus imprevistos, os seus contrastes e os seus perigos. Deve ser realista e, sobretudo, brasileiro, com inquietação pelo nosso Ele recomendava que o intelectual “devo fugir do enleio das ficções e apaixonar-se destino”.

Quanto custa a liberdade, doutor? Em tempos eleitorais discute-se até o preço da liberdade. Agamenon lembrou ouvido um velho disco com uma antiga da extinta União Democrática Nacional (UDN), segundo o qual “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. A frase é bonita, sem dúvida. Impressiona pela sonoridade. Mas, Agamenon preferiu lembrar outro disco ainda mais antigo, repetido desde os tempos da Revolução Francesa no século XIX. Dizia a cantiga dos revolucionários franceses: “Liberdade, quantos crimes se praticaram em teu nome?!”

Calibrando os ouvidos, Agamenon chegou à conclusão de que o preço da liberdade, sem desconto, deve ser o preço da justiça social. “O preço da liberdade é assim a felicidade que se distribui, é o bem que se distribui”. Ele não compraria a frase da UDN. “A fórmula “eterna vigilância” não vale, pois, um caracol”. A arremata numa mistura inusitada de UDN briguenta com o pacifismo do líder religioso e estadista indiano Mahatma Gandhi, considerado o libertador do povo da Índia: “A eterna vigilância com o desemprego e a habitação miserável, é a mesma coisa que o jejum de Gandhi, como solução política ou social”.

No Brasil existem muitos filhos de Gandhi, voluntários ou não.

COM A FACA E O QUEIJO

O quarentão Agamenon é eleito em 1932 para o terceiro mandato federal pelo Partido Social Democrata (PSD) como constituinte de Pernambuco.

O desempenho parlamentar agemenônico na Constituinte de 1933 foi centrado na doutrinação do Parlamentarismo, conforme preconizado na tese apresentada à Faculdade de Direito do Recife. Foram tempos de ajustes do Governo de Getúlio Vargas e seus interventores nos Estados à nova ordem democrática.

Com botas de sete léguas, Agamenon percorre os cenários nacionais e de Pernambuco, onde o Interventor Carlos de Lima Cavalcanti atua em sintonia com o presidente Getúlio Vargas. Como líder do PSD, apóia a política e as ações administrativas do seu aliado em Pernambuco.

O novo regime havia rompido a ordem institucional da República Velha, mas faltava implantar seu próprio sistema institucional. Para isso, deveria ser convocada uma Assembléia Nacional Constituinte. Grupos de várias tendências, conservadores, reformistas, oligarquias dissidentes do antigo regime – havia uma miscelânea de forças em conflito na pirâmide que sustentava o governo de Getúlio Vargas.

Para dissolver esses conflitos e elaborar uma nova Constituição é que foi instalada em 1933 a Assembléia Nacional Constituinte.

Doutor em Parlamentarismo e em legislação social, ele estava com a faca e o queijo para atuar na Assembléia Nacional Constituinte.

Ao lado de expoentes do Parlamento brasileiro, um Prado Kelly e um Horácio Lafer, Agamenon debate as idéias no Palácio Tiradentes num clima de altos toques de inteligência. Numa das sessões preparatórias da Assembléia Constituinte, mencionou uma descoberta do pernambucano Barbosa Lima sobrinho, de que os cérebros dos presidencialistas não apresentam idéias nas suas plataformas de governo. “Há coisa para todos os paladares e para todas as necessidades nessas plataformas, gênero conto da Carochinha, ao jeito daqueles vestidos cor do céu, com todas as estrelas”. Agamenon concorda com Barbosa Lima e pergunta:

— Sempre achei as plataformas dos nossos governos totalmente vazias. E dizia de mim para mim. É possível que no Brasil não haja idéias? É que o regime era uma muralha chinesa. O presidencialismo não assegurava aquele mínimo de inteligências necessárias aos governos. As capacidades eram afastadas. Predominavam o filhotismo, as relações pessoais. Não havia estímulo. Dir-se-ia que o espírito e a inteligência ou a cultura eram incompatíveis com a política no Brasil.

(O filhotismo é traduzido no linguajar de hoje como nepotismo)

TEMENTE AO MESSIAS

Qual seria o regime propício ao Brasil?

Se a ditadura fosse instrumento de governo propício à felicidade dos povos, a América do Sul seria hoje o mais pacífico, o mais progressista e o melhor dos continentes do mundo, responde Agamenon. Aproveita para fazer a ressalva, naquele tempo de apelos autoritários, de que só aceitava os regimes fortes como sendo de transição.

A figura do salvador da Pátria é recorrente na história dos povos. “Quando atingirmos uma decomposição social, em que os regime não sejam possíveis, então, esperemos pelos Messias. Confiar-se o poder como meio de salvação a um Messias é sempre temerário”.

O Estado liberal do “**laissez faire, laissez passer**” – o deixar fazer, deixar passar, ou, em linguagem coloquial, o “liberou geral” da economia – “tornou-se protecionista, tornou-se o Estado do truste, tornou-se Estado financiador dos bancos, porque o seu amparo era, a pouco e pouco, solicitado por essas forças poderosas da organização burguesa”.

O que fazer para contrapor-se ao liberalismo clássico?

Defendeu a idéia do Estado intervencionista na vida econômica, política e social. Esse pensamento é interpretado atualmente como sendo a teoria do Estado regulador, tendo abdicado das funções estatizantes na economia, ou seja, o Estado que deixa de ser detentor dos meios de produção mas continua a exercer o papel de árbitro do interesse coletivo.

Os altos toques de dialética não foram suficientes para a Assembléia Nacional Constituinte adotar o Parlamentarismo na Constituição de 1934. O presidencialismo continuou a vigorar como sistema de governo. Com o poder nas mãos depois de ter derrotado o regime da República Velha, o presidente Getúlio Vargas, como seria previsível, tinha interesse em que fosse mantido o presidencialismo para exercer a plenitude da liderança que detinha, ao invés de dividir poderes num sistema parlamentarista.

A Constituição de 1934 consolidou avanços imprescindíveis à modernização da sociedade brasileira. Institucionalizou o voto secreto e obrigatório no lugar do chamado “voto a bico de pena” (voto a descoberto ou “voto de cabresto”) e reconheceu o direito de voto às mulheres. A emancipação política das mulheres era sonhada pelas oligarquias que detinham o poder na sociedade patriarcal dos séculos passados. A Constituição também preconiza a criação da Justiça do Trabalho, de modo a abrir caminho para novas relações institucionais nesse

campo. Projeto neste sentido encontrava-se em tramitação no Congresso Nacional, mas a Justiça do Trabalho só veio a ser implantada em maio de 1939. A criação da Justiça Eleitoral era vista por Agamenon como um fio condutor que levaria o País ao regime parlamentarista.

A Constituição de 1934 manteve a essência do modelo liberal herdada da primeira Constituição da República, de 1891.

A passagem pela Constituinte deu mais relevo ao brilhantismo intelectual e político de Agamenon e o credenciou para transformar em ações concretas o pensamento doutrinário que defendeu.

MINISTRO DO TRABALHO

Neste momento, em 23 de julho de 1934, Agamenon Magalhães está sendo convocado para assumir o cargo de ministro do Trabalho, da Indústria e Comércio do Governo Getúlio Vargas. Vamos acompanhá-lo.

O primeiro governo de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, havia se caracterizado pelo forte conteúdo das questões sociais. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ocupado por Lindolfo Collor no início do governo, na realidade era mais Trabalho que Indústria e Comércio. No segundo tempo do Governo, a partir de 1934, Agamenon mergulhou fundo no relacionamento institucional com os trabalhadores através dos sindicatos. O momento era de agitações políticas e sociais, greves e mobilização das categorias profissionais.

Em Pernambuco, depois de disputar campanha eleitoral pacífica, com amplo favoritismo, Carlos de Lima Cavalcanti é eleito governador constitucional do Estado. Toma posse do mês de abril. Continuava a parceria política com Agamenon Magalhães, em clima de fraternidades recíprocas. A crônica política da época registra banquete oferecido pelo governador Carlos de Lima ao ministro Agamenon em Palácio. O padre Félix Barreto, presidente da Assembléia Legislativa, ergueu um brinde de honra ao “**condottieri**” (condutor, comandante) Getúlio Vargas, os convivas saudaram com entusiasmo o governador e o ministro, estes enalteceram a colaboração mútua entre a República e o Estado. Mas, tudo na vida é passageiro, com exceção do cobrador e do motorneiro, já diziam os tranviários da Tramways no tempo do bonde elétrico.

A questão social é problema de polícia, assim pensavam os conservadores no início do século passado. Contrariando esse entendimento, Agamenon partiu do pressuposto de que a repressão não bastava para dissolver os conflitos sociais. Assim pensava e agia. Ao mesmo tempo, reforçava os mecanismos de diálogo entre o Ministério e os sindicatos com o objetivo de contrapor-se à influência dos comunistas junto aos trabalhadores.

O Governo de Getúlio Vargas propunha-se a legitimar direitos dos trabalhadores e nesse ponto havia uma legislação a cumprir, mesmo que esses direitos ainda fossem mitigados. Mesmo assim, os direitos dos empregados nem sempre eram respeitados pelo patronato e essa era uma fonte permanente de conflitos. Em nome do governo de Getúlio Vargas o ministro do Trabalho assume a defesa dos direitos sociais e da melhoria das condições de vida da classe operária para que fosse alcançada a estabilidade social.

Agamenon não tinha medo da sindicalização. Pelo contrário. O sindicalismo, no seu entender, facilitava a integração do capital com o trabalho e também funcionava no fortalecimento da economia nacional. Mas, ao mesmo tempo não se fazia de rogado em intervir nos sindicatos, quando as entidades de classe eram movidas por ideologias extremistas e contrárias à ordem democrática. Sua palavra de ordem era o sindicalismo voltado para a integração do capital com o trabalho. Dentro dessa concepção é que o Ministério do Trabalho se empenhava em manter um bom relacionamento com os sindicatos de trabalhadores e entidades patronais dos empresários nacionalistas.

A insurreição comunista de novembro de 1935, conduzida pela Aliança Nacional Libertadora sob a liderança de Luís Carlos Prestes, como manobra para desestabilizar o governo de Vargas, acabou sendo sufocada no mesmo dia. Desencadeou repressões contra os comunistas e ao mesmo tempo gerou apreensões no governo quanto ao atendimento das reivindicações sociais dos trabalhadores.

Agamenon atua no Ministério do Trabalho para que seja criada uma Justiça do Trabalho de modo a que o governo disponha de mais instrumentos para controlar os movimentos trabalhistas e contemplar as suas reivindicações.

A exemplo do que aconteceria futuramente na Câmara Federal, quando seria acusado de legislar sob inspiração comunistas por ser favorável à concessão de férias de 15 dias aos empregados do comércio, indústria e bancos, o ministro Agamenon compareceu ao Palácio Tiradentes em 1937 para contestar acusações feitas pelo deputado gaúcho Adalberto Correia de ser ele conivente com a caterva vermelha comunista. E mais, além de ser simpatizante dos vermelhos, nomeava pessoas pouco confiáveis para cargos estratégicos no ministério.

Com régua e compasso para traçar as regras da legislação social e trabalhista e conduzir a política do governo na área sindical, surge mais uma missão para o ministro pernambucano: é convocado pelo presidente Getúlio Vargas para assumir o Ministério da Justiça. A partir de janeiro de 1937 ele já está a postos acumulando os dois ministérios.

Esse ano era a véspera da sucessão presidencial. A figura agamenônica ocupava amplos espaços no governo, sendo comparável à de um primeiro-ministro. Desdobravam-se os lances da sucessão no Palácio do Catete. Getúlio Vargas casava e batizava e Agamenon administrava os outros sacramentos.

Ao exercer liderança tão abrangente no governo, o desempenho de Agamenon haveria de provocar rivalidades internas. O embaixador do Brasil em Washington, Osvaldo Aranha, pessoa da confiança do presidente da República e que havia voltado ao Brasil para tratar da sucessão presidencial, escreveu carta a Getúlio Vargas protestando contra o papel desempenhado pelo ministro nas articulações políticas. Reclamava de que Agamenon fazia as vezes de “alter ego” (segunda pessoa) de Getúlio.

As turbulências na ponte política que fazia a ligação do Distrito Federal com Pernambuco levaram ao rompimento do ministro Agamenon Magalhães com o Interventor Carlos de Lima Cavalcanti.

Haviam transcorridos sete anos de regime forte sob a liderança de Getúlio Vargas desde o desmoronamento da República Velha. As eleições presidenciais constitucionais estavam marcadas para janeiro de 1938. Mas Getúlio e seus aliados conspiravam para a manutenção do poder. O ambiente internacional era de confrontos ideológicos entre fascistas e comunistas na Europa, como prenúncios da Segunda Guerra Mundial, que seria deflagrada em 1939.

Nesse caldo de cultura de fermentações ideológicas e de olho na cadeira de Getúlio Vargas, estavam postas as candidaturas de José Américo de Almeida, Armando Sales de Oliveira e Plínio Salgado. Os dois primeiros identificavam-se com as idéias liberais e Plínio Salgado bebia nas fontes do Integralismo, versão tropical do fascismo europeu. Havia duas hipóteses: a vitória dos liberais seria porta aberta para o avanço do comunismo russo-soviético, enquanto o integralismo daria o poder de mãos beijadas aos fascistas, discípulos de Hitler, na Alemanha, e de Mussoline, na Itália. Estes eram os argumentos dos conspiradores pro-Getúlio e pelas salvaguardas democráticas. Vão-se os anéis, salvam-se os dedos em nome da democracia.

A EMOÇÃO DO ESTADO NOVO

No dia 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas decreta, do alto dos seus poderes constitucionais e supra-constitucionais, com o apoio das principais forças conservadoras, através de uma cadeia de rádio em ondas curtas para todo o País, a vigência do Estado Novo. Em nome da segurança nacional e da nova ordem, são dissolvidos o Congresso Nacional, os Legislativos estaduais e municipais, os partidos políticos, suspensas as eleições e estabelecido o mandato de seis anos para a continuidade do presidente Getúlio Vargas.

Ao lado de Francisco Campos (“Chico Ciência), Gustavo Capanema, Benedito Valadares, Marcondes Filho, Simões Lopes, Salgado Filho e Góes Monteiro, Agamenon é reconhecido entre os principais construtores do Estado Novo. Conspirador “**In pectoris**” (do peito) de Getúlio Vargas, o ex-ministro do Trabalho e da Justiça é nomeado Interventor de Pernambuco. O governador Carlos de Lima Cavalcanti, ex-aliado de Agamenon, é deposto pelo coronel Amaro Azambuja Vilanova em nome do Estado Novo. Havia sido decretado o estado de emergência em Pernambuco.

“Cesse tudo que a antiga musa canta/ que um valor mais alto se alevanta”, como dizia Camões. No dia 25 de novembro Agamenon foi nomeado Interventor federal em Pernambuco.

Na hora H, em 3 de dezembro de 1937, o sertanejo que tinha um mandacaru no peito, que não dava sombra nem encosto aos adversários do Estado Novo, assumiu o cargo de Interventor, com carta branca do presidente Getúlio Vargas para casar e batizar, nomear, demitir, transferir, prender, soltar, administrar todos os sacramentos do poder.

Diante de uma multidão defronte ao Palácio do Campo das Princesas⁵ e tendo como testemunha os baobás da Praça da República, Agamenon pronuncia a famosa frase que se tornaria uma lenda em Pernambuco:

— Eu vim para trazer a emoção do Estado Novo.

Numa revisão histórica de final do século, poderá ser dito que o Estado Novo foi o AI-5 da Revolução de 1930. Ou, noutras palavras, o Estado Novo está para a Revolução de 30 assim como o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, está para o Movimento Militar de 1964.

Além de trazer “a emoção do Estado Novo”, o Interventor trouxe o nome dos aliados para plantar nos principais cargos da administração estadual e cumpriu a missão do novo regime. Foi feita uma podaço geral nos roçados políticos que haviam sido plantados pelo governador Carlos de Lima Cavalcanti.

Em tempos de Intervenção, os rios só correm para o mar — e o mar era o Palácio do Campo das Princesas, mais exatamente o gabinete do Interventor. Era a palavra de ordem da centralização administrativa.

— O nosso lema é o ruralismo, é a criação da riqueza, e o combate a tudo o que é suntuário, dispersivo e inútil — proclamou o homem.

Como parte da podaço nos roçados municipais, o Interventor nomeou novos prefeitos para a grande maioria dos municípios do Estado. Os prefeitos ficaram subordinados a orientação traçada pelo Interventor, segundo a qual “o desenvolvimento da vida local é um dos postulados fundamentais do plano de governo”.

A Prefeitura do Recife era o jardim das predileções do Interventor. Para bem cuidar dos jardins recifenses ele nomeou o lavrador Novaes Filho. “O meu ato, nomeando um homem do campo, administrador honesto dos seus bens e apaixonado pela terra e os problemas econômicos de Pernambuco, obedeceu aos imperativos da política social, que seria a base do meu plano de governo”.

O capítulo do prefeito Novaes Filho estava diretamente relacionado com a campanha para acabar com os mocambos na capital.

De confissão católica, adepto da doutrina social da Igreja e devoto de Nossa Senhora do Carmo e amigo do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Miguel de Lima Valverde, Agamenon apoiou com entusiasmo a realização na capital, em 1938, do III Congresso Eucarístico Nacional, evento que contou com a presença de cardeais, arcebispos e bispos de todo o País e de representante do Vaticano. Para tanto, o Interventor acionou o prefeito Novaes Filho para que fosse construído o Parque 13 de Maio, um dos espaços verdes mais agradável e bucólico do Recife.

Episódio tipicamente agamenônico aconteceu em Olinda. O prefeito da cidade era um cidadão chamado Luís Sérgio, eleito nas urnas em 1934. O Interventor pediu ao prefeito olindense que fizesse a gentileza de renunciar ao cargo para que ele nomeasse um substituto. O prefeito atendeu ao pedido e o Interventor agradeceu a gentileza. Manda quem pode, obedece quem tem juízo. Eis o detalhe, por sinal do tamanho de um bonde da Tramways: o prefeito Luís Sérgio Magalhães era irmão do Interventor Agamenon, que não gostava de nomear parentes na política. Demitiu o irmão, mesmo sem gostar. Luís Sérgio foi morar no Rio de Janeiro, onde passou a ganhar o pão e as demais refeições de cada dia com o suor do rosto no ofício de escrivão do Fórum de Justiça.

⁵ Discursos oficiais à parte, conta-se, a título de humor, uma historieta incorporada ao lendário popular em torno de Agamenon. Ao final do discurso o Interventor teria dito: “E convoco a todos para o trabalho.” Ao que protestou no meio da multidão um desses personagens inimigo de quem inventou o trabalho: “Começou a perseguição!”.

Com botas de sete léguas, o Interventor percorreu todas as trilhas e prateleiras da administração estadual. Na hora H de montar o secretariado, Agamenon lembrou-se das boas almas da Congregação Mariana, numa reverência à Igreja Católica e à doutrina “*Rerum Novarum*”, encíclica da doutrina social humanística. Entre esses nomes estavam Manoel Lubambo, secretário da Fazenda; Etelvino Lins, da Chefatura de Polícia (futura Secretaria de Segurança Pública, a chamada Sorbone⁶ da Rua da Aurora), Apolônio Sales, secretário de Agricultura; Arnóbio Tenório Wanderley, da Secretaria de Governo, e o jornalista Nilo Pereira, do Departamento de Educação, futura Secretaria de Educação; José Vieira Coelho, procurador geral do Estado; José do Rego Maciel, procurador fiscal do Estado e futuro secretário da Fazenda, em substituição a Lubambo. Catecismos à parte, foram nomeados Gercino de Pontes para a Secretaria de Viação e Artur Moura, secretário de Justiça.

O programa agamenônico de governo consistia, em linhas gerais, na recuperação econômica e social de Pernambuco. Com sua emoção de Estado Novo, ele trouxe as idéias de florescimento do Sertão, combate ao latifúndio improdutivo, diversificação das culturas ao invés da monocultura da cana-de-açúcar, fixação do homem à terra e disseminação do sistema de cooperativas. A erradicação dos mocambos no Recife e a pavimentação de estradas eram prioridades de governo. O ruralismo era uma das principais coordenadas governamentais.

— O cabo da enxada não é tão ingrato como se supõe. Talvez a máquina seja mais cruel. A enxada dá e não toma. A máquina dá e tira. A roça está vivendo melhores dias. Chegou também a sua hora – dizia Agamenon nas pregações doutrinárias.

No momento em que a Interventoria completava aniversário de um ano, assim falou Agamenon na Folha da Manhã:

“Pernambuco: nem eu prometi em vão, nem em vão vos confiastes. (...) Não viria governar o meu Estado senão para assegurar ao povo de minha terra melhores condições de vida. Em vez de artifícios enganadores, eu trouxe um plano de recuperação econômica e social de Pernambuco. (...) O poder no Estado Novo não é poder pelo poder. É o poder pelo trabalho. Não transigi com minhas próprias paixões, não transigi com qualquer interesse. Só tive uma preocupação, do bem público. Meu governo não tem confronto, porque governei à luz do dia, com a colaboração de todas as classes (...) A solução dos problemas econômicos foi encaminhada. Justiça, eu procurei realizá-la atenuando as dificuldades da fortuna, combatendo as explorações. Nenhum interesse particular pode lograr predomínio sobre interesse público”.

Quando fala que seu governo não tem confronto, Agamenon revela o objetivo de trabalhar em busca de consensos para dissolver os conflitos sociais, ao invés de se curvar à pregação marxista da luta de classes.

⁶ O nome “Sorbone”, da famosa Universidade Francesa, era utilizado inicialmente pelo jornalista Aníbal Fernandes, ex-colega de Seminário e adversário de Agamenon, numa referência irônica à “sabedoria” dos homens que dirigiam a Secretaria de Segurança Pública instalada na Rua da Aurora.

MOCAMBOS LENDÁRIOS

Liga Contra o Mocambo virou símbolo de Agamenon Magalhães no imaginário popular. Este constitui um dos principais capítulos da ação doutrinária, política e administrativa durante o período da Interventoria, agamenônica. Depois do reconhecimento de terreno nos finais de 1937 e 1938, a Liga Social Contra o Mocambo foi criada oficialmente em 12 de julho de 1939. Em 1945 foi transformada em Serviço Social Contra o Mocambo, com natureza jurídica e política menos intervencionista no sentido autoritário e mais assistencialista. Acompanhem as batalhas agamenônicas contra o mocambo.

A erradicação do mocambo, mediante a construção de casas populares de alvenaria, insere-se entre as prioridades econômico-sociais do governo de Agamenon Magalhães: urbanização e saneamento das cidades, pavimentação de estradas, habitação popular, fortalecimento da pequena agricultura, saúde e educação.

A luta contra o mocambo evoca a figura do sertanejo que se fez urbano sem esquecer as origens. Relaciona-se com a histórica questão social, atualmente tratada como direito de cidadania.

No início do moderno século XX os conservadores costumavam dizer que a questão social era um caso de polícia. Os mudaram, mas muitos governantes ainda conservam esses fantasmas na cabeça, como se existisse um formal para conservar idéias retrógradas. A Revolução Industrial não bastou para afugentar essas assombrações.

A fermentação de idéias em torno da questão social gerou duas receitas antagônicas: de um lado o marxismo, com a pregação da luta de classes e ditadura do proletariado, sob o signo da Revolução Soviética; e a doutrina social da Igreja Católica, tendo como base a Encíclica *Rerum Novarum*, anunciada pelo Papa Leão XIII em 1891 e que foi retomada pelo Papa Pio XI para contrapor-se aos comunistas.

Entre o barbudo Karl Marx e Jesus Cristo, entre o Capital e os Evangelhos, o sertanejo Agamenon Magalhães optou pelos ensinamentos da Igreja Católica, Apostólica, Romana e pernambucana. Vem daí a inspiração filosófica da Liga Social Contra o Mocambo.

O imaginário popular gravou a campanha contra o mocambo como marca registrada de Agamenon Magalhães. Na realidade, a iniciativa vai além de uma política assistencialista de governo. Revela uma concepção de poder baseada na convergência das classes sociais em torno das propostas do Estado Novo.

A luta pela extinção do mocambo, segundo a cientista política Dulce Chaves Pandolfi, “era parte de um projeto maior, que pressupunha integração e harmonia social. E o mocambo era o símbolo da marginalidade, da desagregação social”. “Agamenon Magalhães, ao incentivar este tipo de proposta, explicitava a sua visão sobre as relações entre o capital e o trabalho”, afirma Pandolfi. Refere-se ao exemplo de indústrias têxteis em Camaragibe e em Paulista que no começo do século construíram vilas habitacionais para seus operários. A seguir, dá o desconto ideológico:

“Apesar da concessão de moradia significar para o operário uma relação de emprego mais estável, esta era uma forma de a fábrica conseguir uma maior disciplina no trabalho, uma menor rotatividade de mão-de-obra, exercendo uma grande interferência na vida doméstica do operário, conduzindo conseqüentemente a um fortalecimento do esquema de ‘lealdade’ política”.

Agamenonicamente falando e de acordo com os ensinamentos da Encíclica ***Rerum Novarum***⁷, o direito de propriedade equivalia a um direito natural e de tal modo todo cidadão deveria ter direito a casa, comida e roupa lavada, no dizer popular. A Liga Social propunha-se a prover esse direito às famílias. Para tanto, era financiada pelo Governo e receberia donativos de empresas, entidades de classe, associações ou mesmo dos voluntários de corações generosos.

Os corações generosos da Associação Comercial realizaram em 1940 um formidável leilão em benefício da Liga Social Contra o Mocambo. Também a Federação das Indústrias passou a contribuir regularmente para erradicar os mocambos. Os usineiros e fornecedores de açúcar, generosos pela própria natureza, contribuíram com uma cota de acordo com a produção. Na safra de 1938-1939, os fornecedores contribuíram com 500 réis por tonelada de cana produzida. Rendeu 500 contos revertidos na construção de 85 casas e uma escola de arte culinária para as cozinheiras. Deu no jornal: um fardo de algodão derrubou 12 mocambos para a construção de 12 casas de alvenaria: a doação dos agricultores foi leiloada por 62 contos de réis.

Quando algum empresário milionário não demonstrava generosidade, o Interventor entrava na linha para abrandar seu coração. Era seu estilo de paternalismo autoritário. Ou de autoritarismo paternalista, como queira definir o freguês.

Os operários sindicalizados faziam a doação de um dia de trabalho. Por fim o Governo federal, que tem um coração do tamanho do Brasil, aprova uma verba orçamentária de 4 mil contos anuais para a campanha em Pernambuco. Calculando-se cada moradia na média de 4 contos de réis, daria para construir mil unidades.

O noticiário oficioso da “Folha da Manhã” sintetiza as linhas gerais do programa de governo: construir casas a um custo de 3 a 8 contos, conforme a família, para venda ou aluguel aos moradores de mocambo; construir

⁷ Encíclica “*Rerum Novarum*” (Das coisas novas), anunciada pelo Papa Leão XIII em 1889, questiona o capitalismo emergente e preconiza a humanização das doutrinas econômicas e das relações trabalhistas.

casas para operários sindicalizados e contribuintes dos Institutos de Previdência, Caixa e Pensões do Ministério do Trabalho; proibir a construção de novos mocambos. O mocambo desocupado deve ser interditado pela Saúde pública e o proprietário intimado a demoli-lo; os proprietários de terrenos pagariam pesados impostos; os terrenos alagados seriam aterrados para impedir novas construções; quem construísse mocambos para aluguel ficaria sujeito a uma “solução legal”, o que significava uma pura e simples desapropriação.

CIDADE LENDÁRIA

O Recife no final da década 1930 era uma cidade lendária com cerca de 500 mil habitantes, dos quais, em números gordos, 164 mil viviam em cerca de 45 mil mocambos, segundo censo populacional realizado pelo prefeito Novaes Filho. Dado inquietante revelava que apenas 3 mil mocambos eram próprios e os moradores não pagavam o aluguel do chão. E apenas 4 mil mocambos possuíam fossas. Um dado mais animador era que apenas 3,30 % dos habitantes dos mocambos estavam sem desempregos, percentual considerado reduzido se considerada a pobreza generalizada. A maioria dos homens trabalhava como artesãos, operários, comerciantes. A maioria das mulheres eram domésticas, naturalmente. Essas informações foram divulgadas intensamente na Imprensa como parte da campanha para erradicação dos mocambos.

No modo de pensar agamenônico, “já é tempo da questão dos mocambos sair da literatura e dos romances para o terreno das soluções práticas. Não basta dizer e escrever todos os dias que o Recife tem 45 mil mocambos. Faz-se mister atacar o problema, sem arruinar nem foguetes”.

Chamado pelo Interventor de “prefeito-matuto” e lavrador, Novaes Filho havia sido nomeado em obediência aos “imperativos da política social”, para cuidar da periferia da cidade. O matuto Interventor e o matuto prefeito estavam bem harmonizados nesse propósito.

O matuto de Vila Bela explicou que os prefeitos anteriores só haviam se preocupado com a área urbana, em “calçar e rasgar avenidas, enquanto a maré invadia a nossa urbis, em furos e breves, tornando-a cada vez mais lacustre. A grande avenida que liga o Recife a Olinda só tem água e mangue, viveiros e alagadiços”.

Mas, fez a ressalva ao engenheiro sanitário Saturnino de Brito, que muito contribuiu para sanear as veias abertas do Recife no começo do século passado:

“(....) deixou, em dois livros, o plano do saneamento do Recife, não só por meio das galerias pluviais e do esgotamento das casas, como pelos canais para drenar e valorizar os terrenos alagados. Leia-se o que o grande engenheiro sanitário nos aconselhou e que os governos não ouviram, por ignorância, por ausência de espírito público ou falta de compreensão administrativa então. Disse ele, no primeiro volume da sua maior obra – “O saneamento do Recife”:

“Projetamos, entre outros, um canal a partir do Derby (tendo pequeno ramal pelo Paissandu) atravessando o Parque Amorim e o baixio entre Espinheiro e Boa Vista, saneando o mangue entre a Rua 13 de Maio e a Rua Luiz do Rego, e vindo atravessar o Parque 13 de Maio, para sair sob a ponta da Gamboa à Rua da Aurora”.

Diante dessas obras não realizadas, o Interventor estranha que a Prefeitura do Recife tenha feito um empréstimo de 15 mil contos para abrir avenidas no bairro de Santo Antônio; mais um empréstimo feito pelo Estado à Caixa Econômica de 60 mil contos para construir o Cais de Santa Rita e armazéns, que estavam arrendados às Docas; e outro empréstimo feito pelo Estado ao Banco do Brasil de 30 mil contos para o saneamento do Interior, só tendo sido aplicados 8 mil contos e deixando os fornecedores sem pagamento.

É de lamentar o desperdício: “Tanto dinheiro malbaratado para a cidade do Recife continuar debaixo d’água”.

O problema da moradia popular no Recife, como de resto em todo o País, vinha de longa data e tinha a ver com os fluxos migratórios, seca e desequilíbrios regionais. A pesquisadora Dulce Pandolfi relata que no Governo Sérgio Loreto, de 1922 a 1926, foi criada a Fundação da Casa Popular. Mas, a idéia não prosperou. Depois da Revolução de 1930, o Interventor Carlos de Lima Cavalcanti tocou a construção de vilas populares, mas não teve fôlego para levar o projeto avante.

Mesmo que interpretada como sendo paternalista ou autoritária, a intervenção de Agamenon ao atacar o problema da moradia popular é reconhecida pelo pioneirismo em termos nacionais. Havia também por trás dos mocambos a questão dos latifúndios urbanos, fonte permanente de especulação imobiliária. Na busca da convergência social a que a Liga Social se propunha, o Interventor convidou os proprietários de terreno para se reunirem em Palácio e discutir o assunto. Não precisa dizer que convite de Interventor era uma ordem. Propôs que eles participassem do mutirão como construtores de vilas para vender as casas aos trabalhadores. Mas, os corações dos latifundiários urbanos não se sensibilizaram com a idéia, apesar das pressões ostensivas do Interventor.

Manda quem pode, obedece quem tem juízo, reza o ditado popular. Sob pressão do Interventor, empresários organizam a “Empresa Construtora de Casas Populares”, funcionando como sociedade anônima. Subscreveram o capital inicial de 2 mil contos de réis. A empresa atua paralelamente à Liga Social na construção de moradias. Sem motivação empresarial e cumprindo uma missão de governo, perde o fôlego e deixa de existir antes do final do governo.

De sua parte, o Interventor considera ter cumprido a missão. Mais que as obras de pedra e cal, Agamenon escreve sobre uma mudança de mentalidade. Escreve artigo sob o título “O pudor do mocambo”, em que afirma:

“Já há um pudor do mocambo, quando antes da Cruzada Social pela habitação popular, muita gente achava aquilo pitoresco, e ter mocambo era aspiração de classe. Ouvi muitas raparigas dizerem que tinham um mocambo, como se dissessem que tinham um dote ou uma jóia. Os proprietários de terreno, que alugavam o chão ou faziam mocambo para alugar, se julgavam burgueses, instalados na vida, sem mais canseiras ou preocupação de trabalho. Hoje, felizmente, ninguém quer ter mais mocambo, que desperta certa vergonha, como um vestido rasgado, um sapato que não esconde mais os pés, um chapéu comido pelo uso, qualquer coisa, enfim, que cheira a decadência ou que lembra um fim de vida ou a incapacidade de viver”.

E vai por aí anunciando novos tempos.

O que dizer dos resultados em pedra e cal? Vamos aos números divulgados pela “Folha da Manhã”, o diário oficial do governo: em quatro anos de existência, a Liga Social Contra o Mocambo construiu 5.707 casas na capital e 8.109 no Interior. De sua parte, as usinas de açúcar construíram 6.824 casas no período 1939-1943. Além das vilas operárias, também foram ministrados cursos de culinária, de corte e costura, instalados centros educativos, postos médicos e dentários.

Essas realizações são consideradas modestas diante da magnitude do problema, tendo em vista as informações do censo populacional de que há quatro anos havia 165 mil pessoas morando em 45 mil mocambos. Daí é que Agamenon enfatiza a conscientização sobre o problema da moradia miserável e fala numa mudança de mentalidade.

Em paralelo, a destruição e a interdição de mocambos produziam um fluxo migratório de volta ao Interior de Pernambuco e de outros Estados do Nordeste. O Interventor saudava esses feitos:

“A campanha contra o mocambo está produzindo resultados surpreendentes. Um deles é o da volta do habitante do mocambo para o campo. Na última audiência pública mandei dar passagem a diversas famílias que, não tendo mais onde morar, desejavam voltar para o Interior. Dessas famílias, duas eram do Rio Grande do Norte. Não tinham mais o que fazer aqui sem o mocambo. O interessante, é o que eu quero registrar, foi a revolta de uma família de Gameleira, que também veio pedir os passaportes para regressar ao seu lugar de origem.

— Mocambo desgraçado, doutor. Vendi a minha casinha em Gameleira para comprar mocambo no Recife. Agora estão botando mocambo abaixo e ninguém paga mais a renda. Vou começar a vida de novo. Mande me dar, ao menos, as passagens.

— De que vai viver? – perguntei eu.

— De duas máquinas de costura que consegui ainda salvar. Mocambo desgraçado. Derrube todos, doutor”.

Na verdade, o mocambo era gerado pela miséria, ao invés de ser gerador de miséria. Nesse ponto, a crítica mais freqüente é que o mocambo deveria ser considerado efeito, e não causa das misérias sociais.

A inversão do êxodo rural, do litoral para o Interior, o êxodo anti-caranguejo, está associado a outra prioridade do governo de Agamenon Magalhães, qual seja, a fixação do homem ao campo e a “ressurreição do mundo rural”. Ele escreveu a respeito que os retirantes dos mangues não produziam, não tinham arte nem emprego.

O CÉU NÃO É PERTO

Os meios de comunicação martelavam junto à opinião pública a idéia de que o mocambo como tipo de habitação era a principal fonte das misérias sociais. A partir desse mote, o Interventor entendia que “o pudor do mocambo” seria o fator psicológico decisivo para o êxito da cruzada.

Ao relatar visita feita a Santo Amaro para presenciar a derrubada de mocambos em viveiros que estavam sendo aterrados, Agamenon depara-se com situação curiosa. Ele humaniza o cenário:

“(....) Nisso, aparece uma velha, que eu já tinha visto na inauguração de um chafariz, ali mesmo, que era o sítio chamado “Sete mocambos”. Essa vinha danada da vida porque ia deixar o mocambo. Era número um. Não tinha marido, nem filho, nem mais nada. Vivia de carregar uma latinha d’água para os seus fregueses dos mocambos. Agora, estava sem emprego e sem mocambo. O que ia fazer com aquele dinheiro – 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) – da indenização paga para mudar-se?”

O Interventor apresenta sua proposta de governo à velhinha: *“Respondi que tinha um lugar para ela, no Abrigo Cristo Redentor, a ser construído brevemente, o engenho Jangadinha. Ela ia ter almoço, jantar e ceia. Roupas limpas. Um rosário para rezar. Muitas velhinhas para falar com ela da vida alheia, nas horas vagas. Uma almofada para fazer rendas. Um lugar, enfim, onde ela ia começar a viver, no fim da vida. Olhou a velhinha para mim, com uns ares de crença e dúvida, e disse: “Isso era mesmo que o céu”.*

A velhinha acreditava que o céu é perto.

O Estado Novo começou a entrar em plano inclinado com os ventos liberalizantes em 1945. Em 15 de fevereiro a Liga ganha a natureza jurídica de autarquia e se transforma no Serviço Social Contra o Mocambo. Nessa fase já não atua com mão de ferro e desenvolve mais ações assistencialistas na área de habitação popular. O inchaço urbano, os mocambos, casebres, palafitas, as habitações miseráveis continuam se alastrando sem misericórdia como sintoma da penúria econômica e social.

A história da habitação popular em Pernambuco divide-se em antes e depois de Agamenon. A campanha contra o mocambo sacudiu a “poeira” de que falava Agamenon, sacudiu as lavadeiras, as costureiras, as cozinheiras, artesãos, os pescadores, estivadores, cobradores, condutores, bancários, industriários, motorneiros, serventes, contínuos, os catadores de siris e de caranguejos.

Ainda hoje não há políticas públicas eficazes para prover a habitação popular. Os seres humanos continuam vivendo ao léu, assim como Deus criou batata, no dizer do matuto.

O sonho agamenônico era maior que a realidade. O céu não é perto.

FINANÇAS EM DIA

Caboclo Agamenon, como vão as finanças de Pernambuco?

Ele fez um balanço ao final de quatro anos de governo:

“Os resultados desses quatro anos de luta pelo bem público e pela restauração de Pernambuco aí estão. As riquezas aumentaram, a arrecadação elevou-se, no primeiro ano a 87 mil contos, no segundo a 108, no terceiro a 112 mil e no quarto a 117 mil contos.

E não esquece o ex-aliado Carlos de Lima Cavalcanti:

“Quando assumiu o governo em dezembro de 1937, disse aos meus concidadãos que vinha realizar um regime e que o Estado devia ser como um homem honesto. A situação econômica e financeira de Pernambuco era, então, muito difícil. Os déficits orçamentários, a dívida flutuante, empréstimos sobre empréstimos que oneravam as despesas públicas em mais de 20 por cento. Basta considerar que encontrei dois empréstimos internos feitos em condições vexatórias para o Estado. Um de 30 mil contos, com o Banco do Brasil, feito em 1933, juros de 7 por cento e obrigação de recolhimento diário de 10 por cento da arrecadação naquele estabelecimento de crédito. Outro de 60 mil contos, feito com a Caixa Econômica Federal (....)

“Os cofres do Tesouro vazios e o Estado sem crédito, nem confiança. Esse era o quadro financeiro de 1937. A arrecadação nesse ano atingiu a 77 mil contos e a despesa a 88 mil. A situação econômica era de franca depressão e a social acompanhava a curva dessa depressão”.

E então, caboclo?

“A dívida flutuante foi resgatada integralmente, o pagamento dos empréstimos retomado, as finanças restauradas e os compromissos do Estado em dia. Realizamos um programa de trabalho, em todos os setores, financiado pelos saldos orçamentários. Rodovias e pontes, nunca se fizeram tantas, os serviços agrícolas também jamais atingiram, em qualquer outra administração, quer no Império, quer na República, maior e mais inteligente desenvolvimento; as obras sociais, essas então, estão florescendo em toda a parte na capital, nas fábricas, no Interior, tendo o homem hoje em Pernambuco outra dignidade e a vida outro sentido.

“Tudo isso me envaidece, mas é obra sobretudo de uma orientação e de um regime.”

AMIGO DOS AMIGOS

Na hora H, Agamenon era amigo de fé dos amigos, camaradas. Em 1940 lhe chegou a notícia de que o médico Vicente André Gomes havia falecido e a viúva, dona Anunciada de Figueiredo Gomes, recebeu uma herança de 14 filhos para criar. Eram sete homens e sete mulheres. O Interventor Agamenon compareceu ao sepultamento. O dr. Vicente foi chefe da Enfermaria do Hospital Pedro II e era amigo do dr. Sérgio Nunes de Magalhães, pai de Agamenon.

A família estava em dificuldades. A casa de residência na Rua da Palma tinha sido hipotecada para pagar despesas variadas. A viúva não tinha como pagar os estudos de tantos filhos. Formou-se uma comissão de amigos do velho médico para interceder junto a Agamenon em favor da família. O atarefado Interventor despachou a comissão e mandou um aviso: para ajudar a família do dr. Vicente Gomes não precisava que ninguém lhe pedisse.

As filhas do dr. Vicente eram normalistas (estudantes de Pedagogia), como se dizia na época. Três dias depois empregou as moças e transmitiu à viúva que os meninos podiam continuar os estudos e que a conta do colégio fosse mandada para o Palácio.

Tudo parecia em paz quando, 15 dias depois, os jornais informaram que a residência da viúva e filhos iria ser leiloada na hasta pública. A viúva Dona Anunciada procurou Agamenon e este a recebeu prontamente. Na presença dela, telefonou para o secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins, e sentenciou ao seu modo de paternalista autoritário:

— Mande prender os agiotas que estão infernizando a família do dr. Vicente e tome providências para que a residência não vá para a hasta pública.

Dito e feito. Um dos filhos do dr. Vicente é o médico, ex-deputado e vereador Moacir André Gomes, pai do ex-vereador e ex-deputado Vicente André Gomes.

O episódio está contado no livro “Roteiro de velhos e grandes sertanejos”, de Luiz Wilson.

Os amigos eram tratados com sombra e água fresca. Para os inimigos, principalmente os agiotas, a lei do mandacaru não dava sombra nem encosto.

O CAROÁ CARO ERA

Caroá é uma bromélia sertaneja, planta xerófila típica da caatinga, muito resistente e cujas fibras servem para fazer cordas, sacarias e tecidos em geral. O aproveitamento da planta é feito por extrativismo. A indústria do caroá chegou a ser uma atividade econômica promissora em Pernambuco nos anos 1930 e 1940.

Em 39 Agamenon, em companhia do secretário de Agricultura, Apolônio Sales, visitou uma fábrica no Jiquiá – firma R. Addobati – que tinha 80 toneladas da fibra em depósito e consumia 15 toneladas mensais. No ano passado a produção de cordoalhas de caroá havia rendido 190 mil quilos e 1.140 contos de réis.

Alguns lordes da época, inclusive Agamenon Magalhães, usaram terno de caroá. Um terno feito com tecido de caroá, mesmo sendo muito ecológico, espichava de tamanho, devido ao amadurecimento da fibra. A fibra era mais apropriada para sacaria e corda, por ser muito resistente. Fibra mais maleável só havia a juta e o carrapicho. Agamenon ficou maravilhado e escreveu um artigo dizendo que “a fibra do caroá ou do carrapicho vale mais do que todos os arranha-céus da Cidade Maravilhosa.” (crítica aos capitalistas pernambucanos que levavam dinheiro para construir edifícios no Distrito Federal) “O que uma geração juntar, a outra dissipará. Só o trabalho é a grande escola de economia e conservação do capital”.

Tempos passaram. Ex-prefeito de Serra Talhada, o escritor Luiz Lorena conta que no mês de setembro de 1950, durante a festa da Padroeira, ao visitar o distrito de Bernardo Vieira, Agamenon parou na fazenda de sua madrinha Dona Joaquina Diniz Pereira. Mas, adiante, na fazenda Belém, observou os escombros de uma fábrica de caroá. Ficou matutando e pediu explicações ao seu acompanhante.

Lorena, que gerenciou a fábrica por dois anos, explicou que o fechamento foi decorrente de uma crise na cooperativa dos caroazeiros. Da extração e desfibramento até o transporte para a indústria, os custos elevados inviabilizavam a atividade. Ao final da Segunda Guerra, os trustes da juta fazem o cerco contra a extração do caroá.

Agamenon prometeu que quando assumisse o governo ia enfrentar o problema (naquele tempo estava em campanha eleitoral no Interior). Dito e feito. Entrou na linha com as autoridades federais e meses depois o Banco do Brasil anunciou uma linha de crédito de 30 milhões de cruzeiros à disposição da Cooperativa do Caroá, sediada na cidade de São Caetano. Era a salvação da lavoura do caroá.

Poucos dias depois, deu nos jornais: vivaldinos, os diretores da Cooperativas colocaram à disposição de si mesmos um aumento de 200 por cento nos próprios salários. Ao invés de salvar a lavoura, os dirigentes queiram salvar a própria pele. Ao confirmar a notícia, Agamenon ligou o Graham Bell para o Banco do Brasil mandando suspender a linha de crédito. Os dirigentes da cooperativa tentaram uma audiência para se justificar perante o governador. Mas, o chefe da Casa Militar, coronel José Jardim de Sá, mandou os caroazeiros plantar batatas.

O caroá caro era.

MOMENTO POÉTICO

Não se diga que o sertanejo Agamenon tinha um coração de mandacaru, que não dá sombra nem encosto, por isso não sorria nem gostava de poesia. O cronista Nilo Pereira, um gentil homem, relata que numa boca-da-noite foi chamado ao Palácio das Princesas para tratar de política. Na ante-sala, lá estava o poeta Ascenso Ferreira, que o saudou como o salvador da Pátria. O poeta contou que já havia consumido um chá-de-cadeira de duas horas à espera de falar com Agamenon. “Dê um jeitinho, Nilo!”. O gentil homem, que também tinha um coração de poeta, arquitetou um plano para cumprir a missão.

— Doutor Agamenon, eu queria que o sr. recebesse o poeta Ascenso Ferreira, que há duas horas espera para lhe falar.

— Não posso. Só amanhã – driblou o homem do mandacaru, enquanto despachava com o secretário da Agricultura, Gomes Maranhão, sobre os roçados políticos do PSD.

Nilo não se deu por vencido. Esperou um momento para lançar o argumento fulminante:

— Já pensou, doutor Agamenon, o que o poeta pode sair daqui dizendo lá fora, que o governador não o recebeu porque está muito preocupado com as eleições ...

Agamenon sentiu a malícia e decretou:

— Mande entrar o poeta.

O poeta Nilo descreve a cena: “Lá vem Ascenso Ferreira, corpo de gigante, alma de menino, o chapelão à mão, meio trôpego, oscilando como uma grande árvore na tempestade”.

— Ô de casa, Agamenon!

— Ô de fora, Ascenso!

— É de paz!

— Pode entrar.

Começaram a prosar. Que ventos lhe trazem, poeta? Queria vender seu livro “Cana caiana” acompanhado de um disco em que ele declama as poesias com voz de trovão e conta histórias de assombração.

— Quanto é o livro?

— Um conto e quinhentos réis cada um.

— Eu compro quinze para distribuir nas escolas.

Ascenso ficou muito ancho da vida e, atendendo ao pedido do anfitrião, recitou algumas poesias. Ao se despedir, declarou:

— Dizem que tivemos governadores intelectuais. Intelectual é você, Agamenon, que compra meus livros.

— Vai com Deus, Ascenso!

— Fica com Deus, Agamenon!

Ascenso, voz de trovão, tinha o coração do tamanho de um bonde elétrico que circulava antigamente nas ruas do Recife. Agamenon, coração de leão, carregava no peito os mandacarus do Sertão. Mas, o poeta também tinha uma língua muitíssimo ferina.

O sertanejo, coração de leão, não tinha medo de guerra, nem de trovão, nem de assombração. Mas, convém não desafiar a língua ferina dos poetas.

— Sossega, leão! – trovejou Ascenso com jeito de menino.

Em matéria de poesia, Ascenso era o cão chupando cana caiana.

Também ficou provada a lei segundo a qual de poeta, de médico e de louco todos nós, brasileiros, temos um pouco.

O encontro com o poeta inspirou o seguinte artigo publicado no dia seguinte:

CANA CAIANA

“Ascenso Ferreira é uma criança grande. O garoto emotivo que se fez homem na estação de trem de Palmares, conversando com os vendedores de açúcar, os carreiros, os contrabandistas de aguardente, os cortadores dos canaviais, e freqüentando os sambas e as festas nas casas-grandes dos engenhos.

O seu livro “Cana Caiana” é cheio de aspectos daquela paisagem humana, descrito e sentida em versos, que só ele sabe fazer e declamar. Versos originalíssimos. Versos, que não poderão ser recitados sem a música das serenatas, o batuque das senzalas, a toada dos tangedores da boi manso e das cabras do eito. A cada passo, a leitura dos versos é interrompida pelo grito dos garotos com medo dos mal-assombrados, que descem nas noites escuras das matas e dos canaviais.

Quando a música não tem mais notas para acompanhar os versos, Ascenso solta os ruídos das locomotivas, das rodas dos carros de boi, da foice na palha da cana, das turbinas, das moendas, da enxada na terra molhada, da pisada do alazão e dos burros de cangalha, sacudindo a memória auditiva do leitor.

No livro do poeta da cana caiana, o que os olhos não podem ver, os ouvidos percebem. Os gramáticos chamariam onomatopaicos os versos de Ascenso Ferreira, porque neles os sons substituem as rimas, explicam as imagens e dão sentido às palavras.

Nos perfis sentimentais, o poeta é sem igual. Aquela mulata sarará, com a flor do cajueiro nos cabelos e o agatiado dos maracajás nos olhos, é quadro que nenhum pintor poderá fixar. Aquela Maria, branca como a polpa do ingá maduro e o veludo da imbaúba nos olhos, à sombra da ingazeira da beira do rio, não há quem esqueça. (29.09.1939).

Moral da história:

Hora de comer, comer,
Hora de passear, passear,
Hora de governar, governar
Hora de despachar com o secretário de Agricultura sobre os roçados políticos do Estado, despachar com o secretário de Agricultura
Hora de atender a um pedido do escritor Nilo Pereira para conceder audiência ao poeta
Conceda-se a audiência ao poeta, que ninguém é de ferro.

O sertanejo Agamenon Magalhães não era de ferro, era feito de carne e osso, tripas e coração como todos nós.

E tem mais. O cantador Orlando Tejo, cujo coração balança entre a Paraíba e Pernambuco, depõe sobre outro caso em que o homem da terra do mandacaru rendeu-se às musas da poesia:

“Agamenon Magalhães via nos cantadores a figura autêntica da inteligência marginalizada. Convocava-os para cantarem nos seus comícios do Interior, porque “os poetas humanizam as batalhas democráticas”.

Na sua campanha de 1950, quando reconduzido ao Governo de Pernambuco, não desprezou a inteligência dessa tática política. Foi quando os repentistas Agostinho Lopes dos Santos e Lourival Baptista Patriota, ambos naturais de São José do Egito, inflamaram as multidões sertanejas com a espirituosidade de repente ainda hoje guardados na memória popular.

Abrindo um comício na cidade de Bom Jardim, improvisa Agostinho:

*“Os pais convidem seus filhos,
os filhos convidem as mães,
as mães convidem as filhas
e as filhas chamem as irmãs
para votarem na chapa
de Agamenon Magalhães”*

Lourival responde:

*“Agamenon Magalhães,
que tanta grandeza encerra,
nasceu em Serra Talhada,
naquela talhada serra,
por isso nasceu talhado
pra governar nossa terra”.*

Certa vez, recepcionando visitantes ilustres, o governador promoveu um encontro de repentistas em Palácio (a exemplo do que costumava fazer na Paraíba o presidente João Suassuna, na década de 20), com a participação, entre outros, de Agostinho Lopes dos Santos, José Vicente da Paraíba e os irmãos Dimas e Lourival Batista”.

O HOMEM SORRIU

E como já está provado que Agamenon não era de ferro, pelo menos uma vez na vida ele teria que sorrir, assim como todos os mortais. Nilo Pereira presenciou o momento histórico e o relatou para a posteridade.

Idos de 1951, o “Jornal Pequeno”, do Recife, entrincheirado na oposição ao governo, publicou violentas críticas a Agamenon acusando-o de perseguir um adversário, transferido da Secretaria da Agricultura para a Secretaria da Fazenda, à qual ele se referia como o Tesouro. O graduado funcionário, sem dúvida, perdeu gratificações ou foi colocado na geladeira. O “Jornal Pequeno” desancou o governador.

Eis que o líder governista Nilo Pereira aflorou no Palácio das Princesas e lá estava Agamenon andando em círculos, com as mãos para trás, sinal de que estava contrariado.

— Leu o “Jornal Pequeno”, Nilo?

— Li, governador.

— O artigo é violento e excessivo. Você acha alguma coisa demais por um funcionário à disposição do Tesouro?

— Não. Demais seria botar o Tesouro à disposição do funcionário – fantasiou Nilo.

O carrancudo Agamenon desatou numa gargalhada. Depois, contou o episódio a várias pessoas.

O sertanejo que tinha um mandacaru no peito sorriu com o coração.

A façanha de Nilo Pereira também serve para provar a teoria filosófica segundo a qual “o homem é um animal que ri”, mesmo que tenha um coração de leão ou carregue no peito os mandacarus do Sertão.

OPÇÃO PREFERENCIAL

Por ter feito opção preferencial pela política, nosso personagem atuou com menos intensidade nos campos profissionais da advocacia e do direito. Recém diplomado como bacharel em Direito, exerceu durante apenas um ano, em 1917, o cargo de promotor na Comarca de São Lourenço da Mata.

Com tese aprovada – “O Estado e a realidade contemporânea” – conquistou em 1934 a cátedra de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Recife. Mas, deu apenas uma aula para os alunos do primeiro ano e voou mais alto para ser ministro no Distrito Federal. O presidente Getúlio Vargas o nomeou advogado do Banco do Brasil, emprego que diante das incertezas da política poderia lhe garantir o ganha-pão de cada dia.. Mas, o cargo foi apenas uma nuvem passageira e silenciosa. O BB era pequeno demais para o sonho agamenônico.

Nos tempos de professor no Ginásio Pernambucano, montou sua tenda de advogado no “Arranha-Céu” da Pracinha. Em plena era moderna, 1929, aquele imponente edifício de seis andares foi plantado no centro do Recife e ganhou o apelido sintomático como revelação da arquitetura em busca dos espaços verticais. A turma de 1929 do Ginásio Pernambucano escalou as escadarias do “Arranha-Céu” da Pracinha e foi levar uma caneta de ouro como presente de grande estima ao lente de Geografia. O arranha-céu hoje é um nanico em meio a espigões na Praça da Independência.

Os conhecimentos e os saberes jurídicos é que foram de grande valia na formulação de projetos no âmbito parlamentar e de políticas públicas governamentais e nos ministérios.

CHUMBO DERRETIDO

O jornalista Agamenon Magalhães merece um capítulo especial em seu perfil biográfico. Com um pé na política e outro no batente da Imprensa, ele exerceu seu ofício como o jornalista doutrinador. Esta é uma categoria rara nas galerias do jornalismo, porque pressupõe poder político e poder de comunicação. No plano nacional, Carlos Lacerda foi um jornalista engajado e combativo, porque era dono da “Tribuna da Imprensa”. Era chamado de “O Corvo” pelos adversários, por conta de sua índole devastadora e implacável.

Pernambuco sempre foi pródigo em grandes jornalistas – sem falar em políticos, escritores e artistas —, a começar pelo Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, timoneiro e mártir da Confederação do Equador em 1824, redator do “Typhis Pernambucano”.

Mutatis mutandi, como dizem os latinistas, mudando-se o cenário histórico, a geração de Agamenon Magalhães confirma a regra histórica na primeira metade do século XX. Agamenon foi o expoente e o principal doutrinador do Estado Novo em Pernambuco. Exercendo o papel de jornalista doutrinador, confrontou-se com outros expoentes do jornalismo de Pernambuco, a exemplo de Aníbal Fernandes, ferrenhos opositores que foram nas trincheiras da “Folha da Manhã” e do Diário de Pernambuco nos tempos da Redemocratização.

Alguém já disse que o jornalista é um escritor público. A descrição encaixa-se perfeitamente em Agamenon. Assim como recomendava que o intelectual “deve fugir do enleio das ficções e apaixonar-se pela vida real”, o mesmo conceito aplica-se ao jornalismo doutrinador que ele exerceu.

Nas crônicas do dia-a-dia de Agamenon vamos encontrar as figuras singelas das lavadeiras, da dona-de-casa, o comerciante e o comerciante, o matuto sertanejo, o religioso, o menino que cata siri nos mangues, personagens da vida como ela é, no dizer do mestre da crônica de costumes Nélson Rodrigues. Não se diga que o estilo agamenônico era antiliterário. Devemos dizer, parodiando um pensador desconhecido, que a literatura é importante demais para ser exclusiva dos literários de carteirinha. O estilo direto e sem rodeios de Agamenon faz parte da objetividade na comunicação.

Ele pisou nos batentes de jornal inicialmente como redator de “A Província”, em meados da década de 1920. Vinha dos batentes da Assembléia Legislativa. A partir de 1938, já como Interventor, começa sua participação mais efetiva no jornalismo, como colunista e mandachuva da “Folha da Manhã”, órgão oficioso do Estado Novo em Pernambuco. Sua concepção no Estado Novo era de que “a Imprensa na estrutura do novo regime é um órgão do Estado, e o seu exercício será regulado por lei especial dentro dos dispositivos constitucionais”. Essa concepção, naturalmente, não poderia resistir aos tempos democráticos.

Sempre houve na Imprensa o articulista dos floreios intimistas, líricos e sonhadores que fazem digressões sobre o próprio umbigo. Na outra categoria estão os jornalistas interessados em divulgar as questões concretas do interesse da comunidade. Para usar uma metáfora, Agamenon pertencia a categoria dos escritores públicos que têm coragem de beber chumbo derretido e ainda lambem os beijos. Em Pernambuco, um Aníbal Fernandes, Mário Melo e Agamenon, entre os mais notáveis, sempre se serviam de chumbo derretido nas refeições. Andrade Lima Filho diluía um pouco o chumbo derretido. O gentil homem Nilo Pereira e o mestre das crônicas de amenidade, Paulo do Couto Malta, sempre foram da boa paz e do amor e não da guerra. Por isso não apreciavam as iguarias na base do chumbo derretido.

Transcrevo a seguir crônica de Agamenon, sob o título “O meu jornal”, como exemplo ilustrativo do seu estilo jornalístico e de sua prosa envolvente com os leitores no dia-a-dia:

“O MEU JORNAL”

“A edição vespertina da “Folha” foi o jornal que eu fiz desde o primeiro número. A cor do papel, o formato pequeno, a disposição da matéria, a paginação, tudo escolhi com o melhor gosto. Um jornal para o povo, a tostão, leve, informativo e que circulasse em todos os recantos da cidade, a começar pelos subúrbios. Jornal só de fatos e coisas brasileiras, jornal de propaganda do Estado Novo. Jornal em que eu pudesse todos os dias conversar com a minha gente, escrever para todas as classes, trocar idéias sobre os problemas do governo, dizer o que pensava e o que devia fazer, explicar e ouvir tudo.

É esse jornal que ontem festejou o seu primeiro ano de circulação e de sucesso. O povo chama-o a “folhinha”, ou “loré-loré” – o loré é o bonde de segunda classe, o reboque de 100 réis, onde se viaja de pés descalços ou de sapatos, de mangas de camisa ou colarinho, como se queira.

Há poucos dias, dizia-me um amigo que a “folhinha” era uma praga de gafanhotos voando pela cidade todas as tardes. Eu não tinha dúvida da vitória de um jornal assim. O Recife tinha uma imprensa de luxo. Grandes matutinos, como não há, no tocante ao aparelhamento técnico, em outras capitais do Brasil, caros, a 300 réis, inacessíveis à população de baixos salários, como a do nosso Estado. Matutinos sem circulação e lidos por três ou quatro mil leitores numa capital de 500 mil habitantes.

Não há exagero em dizer, que os matutinos são lidos, apenas, aos domingos. Um jornal vespertino, como a “Folha”, só podia ser recebido de forma por que o foi, isto é, como fome de publicidade.

Depois, o seu objetivo não é comercial. A “folhinha”, conquanto informativa, é, por excelência, um pregão de doutrina. Doutrina do Estado Nov, que é uma atitude diante do conflito das culturas. O operário, o soldado, o homem de negócio, o estudante, as moças e senhoras da alta e da média sociedade, as massas, enfim, e as elites, precisam, nessa hora de curiosidade e inquietação, de alguém que lhes diga onde está a verdade.

A verdade dentro do Brasil e não a que nos mandam em cartazes, boletins, livros e outros meios de propaganda, os messias de além-mar.

Quem abrir um dos matutinos do Recife, tem notícia de tudo o que se passa fora das nossas fronteiras, desde os menores incidentes do conflito sino-japonês até as últimas greves na França. Do Brasil, é que pouco se lê ou se indaga.

Eis porque o jornalismo fez parte do meu programa de governo. Todos os dias, reservo alguns minutos do expediente para escrever e conversar sobre os problemas nacionais. Escrever e conversar em estilo e forma que todos compreendam.

O artigo foi publicado em 25 de fevereiro de 1939, sob o signo do Estado Novo.

CANGAÇO

Para desgosto dos filhos da terra, o município de Vila Bela estava sendo conhecido nas décadas de 1920 e 1930 como “terra de Lampião”. Agamenon disse não. O banditismo dos cangaceiros era uma flagelo mais inquietante do que a seca, segundo o sertanejo Agamenon. Testemunhou o êxodo de famílias que deixavam o Sertão para escapar das atrocidades praticadas pelos bandoleiros.

Tão ou mais criminosos que os cangaceiros eram os “coiteiros”, na opinião de Agamenon. Eram assim chamados os fazendeiros que acoitavam, davam acolhida, homiziavam os cangaceiros. Nesse ponto, o guerreiro Agamenon era implacável: “É necessário uma legislação especial para combater o banditismo. Eu condenaria à morte, sumariamente, sem direito a recursos, nem perdão, todos os “coiteiros”, todos os que por covardia ou interesse guardaram, por tanto tempo, o mais terrível e cruel dos bandidos, esse, cuja cabeça a polícia acaba de cortar para oferecer ao estudo dos institutos médico-legais”, escreveu em 31 de julho de 1938.

Refere-se à cabeça de Lampião, morto e degolado por uma volante da polícia alagoana na gruta de Angico, em Sergipe, naquele ano de 1938.

Quando o ciclo do cangaço entrou em extinção, saudou a vitória dos novos tempos: “Modificam-se as condições econômicas e sociais e com elas o homem. O banditismo era filho das caatingas abandonadas e do pauperismo das zonas pastoris. Esse foi o meio social que o gerou, aos bandos, desde o ciclo histórico das entradas e das bandeiras”.

E dá o tiro de misericórdia:

O novo homem sertanejo trocou o rifle pela enxada. E arremata: “A civilização operou o milagre. E dentro em pouco, a memória das façanhas e das crueldades do cangaço não existirá mais, nem nas trovas dos cantadores do sertão”.

Como Interventor de Pernambuco na época do Estado Novo, Agamenon publicou decreto, em 16 de junho de 1938, denominando de Serra Talhada o ex-município de Vila Bela. Para adotar essa mudança de nome, acatou sugestão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O nome Vila Bela ficou apenas na memória histórica e a população aplaudiu a idéia.

O TANQUE DE GUERRA

O “tanque de guerra” às vezes movia-se por suas próprias leis e nessas manobras atropelava os circunstantes. Eram as circunstâncias históricas do Estado Novo conjugadas com sua personalidade singular.

Assim se passaram sete anos agamenônicos de Interventoria, de 3 de dezembro de 1937 a fevereiro de 1945. Assim também se passaram os bombardeios em torno da “Lei Antitruste”, os confrontos da legislação social e trabalhista na Constituinte, a mobilização da “poeira” nas campanhas eleitorais e a “mística das estradas” ou a “batalha da pavimentação”. Criaram-se um lendário e um imaginário agamenônico.

Sua imagem está sempre associada à idéia de autoridade, poder e liderança.

— Pernambuco costuma se cozer com suas próprias linhas – esta é uma das idéias-sínteses do pensamento de Agamenon.

“Quem não pode viver, morra!”, está escrito no imaginário popular. Realidade ou fantasia? A versão mais verossímil, mencionada pelo escritor Luiz Lorena, seria um episódio ocorrido durante a campanha para erradicação dos mocambos.

O Interventor contava com os corações generosos dos usineiros para que fizessem doações de acordo com a produção de açúcar. Convocados para reunião em Palácio, os industriais concordaram, voluntariamente, em aumentar de 5.000 para 5.500 réis o preço da saca de açúcar, destinando-se a diferença em favor da Liga Social Contra o Mocambo. Cumpria-se o acordo de cavalheiros. Tempos depois os usineiros foram a Palácio reclamar que não poderiam continuar recolhendo a “cota de sacrifício” por uma “questão de sobrevivência”. Nesse momento Agamenon trovejou:

— Quem não pode viver, morra!

A frase agamenônica correu de boca em boca e os adversários do Interventor aproveitaram para disseminá-la no sentido antipopular.

De geração em geração sucedem-se os episódios relatados pela tradição oral ou conforme o registro da crônica política, sobre o sertanejo que tinha uma estrela na testa e um mandacaru no coração. Às vezes quem conta um conto acrescenta um ponto. Na essência, contudo, o lendário sempre corresponde à figura do líder político que já foi chamado de “um tanque de guerra”.

Episódio ilustrativo aconteceu em sua gestão como Interventor ao confrontar-se com decisão de um juiz do Tribunal de Segurança. O juiz Costa Netto havia cassado a prisão preventiva do intelectual Alcedo Coutinho, aliado do ex-governador Carlos de Lima Cavalcanti. Agamenon recusou-se a cumprir a decisão judicial e enviou telegrama ao governo federal nos seguintes termos: “(...) Fui além. Mandeï prender mais outro cunhado do Artur, o Nelson Coutinho, e não consenti que o secretário de Segurança cumprisse a ordem do costa Netto, mandando soltar o doutor Alcedo Coutinho. A opinião do Estado está confiante na minha ação”.

Por essas e outras Getúlio Vargas chegou a referir-se a Agamenon como “meu carrasco político”, numa demonstração de cumplicidade e maledicência. Seria o “carrasco de estimação”.

“L’ Etat c’est moi”, o Estado sou eu, dizia o Rei Luiz XIV, da Monarquia absoluta na França. À moda do rei francês, o sertanejo que tinha um mandacaru no peito poderia ter dito “a lei sou eu”, ou “O Estado Novo sou”. Apesar de proclamar que carregava no peito a emoção do Estado Novo, nesses momentos ele agia sem emoção.

Missão cumprida! O sertanejo de guerra e paz que carregava um mandacaru no lado esquerdo do peito deixou uma marca indelével na história de Pernambuco ao exercer por sete anos o cargo de Interventor.

MANDACARU NÃO É JASMIM, SERTANEJO NÃO É MANDARIM

Por que esse apelido, o China Gordo?

Na verdade, o apelido de “China Gordo” não casa com o personagem. Mandacaru não é jasmim. Sertanejo não é mandarim. Recife não é Pequim.

O mestre Andrade Lima Filho, jornalista e escritor, autor do primoroso livro de memórias “China Gordo – Agamenon e sua época”, revela que este foi um apelido maledicente criado pelo poeta Manuel Bandeira num verso de circunstância em 1945 para se vingar de Agamenon em solidariedade a intelectuais pernambucanos que haviam sofrido nas unhas do interventor durante o regime autoritário do Estado Novo. Com paciência chinesa, Bandeira ruminou a vingança por muito tempo até que o Estado Novo desmoronou e ele veio à forra.

O perfil de Agamenon nada tinha a ver com as muralhas da China e sim com os tabuleiros e as caatingas do Sertão, as serras do Agreste e os canaviais da Zona da Mata. Ao invés de meditar às margens do Rio Yang Tse, Agamenon levava seus pensamentos para as águas do Capibaribe, do Beberibe, do Ipojuca, do Rio Una, do São Francisco. Nosso personagem não costumava tomar chá de jasmim e sim o popular cafezinho brasileiro, naquele tempo torrado e moído em casa num pé de pilão, com mão de pilão. A Praça da Paz Celestial tem seus encantos milenares, mas os pernambucanos do Recife e do Sertão preferem a majestade dos baobás centenários da Praça da República. O chinês do apelido era nordestino da terra do mandacaru, que não dá encosto nem sombra, e para completar não era gordo, era meio atarracado.

O poeta de “Vou-me embora pra Pasárgada” confessou a Andrade tempos depois no Rio de Janeiro que o apelido tentava associar a imagem de um Agamenon autoritário à figura do líder chinês Mao Tse-tung, “frio e feio”, que comandou a revolução comunista na terra dos mandarins, do sábio Confúcio e dos monges do Tibet. Daí veio a vingança impiedosa: “Balordo, China Gordo”.

De paciência chinesa é que Agamenon não tinha nada.

Mas, a maledicência do apelido diluiu-se no contraste com as características reais do personagem nordestino. Ele e suas circunstâncias eram maior que o apelido. A maledicência diluiu-se ainda mais no tempo e perdeu a conotação original de sarcasmo.

Na hora H, o nome grego Agamenon virou refrão popular.

NOVAS EMOÇÕES

Depois da emoção como Interventor do Estado Novo, vieram novas missões e novas emoções. Em janeiro de 1945 o caboclo deixa o Estado e em fevereiro senta praça no cargo de ministro da Justiça por convocação do presidente Getúlio Vargas. Convocação é a palavra exata porque na época o regime do Estado Novo estava caindo pelas tabelas e o presidente Gegê precisava de um operador de sistemas para se desfazer dos anéis autoritários e salvar os dedos na fase de transição democrática.

(Desde a saída de Agamenon até a posse do novo governador eleito no ano seguinte, Barbosa Lima Sobrinho, sucederam-se vários governadores interinos no Palácio do Campo das Princesas. O ex-secretário de Segurança, Etelvino Lins, foi o sucessor imediato, vindo depois José Neves Filho (novembro de 1945 a fevereiro de 1946), José Domingues (fevereiro a agosto de 1946), Amaro Pedrosa (março a julho de 1947) e Correia de Araújo, presidente da Assembléia Legislativa, de julho de 1947 a fevereiro de 1948. A vitória de Barbosa Lima, candidato de Agamenon, estava sendo contestada na Justiça pelos aliados do candidato derrotado Manuel Neto Carneiro Campelo Júnior. A batalha judicial durou mais de um ano).

Voltemos ao periclitante Estado Novo.

Pressões internas e externas conspiravam contra o regime do Estado Novo. No **front** externo, o prenúncio de vitória dos Aliados contra o “Eixo” Alemanha-Itália, do nazi-fascismo, estimulava a derrocada dos regimes autoritários. Internamente, o presidente Getúlio Vargas tornou-se alvo das manifestações de rua, dos protestos de intelectuais e de estudantes. A repressão policial estava nas ruas, o que acirrava ainda mais o ânimo dos opositores. O regime do Estado Novo vinha de 1937 e já apresentava sinais de fadiga.

Os cientistas comprovam que assim como existe a fadiga dos metais e dos materiais, também existe a fadiga dos regimes autoritários. A opinião pública insufla o advento dos regimes libertários e também a queda dos sistemas autoritários. A mão que afaga os libertadores é a mesma que apedreja os que se tornam ditadores. No Brasil sucedem-se os ciclos de abertura e autoritarismo. São contrações e descontrações chamadas de sístoles e diástoles, à semelhança dos ritmos do coração.

Raposa política, Vargas farejou os ventos da mudança e decidiu conduzir a transição para preservar o quanto possível heranças do Estado Novo. Mãos e braços à obra! O ministro Agamenon elaborou legislação eleitoral e partidária e o presidente concedeu anistia aos presos políticos. Dessa maneira conseguiu antecipar-se à virada do regime.

Pela primeira vez na história da República o Código Eleitoral concebe a existência de partidos políticos nacionais ao invés das agremiações regionais predominantes na Velha República e mesmo depois da Revolução de 1930 e no Estado Novo. Vargas e Agamenon preconizavam os partidos nacionais, enquanto caciques da oligarquias regionais remanescentes defendiam os seus redutos estaduais com unhas e dentes e coração.

O Código Eleitoral, chamado de “Lei Agamenon”, abriu caminho para o Tribunal Superior Eleitoral conceder o registro ou a cassação de partido de acordo com princípios constitucionais. Seria negado o registro a partido que ferisse a ordem democrática. De tal modo, o Partido Comunista, defensor da ditadura do proletariado e do partido único, teve o seu registro cassado na primavera democrática em 1947.

Dispositivo inusitado permitia que um candidato disputasse, simultaneamente, eleições em vários Estado para diversos cargos. Esse dispositivo favorecia lideranças nacionais. Getúlio Vargas e Luís Carlos Prestes foram eleitos como senador e deputado por vários Estados. Os votos deles beneficiavam os candidatos da legenda. O princípio do voto proporcional para as casas legislativas também veio do Código Eleitoral proposto por Agamenon Magalhães.

A legislação contida no Código Eleitoral vingou na Constituição de 1946 e continuou regendo a vida partidária do País. As candidaturas simultâneas nos Estado foram revogadas.

TIRO DE CANHÃO – LEI MALAIA

O “tanque de guerra” Agamenon, no comando do Ministério da Justiça, desenvolve manobras ousadas. Por iniciativa do ministro, o presidente Getúlio Vargas assinou em 22 de junho de 1945 o decreto-lei nº 7.666, “de repressão aos abusos do poder econômico”. Era um tiro de canhão contra os trustes e os grandes monopólios internacionais. Mas, os trustes renegaram o milhar cabalístico 7.666 como se fosse a besta-fera do Apocalipse e avisaram que não ia ficar por isso, não!

O tiro de canhão ficou conhecido como “A lei Malaia”, em alusão ao apelido “O China Gordo” de Agamenon. As luas do Estado Novo estavam na fase minguate e Agamenon sofreu bombardeios feroz por conta da lei antitruste. Um dos mais ferozes combatentes da “Lei Malaia” era o jornalista Assis Chateaubriand, fundador e timoneiro dos Diários Associados, o paraibano de Umbuzeiro que também era um tanque de guerra na defesa de suas idéias. Os dois já foram chamados de “jagunço” e conviveram próximo a Getúlio Vargas. Em campos opostos, cada qual nos seus domínios, o bombardeio entre os dois era de potência a potência.

O ministro era pródigo em argumentos para justificar a lei antitruste. Fazia parte de uma concepção de vida e de poder do Estado.

A União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição ao Governo Getúlio Vargas, comanda no Congresso Nacional o bombardeio contra Agamenon. Mesmo assim o tanque de guerra Agamenon resiste e cria a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (Cade), para regulamentar a aplicação do decreto presidencial. Mas, o Estado Novo E a “Lei Malaia” estavam com os dias e os meses contados.

CONSPIRAÇÃO NOS ARES, NOS LARES E NOS BARES

Havia balas perdidas no ar. Havia conspiração nos ares, nos lares, nos bares, em todos os lugares onde canta o sabiá. Os maus presságios contra o Estado Novo atraíam todos os raios. Assim como uma bala certa assassinou João Pessoa e os estilhaços desencadearam a Revolução de 1930, balas perdidas atingiram opositores do regime no Recife e os efeitos políticos saíram pela culatra para desestabilizar o próprio governo.

O 3 de março de 1945 ficou gravado como um dia fatídico na contagem regressiva do calendário estadonovista. Intelectuais, líderes estudantis, lideranças populares e políticos organizaram manifestação na Praça da Independência de protesto contra o Estado Novo e em favor da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República.

Os estudantes e intelectuais simpatizavam com a candidatura do Brigadeiro e havia até um refrão: “Eu voto no Brigadeiro/ é bonito e é solteiro”. Manuel Bandeira, que não simpatizava com Agamenon e muito menos com o Estado Novo, fez o poema “Lira do Brigadeiro”:

“Depois de tamanhas dores,
de tão duro cativo
às mãos dos interventores,
que quer o Brasil inteiro?
— O Brigadeiro!

Brigadeiro de verdade!
E o que quer o mau patriota
Que não ama a liberdade,
Que prefere andar na sota?
— Quer a nota!

A nota tirada ao povo
Pelo Estado quitandeiro
Rotulado Estado Novo
Quem lhe porá um paradeiro?
— O Brigadeiro!

Mesmo sem poesia, a manifestação seria pacífica, naturalmente, pois as armas dos intelectuais, jornalistas e estudantes eram a caneta e a garganta. Mas, as forças situacionistas, entre as quais dirigentes sindicais e políticos governistas, tentavam impedir a manifestação, a pretexto de evitar perturbações da ordem pública. Mas, não havia como conter o ânimo de protesto da sociedade.

Estudantes e populares atenderam a convocação e foram à Praça da Independência. O Estado Novo ainda era uma fera ferida. Havia agentes da repressão infiltrados na multidão. Entidades de classe ligadas ao governo faziam a contra-propaganda e criavam um clima de radicalização propício aos provocadores.

Muitas páginas e muitas análises já foram feitas a esse respeito e aqui vai apenas uma sinopse do fatídico 3 de março de 1945. Os elementos sinistros estavam a serviço do aparelho de repressão.

O jornalista Aníbal Fernandes discursava na sacada do Diário. Perto dele, o estudante de Direito, Demócrito de Souza Filho, observava o movimento da multidão. Ouviu-se um tiro. Seguiram-se outros disparos. Houve pânico. A multidão se dispersou pela Rua 1º de Março, Rua do Imperador e Avenida Guararapes. Os disparos atingiram Demócrito na sacada e o carvoeiro Manoel Elias no meio da multidão. Os dois faleceram.

O governo sentiu-se acuado diante da tragédia. Todos os raios foram lançados contra o regime e as forças repressivas do Estado Novo.

O episódio sinistro de 3 de março virou bandeira de luta da Redemocratização em 1945.

O governador Etelvino Lins e seus aliados tornaram-se passageiros da agonia do Estado Novo.

O julgamento hoje pertence à história.

PRIMAVERA DEMOCRÁTICA

A primavera da Redemocratização foi proclamada oficialmente em pleno verão nordestino, no dia 29 de outubro de 1945. Getúlio Vargas vai refugiar-se no seu exílio voluntário em São Borja. Que barbaridade! disseram seus correligionários gaúchos. Eram tempos de hibernação.

Ex-ministro, Agamenon retornou a Pernambuco como chefe político do PSD para ser candidato a deputado constituinte nas eleições do ano seguinte.

Nesses tempos de primavera democrática o presidente interino, José Linhares, cede às pressões dos trustes e da diplomacia norte-americana: assinou nova legislação revogando o decreto-lei antitruste contra os abusos do poder econômico.

Episódio pouco lembrado nessa estação primaveril da democracia brasileira refere-se à indenização e estatização da Great Western of Brazil Railway Company Limited. Além de castigar o lombo dos comunistas e adular os trustes norte-americanos, os comandantes da nova estação democrática se deixaram seduzir pelos encantos dos ingleses da Great Western. Mediante uma nebulosa operação financeira, o acervo da ferroviária foi convertido ao Governo da União e criada a Rede Ferroviária Federal S. A. – REFESA. A indenização foi paga na base do “custo histórico” pelo “valor corrigido”. Veio daí a expressão popular “trem da alegria”. Os galegos ingleses com certeza ficaram muito alegres.

Agamenon sempre se opôs a essa promiscuidade entre o capital estrangeiro e governantes brasileiros. Deve ser feita a ressalva de que o pioneirismo da Great Western foi decisivo na implantação das estradas de ferro no Brasil. Faltou regular os trilhos do capital privado versus serviço público.

Como parte da sucessão no Palácio do Catete, o Partido Social Democrático (PSD) lança o nome do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas, para presidente da República. O general elege-se em 3 de dezembro e toma posse em janeiro de 1946.

-0-0-0-0-0-0-0-0-0-

Ao pressentir a chegada da primavera democrática em meio às tempestades do Estado Novo, ele tinha avisado: “O regime vai mudar. E eu também”. São as estações da vida e da política. Mudou, sim, mas não se tornou adesista.

A transição do Estado Novo para o regime democrático transcorreu sem traumatismos entre as elites políticas. Vargas havia se antecipado em preparar a transição. Prova disso é que Agamenon, um dos expoentes e dos principais corifeus do regime cessante, deixou o ministério pouco antes da queda de Vargas e voltou à planície dos sem-mandato como líder do PSD. Mantinha os seus direitos políticos preservados.

Em prefácio que escreveu para o livro “China Gordo”, de Andrade Lima Filho, o ex-governador Barbosa Lima Sobrinho revela que no dia seguinte ao golpe de Estado de 29 de outubro o general Eurico Gaspar Dutra foi à casa de Agamenon pedir que ele se tornasse seu representante junto ao presidente interino José Linhares da candidatura do próprio Dutra na eleição de 3 de dezembro. É sabido que a candidatura de Dutra vingou, mesmo sem o apoio de Agamenon, pois os dois, ex-ministros de Vargas, nutriam ressentimentos mútuos.

Em 2 dezembro de 1945 ocorreram as eleições gerais de deputados e senadores para a Constituinte de 1946. Na condição de líder maior do PSD em Pernambuco, Agamenon teve uma eleição pacífica para deputado federal, apesar de a canoa do Estado Novo ter virado e o predomínio da nova situação passar para as mãos da UDN.

Estabeleceu residência com a família no Rio de Janeiro para cumprir o mandato de deputado constituinte. A casa da família ficava na Rua Dias da Rocha, 60, bairro de Copacabana. Foto da época — reunindo D. Antonieta, Agamenon, o filho Paulo Germano e as filhas — registra a bênção da casa pelo padre José Bezerra e o cônego Olímpio de Melo. Este, o cônego Olímpio, estudou no Seminário com Agamenon e chegou a ser prefeito do Distrito Federal.

Exercendo pela segunda vez um mandato constituinte federal — participou da Constituinte de 1933 convocada pela Revolução de 1930 — estava novamente com a faca e o queijo nas mãos à obra para retomar o tema das questões econômicas e sociais.

CÉREBROS DE REPOLHO

A fauna parlamentar é pródiga em variedades. Em meio a centenas de cérebros representantes das elites nacionais, Agamenon ficava a matutar sobre o comportamento dos animais políticos com tendências e culturas diferentes. “Nas palestras e nos debates é que se revelam as inteligências e os temperamentos mais diversos. Há, por outro lado, contradições que surpreendem. Homens finos no trato, eruditos e elevados nas palestras e agressivos e intolerantes na tribuna e nas discussões. Os times se formam espontaneamente”.

Entre esses, o que mais o surpreendia era o time do regimento. “Passei mais de uma hora observando a discussão. Deputados de vários Estados surgiram no debate. Nada, entretanto, mais detestável do que um regimento. Só as inteligências que têm pendor pelas coisas miúdas e secas poderiam se interessar pela discussão de matéria tão árida. Trata-se de uma lei doméstica. Lei que só é observada quando se quer. Pois bem, a discussão interessou vivamente grande número de representantes do povo. A paisagem humana tem, pois, aspectos pitorescos”.

O deputado cearense Paulo Sarasate, do jornal “O Povo”, é citado como “uma das inteligências mais agudas da Assembléia”. Afirmava que todos respeitavam a coerência e a beleza moral de suas atitudes. O depoimento é insuspeito por serem adversários. “Basta falar na Carta de 1937 para ele partir como uma flecha contra o Estado Novo”. Ao mesmo tempo recrimina os vira-casaca: “Aqueles que se aproveitaram do Estado Novo, exerceram cargos e propinas, e que, na derradeira hora, o negaram, esses é que a Assembléia ouve com certo desdém”.

As elites da mediocridade causavam tédio a Agamenon. As inteligências miúdas se interessam apenas pelo formalismo vazio. São os cérebros de repolho.

NOTÁVEIS

O que fazer? Por onde começar?

Para estabelecer o fio da meada, a Assembléia Constituinte nomeou uma comissão parlamentar encarregada de fazer um diagnóstico das questões nacionais a serem equacionadas durante os trabalhos. Equivalia a uma espécie de “grupo de notáveis”. Agamenon saudou a iniciativa como sendo das mais louváveis.

O pernambucano Gercino de Pontes fazia parte do grupo de notáveis. Ficou encarregado de fazer o levantamento das condições de transporte e da economia do Nordeste. A situação do transporte ferroviário, cedido em concessão à empresa inglesa Great Western, era objeto de atenção dos constituintes. Agamenon defendia subsídios para o transporte ferroviário.

O TRUSTE NA LINHA

O ponto de partida foi a legislação contra abusos do poder econômico, revogada no advento da Redemocratização. O enfoque central de Agamenon era o poder de intervenção do Estado nas questões do interesse público, social e nacional. Nesse ponto, as idéias do PSD de Agamenon e dos parlamentares da UDN eram sempre conflitantes: os udenistas faziam a pregação do liberalismo econômico, do “**laissez faire, laissez passer**”, o liberou geral sem intervenção do Estado.

Numa sessão da Constituinte em 30 de agosto de 1946 surge a figura do deputado comunista João Amazonas. Sugeriu nova redação no artigo apresentado por Agamenon para permitir a livre associação profissional ou sindical. É livre ou não é livre? eis a questão. Agamenon tranquilizou o dialético líder comunista informando-o que o princípio constitucional estava assegurado. Sem mais delongas.

No mesmo dia o senador Luís Carlos Prestes, conhecido nas hostes vermelhas como “O Cavaleiro da Esperança”, aparece feito um relâmpago em aparte para propor ressalva aos estrangeiros na lei de exploração dos recursos naturais. Havia divergência entre o deputado mineiro Israel Pinheiro e Agamenon Magalhães. O mineiro revelava mais simpatia pelo explorador estrangeiro. Ao menos nesse capítulo, por serem nacionalistas, o vermelho “Cavaleiro da Esperança” convergia com as idéias verde-amarelas de Agamenon. Prevaleceu a tese nacionalista.

Como já sabemos, a primavera da Redemocratização revogou a lei antitruste de Agamenon. Mas, ele voltou à carga. Em pronunciamento na Assembléia Constituinte, apresentou os exemplos de indústrias nacionais levadas à falência pelo poderio do capital monopolista. O episódio com Delmiro Gouveia ilustrava a matéria.

No início desta narrativa, ano de 1905, Delmiro aparece como o pioneiro da industrialização do Nordeste em favor de quem o pai de Agamenon, juiz Sérgio Nunes Magalhães, concedeu **Habeas-Corpus** e foi colocado em disponibilidade com redução em dois terços dos vencimentos pelo governador Sigismundo Gonçalves.

As águas rolaram na cachoeira de Paulo Afonso, Delmiro captou um fio de correnteza para construir uma hidrelétrica. Fundou uma fábrica de linha de costura e resistiu à corrente dos trustes ingleses que queriam fechar suas fábricas. Quando morreu, os ingleses manobram junto ao governo para baixar o preço das linhas de cozer e afinal a fábrica foi fechada. O maquinário foi atirado no Rio São Francisco, segundo testemunhou o deputado alagoano Afonso de Carvalho em apoio à legislação contra os abusos do poder econômico.

Água mole em pedra dura... “Esse movimento projetou-se de tal forma que acabou sendo cristalizado na Constituição de 1946 – art. 148. A Constituição de então, no capítulo Ordem Econômica e Social, consagrou a norma, em virtude da qual o legislador ordinário poderá reprimir toda e qualquer forma de abuso do poder econômico”.

Parabéns, Agamenon! “Não reclamo para o modesto ex-ministro da Justiça os louros da vitória; eu a restituo integral às elites brasileiras que se congregam na Assembléia Constituinte de 1946”. Modéstia do orador.

A Constituição de 1946, promulgada em setembro pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, resultou em avanços democráticos e conquistas sociais. Restabeleceram-se os direitos individuais e foi extinta a censura. Legitimou-se a independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (esta é uma questão das mais complexas que perdura ao longo de décadas) e a eleição direta para presidente da República, com mandato de cinco anos.

Missão cumprida na Constituinte. Agamenon cumpriu o restante do mandato, até 1950 como presidente da estratégica Comissão de Constituição e Justiça. Era doutor na matéria.

ELEIÇÃO DE BARBOSA LIMA – 1947

CIDADE CRUEL

Nesse meio tempo, em 1946, Agamenon veio a Pernambuco para comandar a campanha com vistas às eleições estaduais de 19 janeiro do ano seguinte. Depois das tempestades do Estado Novo, os pernambucanos bronzavam-se ao sol das primaveras democráticas. O Interventor de ontem estava despido dos seus poderes autoritários.

Ao desembarcar no Recife, recebeu aplausos e também vaias e protestos. Havia hostilidade no ar. Agamenon ficou triste. O mandacaru sertanejo sentiu na pele os espinhos da democracia. Certamente lhe vieram à mente o eco dos aplausos, os gestos de dedicação, lembranças da doação do seu espírito público à cidade. Em meio a discurso na Rua da Amizade, onde morava, fez o desabafo que se tornou famoso em tom de refrão:

“Recife, cidade cruel ...”

No inventário dos sentimentos, houve crueldades, mas também houve gratidões, risos e tristezas, mágoas e alegrias, pois assim caminha a humanidade recifense, brasileira e universal. A mão que afaga é a mesma que apedreja, já dizia o poeta Augusto dos Anjos.

No Brasil de pós-guerra, estava plantada a semente da democracia e expandiam-se os pilares da industrialização lançados por Getúlio Vargas com a construção da siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

As oligarquias em Pernambuco se equilibravam no fio do bigode dos coronéis. Mesclavam-se os traços urbanos e os traços rurais nas células de nossa identidade. A UDN fazia o discurso da moralidade da garganta para fora, mas da garganta para dentro as lideranças nacionais digeriam as receitas do liberalismo econômico e dos trustes internacionais.

No âmbito internacional, depois da vitória dos Aliados na Segunda guerra, a divisão de poderes entre os Estados Unidos e a União Soviética resultou na chamada “guerra fria” entre capitalistas e comunistas. Era uma guerra ideológica e de barreiras econômicas. Em Pernambuco havia uma guerra quente pelo poder entre o PSD e a UDN. A reviravolta da Redemocratização dava ânimo de vitória à UDN na sucessão estadual.

Agamenon havia renunciado à Interventoria em fevereiro de 1945 para sentar praça no Ministério da Justiça. Então, elaborou as leis para a travessia rumo à primavera democrática, voltou à província e foi eleito deputado constituinte. Principal expoente do PSD, a sucessão estadual estava em suas mãos. Quem seria o seu candidato do peito?

Desde os prenúncios da Redemocratização estavam delineadas duas vertentes no PSD de Pernambuco, embora fosse incontestes a liderança de Agamenon. O ex-prefeito Antônio Novais Filho assumia ares de rebelde para medir forças com o ex-Interventor Etelvino Lins, sendo este fiel escudeiro de Agamenon. A sucessão estadual já estava posta à mesa desde a queda do Estado Novo.

Depoimento conclusivo sobre a sucessão estadual de 1947 foi dado por seu principal protagonista, o escritor Barbosa Lima Sobrinho no prefácio ao livro de Andrade Lima Filho. O ex-prefeito Novais Filho fez as sondagens e lançou o nome de Barbosa Lima como balão de ensaio para queimar a provável candidatura de Etelvino Lins e conferir as preferências de Agamenon. Fala, Barbosa:

BALÃO DE ENSAIO

“Foi já nessa fase, antes da eleição para a Assembléia Constituinte, ao que me conta o Cônego Olímpio de Melo, parente e amigo de Agamenon Magalhães, que o próprio Novais Filho sugeriu a apresentação do meu nome como candidato ao Governo do Estado, sem qualquer pedido ou insinuação de minha parte. Candidatura, aliás, aceita unanimemente por toda a Comissão Diretora, de que faziam parte Novais Filho e Neto Campelo, que era meu amigo e companheiro de longa data”. (...) A lembrança de meu nome também lhe permitiria conhecer até que ponto Agamenon Magalhães poderia estar interessado pela candidatura de Etelvino Lins. Mas, se era apenas sondagem, a manobra foi contraproducente, pois que Agamenon Magalhães a aceitou de imediato, sem qualquer restrição. Etelvino Lins também não fez objeção, Meu nome tinha trânsito no PSD e a sua aceitação foi realmente unânime”.

Mas, a criatura começou a voltar-se contra o criador. O ex-prefeito lavrador traía o Interventor que o nomeara. Barbosa conta que logo depois do golpe de Estado de 29 de outubro de 1945 sucederam-se as manobras e os apelos para que ele desistisse de ser candidato. Apresentavam o argumento de que o presidente Gaspar Dutra guardava ressentimentos de Agamenon e por tabela haveria de torpedear seu candidato, embora mantivesse bom entendimento com Barbosa. Mas, seria inevitável o confronto entre a UDN de Dutra e o PSD de Agamenon.

Lideranças nacionais do PSD ofertaram uma embaixada no Exterior ou a Interventoria na Guanabara, no lugar do Cônego Olímpio de Melo, para que Barbosa renunciasse à candidatura. Mas, ele resistia sob o argumento de que não poderia desertar de uma missão partidária. Se o partido o descartasse, aí seriam outros quinhentos.

Ao final da campanha houve quem tentasse reaproximar o tanque de guerra pernambucano do general-presidente Eurico Gaspar Dutra. Nosso personagem reagiu no seu estilo peculiar:

“Soldado, nem de chumbo!”

Ao lado de Agamenon e dos companheiros do PSD, Barbosa Lima resistiu bravamente e foi à luta.

Depois de tentativas frustradas para sair ele próprio candidato, Novais Filho e Neto Campelo derivaram para a dissidência e terminaram expulsos do PSD num movimento das lideranças partidárias estaduais.

A dissidência migrou para a UDN e patrocinou a candidatura de Manoel Neto Carneiro Campelo Júnior, nome de guerra Neto Campelo. As esquerdas se aglutinaram em torno de Pelópidas Silveira como candidato do PSB. Eurico Souza Leão disputou a eleição como candidato nanico do Partido Republicano (PR).

A eleição estava marcada e foi realizada em 19 de janeiro de 1947.

A candidatura de BLS enfrentou a máquina da Interventoria no Estado, à frente o comandante militar Demerval Peixoto, secretários, prefeitos, delegados de polícia e as tropas civis da UDN. Houve ocasiões, afirma BLS em seu depoimento, em que correram perigo de vida, “como Osvaldo Lima Filho poderia testemunhar, tendo ele próprio enfrentado, em minha companhia, os perigos da campanha, que soube enfrentar com a bravura, que era uma herança paterna, que ele nunca saberia comprometer”.

SEM ESPORAS

Agamenon, o tanque de guerra, iniciou a campanha na ofensiva. Demerval Peixoto era o Interventor militar nomeado pelo presidente Dutra para minar o pessedismo agamenônico no Estado. No início de dezembro de 1946 a “Folha da Manhã” publicou um artigo com cheiro de pólvora, a começar pelo título “De botas e esporas”, nos seguintes termos:

“Alto lá, general, não se governa um Estado, como Pernambuco, de botas e esporas! O governo é uma função civil e no conceito de governo está implícito o de responsabilidade. Temos uma Constituição, que delimita os poderes e define as garantias individuais. A autoridades, pois, dos que governam não está nos pés, não está nas botas, nem nas esporas, está no sistema legal”. E haja pau na moleira do general Demerval.

Os adversários aproveitaram o mote. Durante a convenção da UDN no Teatro Santa Isabel, ao ser sacramentada a candidatura de Neto Campelo, o intelectual Gilberto Osório de Andrade, orador inflamado, pegou na palavra:

“Espora nele, general!”.

A campanha começava com botinadas “esporáticas”.

“Vai ser uma barbada”, cantavam vitória os udenistas nas catequeses demerválicas.

AMAR E SOFRER

X

LUTAR E VENCER

Momento pitoresco da sucessão estadual registrou-se em comício no Parque 13 de Maio, no Recife. Expulso do PSD e chamado de traidor, Neto Campelo fazia um discurso de vítima e disse que aceitava as acusações com tranqüilidade porque

“Eu vim para amar e sofrer”.

Este foi seu mote de campanha.

Na semana seguinte, ao lado de BLS em comício no mesmo Parque 13 de Maio, Agamenon rebateu sem misericórdia o mote do sofredor:

“Há oito dias um doméstico meu (o ex-prefeito lavrador) declarou desta tribuna que nasceu para amar e sofrer. Em nasci em signo diferente,

“vim para lutar e vencer”.

BLS, Agamenon e seus aliados lutaram e venceram a eleição com 91.985 votos. Neto Campelo sofreu e obteve 91.140 votos. Pelópidas Silveira consagrou-se vitorioso no Recife, mas na soma do Estado ficou com 58.155 votos. Eurico Souza Leão, o candidato olímpico, que competia apenas para competir, não para vencer, segurou a lanterna com 1.685 votinhos chorados.

Recife, cidade cruel da expressão agamenônica, rendeu 38 mil votos redondos para Pelópidas, 16 mil para Neto Campelo e apenas 9 mil para Barbosa, majoritário no Estado.

Mas, os udenistas não se deram por vencidos. A diferença de 845 votos foi parar na Justiça. Desencadeou-se assim uma batalha judicial de impugnações, recursos, contagens e recontagens de votos. De 19 de janeiro de 1947 a janeiro de 1948, BLS e suas tropas lutaram todo santo dia no Tribunal Regional Eleitoral e por fim no Tribunal Superior Eleitoral em defesa do mandato conquistado nas urnas. Osvaldo Lima saiu consagrado como o “Marechal da Vitória” por sua atuação junto ao TER. Coube ao próprio Barbosa apresentar sua defesa perante o TSE. A causa da UDN foi patrocinada pelos advogados Nehemias Gueiros, professor Barreto Campelo, Esdras Gueiros e Alfredo Vieira.

No dia 14 de janeiro o TSE confirmou o diploma de governador e BLS tomou posse no Palácio das Princesas em 14 de fevereiro de 1948.

Estava consolidada a hegemonia do PSD de Agamenon Magalhães em Pernambuco.

Ainda assim, os udenistas não davam o braço direito a torcer. Barbosa era um intelectual refinado, estilo elegante. Os adversários lhe aplicaram o rótulo de “frio, cético e distante”.

NA HORA H, A POEIRA LEVANTOU

As estações da vida e da política são labirintos que se sucedem sem remissão. São os labirintos do destino, do ocaso, da história, do tijolo sobre tijolo no desenho mágico da vida.

As luas se passaram desde a eleição de Barbosa Lima em 1947 e Agamenon curtia o seu “purgatório de idéias”, no dizer de Nilo Pereira, na Câmara dos Deputados, Distrito Federal. Também exercia o cargo de dirigente do PSD em Pernambuco. Ser deputado é padecer no purgatório.

Agamenon já havia redimido seus pecados no purgatório de idéias e estava preparado para novas emoções. O leitor poderá fazer uma boa pergunta: quem deve ser o candidato à sucessão de BLS? Existem várias alternativas: Etelvino Lins, Osvaldo Lima (o “Marechal da Vitória”), Gercino de Pontes, o ex-prefeito Moraes Rego, o industrial Natércio de Holanda. Havia a alternativa de um nome suave, tipo José do Rego Maciel. E também o ex-Interventor Agamenon Magalhães. Por que não? Os leitores já sabem que na Hora H, será Agamenon. Precisamos, contudo, percorrer alguns labirintos para chegar até lá.

Na política há sempre um porém. O governador BLS, eleito pelas tropas do PSD sob o comando de Agamenon, resistia às candidaturas do “tanque de guerra” e também do seu lugar-tenente Etelvino Lins. Não por ingratidão. Os dois, segundo o raciocínio de Barbosa, simbolizavam as cinzas do Estado Novo e nos tempos da primavera democrática poderiam atrair todos os raios, relâmpagos, tempestades e trovoadas. Que tal Osvaldo Lima, o “Marechal da Vitória”, amigo do peito, admirado e respeitado pelo governador e o ex-Interventor, que falava de igual para igual com Agamenon? Vejamos.

Na fase das tratativas, Agamenon e Etelvino foram beijar a pedra na cova da onça em Casa Forte, a casa de Osvaldo Lima. As paredes têm ouvido e contaram que naquele dia o “Marechal” abriu o coração de leão e declarou-se disposto a disputar o Governo do Estado pelo PSD. Aliado fiel, esperava contar, naturalmente, com o apoio do amigo do peito. Mas, o coração de mandacaru não deu sombra nem encosto ao companheiro.

Despediram-se. Pé na estrada. O memorialista Andrade Lima conta que Etelvino tentou decifrar a esfinge. “Que aconteceu, Dr. Agamenon?” A esfinge respondeu: “Pensei no Estado. Osvaldo não dá. É bom demais”. Bondade da esfinge! Na realidade, o PSD era pequeno demais para os sonhos agamenônicos e osvaldianos. “**L’etat c’est moi**”, o Estado sou eu, pensava a esfinge com seus botões.

Havia também o argumento de que Osvaldo, ao contrário de Barbosa, era duro com os adversários mas se desmanchava em generosidade com os amigos, fossem eles da caterva vermelha comunista ou dos roçados verdes integralistas. A generosidade na política e na vida às vezes é interpretada como um grave defeito.

De sua parte, se resistia aos nomes de Agamenon e Etelvino, qual a dificuldade do governador BLS em apoiar o “Marechal”? Reconhecia a existência de duas alas no PSD e confessava ter um dever de gratidão para com os dois corações sonhadores, na vitória do gramado das urnas e na vitória do tapetão na Justiça Eleitoral. Daí mantinha a neutralidade.

Barbosa oferecia alternativas: o ex-prefeito Moraes Rego ou o industrial Natércio Holanda. Mas, eram nomes de pouca densidade eleitoral. Na falta de unidade partidária, estava gerado o impasse.

Para bom entendedor, meias palavras não bastam. O “Marechal” entendeu que estava sendo preterido e lançou seu grito de guerra:

— Ou eu ou o inimigo.

Cristalizou-se a dissidência que se tornaria irremediável no PSD. O “Marechal” falava de igual para igual com Agamenon. Estabelecido o confronto, iniciava a travessia que iria terminar ao lado do inimigo, no caso, o candidato da UDN, João Cleofas de Oliveira. Mas, ainda havia um fio de esperança de que o governador Barbosa Lima apoiasse a candidatura de Osvaldo. O fio de resistência foi quebrado ante a obstinação de Agamenon de vencer a parada. Mesmo que o coração de BLS balançasse para o “Marechal”, o governador mantinha equidistância entre os dois principais postulantes ao governo. O confronto definitivo tornou-se inevitável. Ainda assim, Osvaldo continuou feito pássaro na muda, silencioso, à espera de um possível fato novo que lhe fosse promissor. Em vão. De sua parte, Etelvino Lins, fiel escudeiro de Agamenon, também rompeu com o governador BLS.

Os conflitos e indefinições criaram o medo da derrota. Em casa que não tem pão, todos gritam e ninguém tem razão, diz a sabedoria popular.

OS TRÊS MOSQUETEIROS

Nesse momento surge um personagem novo na história, pertencente à árvore dos Magalhães. Mas, não era da espécie dos mandacarus, pois queria dar sombra, encosto e água fresca aos correligionários do PSD. Aflorou no recinto Luís Magalhães Melo, líder do PSD na Assembléia Legislativa e sobrinho de Agamenon. Criatura amena e generosa, o jovem Luizinho chegou com a missão de pacificar as feras.

Arquitetou o plano de reunir os três mosqueteiros – Agamenon, Barbosa e Etelvino —, desde que não fossem armados de mosquete nem espingardas, naturalmente. Procurou inicialmente o tio na residência da Rua da

Amizade, que os adversários chamavam de “Rua do Ódio”). O homem que tinha um mandacaru no peito haveria de concordar, pois a missão era de paz. Revelou-se um emotivo nesse momento. Em seguida, Luizinho foi conversar com Etelvino. A primeira reação foi negativa, mas, pelo santo se beija o altar. Se o chefe concordou, não haveria ele de discordar. Contudo, fez a ressalva de que não pisaria os degraus do Palácio das Princesas. Se a montanha não vai a Maomé, Maomé que viesse à montanha. A montanha no caso chamava-se Barbosa Lima.

Com o coração na mão, Luizinho escalou os degraus do Palácio das Princesas e foi por último pedir ao governador que concordasse em formar o triângulo com os mosqueteiros do PSD, na casa de Etelvino Lins, com quem estava em desavença. Guerreiro da paz, BLS atendeu ao apelo ao seu líder Luizinho. Marcaram dia e hora e lá estavam.

— Ô de casa, Etelvino!

— Ô de fora, Barbosa!

— Ô de fora, Agamenon!

— É de paz!

— Podem entrar!

Os três mosqueteiros reuniram-se durante horas na casa da Rua Barão de São Borja. À parte, Luizinho aguardava sinais de fumaça numa imaginária chaminé. Assim como a fumacinha na reunião dos cardeais anuncia o “Habemus Papa”, os mosqueteiros começaram a fumar o cachimbo da paz para sinalizar: “**Habemus candidato**”, temos candidato.

A fórmula encontrada foi de uma “candidatura de fixação”, para evitar a dispersão das bases, até que surgisse uma solução de consenso. O “candidato de fixação” significava uma trégua para o governador. Os três mosqueteiros assumiram o compromisso de trabalhar por uma candidatura definitiva até o prazo limite da desincompatibilização, quando Barbosa pretendia deixar o cargo de governador para voltar ao Distrito Federal como deputado.

Luizinho foi a salvação da pátria agamenônica.

A “candidatura de fixação” caiu do céu para Agamenon. Fixou de verdade o seu nome até o dia da convenção do PSD, em 2 de agosto de 1950. Decorrido o limite da desincompatibilização, Barbosa perdeu o prazo para deixar o cargo e disputar um mandato de deputado federal. A essa altura o seu sucessor imediato era um adversário ferrenho de Agamenon e aliado de Osvaldo Lima, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Otávio Correia. Na hipótese de Barbosa Lima, por vingança, desincompatibilizar-se para que Otávio completasse seu mandato de governador, o poder estaria, por tabela, nas mãos de Osvaldo Lima e os militantes do PSD haveriam de amargar retaliações. Mas, em respeito aos aliados Barbosa cumpriu o mandato até o final.

O rompimento definitivo com Osvaldo Lima aconteceu na manhã de 2 de agosto de 1950, dia em que seria realizada, à tarde, a convenção do PSD para formalizar a candidatura de Agamenon. Este enviou um emissário para tentar desarmar o mosqueteiro rebelde. O “Marechal” foi contundente e disse não. Cada qual que seguisse seu caminho. Adeus!

Na manha do gato, enquanto costurava sua candidatura com as próprias linhas e desalinhava o nome do “Marechal”, Agamenon tecia na moita um pacto de boa vizinhança com o udenista João Cleofas. Nesses termos, ele sim, saindo candidato, e não Osvaldo, se prontificaria a fazer uma campanha de alto nível. Mas, a alegria do rico usineiro Cleofas durou pouco. Nos primeiros lances da campanha o tanque de guerra abriu o verbo:

— Trabalhadores, quando eu soube que o candidato do outro lado era um usineiro, tremi por vós!

Este seria um dos principais motes de campanha, a exploração do estigma contra os usineiros como exploradores da classe trabalhadora.

Os comunistas estavam postos na ilegalidade desde a primavera democrática em 1947. Mesmo assim, representavam uma força política expressiva e exerciam influência eleitoral junto ao eleitorado urbano. Continuavam atuando feito fogo de monturo. Por considerarem os dois candidatos reacionários, os comunistas assumem a defesa do voto nulo. Boa idéia, segundo Agamenon. Nos tempos da Segunda Guerra, o ditador russo Stalin havia dito que, se fosse necessário para derrotar o inimigo, os comunistas fariam uma aliança até com o satanás. Esse não era o caso.

Os coronéis do Sertão é que continuavam casando e batizando nos grotões. Os mais notórios eram Chico Herálcio, em Limoeiro, Veremundo Soares, em Salgueiro, Zé Abílio, em Bom Conselho de Papacaça, e o Coronel Quelé, patriarca dos Coelho em Petrolina e adjacências. Os votos dos coronéis e seus afilhados seriam muito bem recebidos por Agamenon.

A campanha se embalava ao ritmo do frevo “Na hora H, Agamenon”, do maestro Nelson Ferreira. Quando a orquestra tocava, a poeira levantava, os eleitores sacudiam o esqueleto como se fosse o frevo “Vassourinhas”.

Um belo dia, aliás, uma bela noite, o escritor Nilo Pereira foi chamado à residência de Agamenon na Rua da Amizade. O que será? Pensou Nilo com suas abotoaduras. Lá se foi o gentil homem na companhia do futuro deputado Heráclio do Rego (da dinastia do Coronel Chico Heráclio). Afloraram no recinto. Agamenon foi direto ao assunto: ofereceu a Nilo de mão beijada um mandato de deputado estadual. Mas, com que voto? Estranhou o cronista, ele cujas bases eleitorais se limitavam à família e aos vizinhos do sobrado azul onde morava na Rua Bispo

Cardoso Ayres. “Isso é comigo”, serenou o sertanejo. Já estavam reservados para o futuro deputado uns roçados eleitorais nos territórios de Petrolina, sob as ordens do patriarca o Coronel Quelé, pai do futuro deputado, governador e senador Nilo Coelho. Para completar a boa safra eleitoral, o congregado mariano conta ter recebido o voto abençoado de Dom Miguel de Lima Valverde, venerando arcebispo de Olinda e Recife nos tempos do Congresso Eucarístico em 1939.

A mesa posta na hora do café, Agamenon desenhou o destino de Nilo Pereira como líder do Governo na Assembléia Legislativa. Formaria dupla com o vice-líder Elpidio Branco. Metódio Godoy, o ex “Interventor do Sertão”, completaria o trio agamenônico.

A vida é um fator local, já dizia Shakespeare, mas a política nacional influi nos destinos locais, sem dúvida. Naquele ano de 1950 os brasileiros estavam votando nas eleições estaduais e também para presidente da República. Getúlio Vargas é o candidato do PTB, Cristiano Machado do PSD e o Brigadeiro Eduardo Gomes da UDN. Fiel ao PSD nacional, o PSD de Pernambuco apóia Cristiano Machado, apesar de ele ter sido “cristianizado”, como se dizia na época, pelos aliados, o que significa ter sido fritado.

Apoiado em coligação pelo PTB nacional, Vargas retribui o voto dos aliados recomendando a candidatura do udenista João Cleofas em Pernambuco, em detrimento do seu ex-ministro Agamenon. Participou de comício no Parque 13 de Maio e pediu voto para Cleofas. O apoio fazia parte de um esquema partidário, o que se confirmou depois do resultado eleitoral quando Vargas assumiu a Presidência da República e Cleofas foi nomeado ministro da Agricultura.

A POEIRA LEVANTOU

Do Sertão ao litoral, as pedras cantaram, os mandacarus verdejaram e as poeiras levantaram e as urnas falaram nas eleições do dia 3 de outubro de 1950.

As urnas começaram a cantar a vitória de Cleofas nos redutos de classe média do Recife e Olinda. Mas, os votos da “poeira” a que se referia o homem do mandacaru – nos bairros pobres da Capital, de Jaboatão, Olinda e Paulista — equilibraram a disputa.

Ainda assim Agamenon perdeu para Cleofas no Recife: 39.467 contra 42.567 votos. Em Olinda Agamenon venceu por 4.083 contra 3.859 de Cleofas.

A “poeira” cantou no Interior ao som do frevo de Nelson Ferreira. “Na hora H” foram 157.413 para Agamenon e 144.290 para Cleofas no Interior.

No frigor dos votos, temos o seguinte resultado em todo o Estado:

Agamenon Magalhães (PSD) 196.880 votos – João Cleofas de Oliveira (PSD) 186.757 votos.

Convém fazer uma ressalva. No frigor dos ovos pela segunda vez, Cleofas ganhou e Agamenon perdeu a eleição. É de Vera. Os dois haviam sido candidatos a governador e a deputado federal, nos conformes do Código Eleitoral da época, elaborado por Agamenon na transição do Estado Novo para a Redemocratização de 1945. Cleofas conseguiu eleger-se deputado e Agamenon, de olho fixo no mandato de governador, obteve pouco mais de 3 mil votos para a Câmara Federal. Seu reino era no Palácio das Princesas.

ELES DISSERAM ADEUS

Depois de manter equidistância nas disputas internas do PSD, o governador Barbosa Lima Sobrinho adotou um comportamento de magistrado no decorrer da campanha eleitoral. Ao contrário do que os pessedistas gostariam que acontecesse, BLS não usou a caneta de governador para acionar a Polícia ou o Fisco contra os adversários nem apaniguar afilhados de campanha.

A posse ocorreu no dia 31 de janeiro de 1951. O clima era de apreensão silenciosa entre o governador cessante, Barbosa Lima, e o governador emergente, Agamenon. Em tom de cavalheirismo para dissipar as expectativas, BLS declarou:

“Sou suficientemente pernambucano para desejar felicidade ao seu governo”.

Agamenon retribuiu com formalidade e sutil ironia:

“Boa viagem, governador!”.

O pernambucano Barbosa Lima Sobrinho voltou a radicar-se no Rio de Janeiro. Ao longo do tempo e nas décadas seguintes atuou como articulista no “Jornal do Brasil” e presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Nos tempos pós-modernos participou ativamente da campanha das diretas-já em 1984 e do “**Impeachment**” do presidente Fernando Collor em 1992. Faleceu em 16 de julho de 2000 com 103 anos de idade, saudado como um dos maiores brasileiros do século.

A VOZ DA POEIRA

O discurso de Agamenon para a multidão que o aplaudia diante dos baobás centenários da Praça da República foi uma reafirmação das suas propostas de governo popular. O governante vitorioso tinha instrumento em mãos para a retomada do programa de governo adotado em sua gestão como Interventor, de 1937 a 1945, dessa vez ajustado a um cenário de Estado de Direito democrático.

“Aqui está, povo, o governador que escolheste, o governador que é do povo e só do povo. Quando a sorte das urnas parecia incerta, foi a “poeira” do Recife que sofre, o povo que vive nos córregos e alagados, o povo que tinha confiança e esperança num homem, foi ele que proclamou a Pernambuco e ao Brasil a minha vitória e a sua vitória”.

“O meu governo será o governo dos humildes, dos que precisam de segurança e justiça. Quem precisar, quem se sentir oprimido, pode bater a estas portas que será atendido”.

No final, uma alfinetada no governo cessante: “Ou reformamos os serviços públicos para atender aos reclamos do Estado ou esta casa não seria de um governador do povo, mas de um homem insensível, de um cético, de um indiferente, quando o homem que vos fala tem crença no povo e tem crença em si mesmo”.

E vamos trabalhar para reconstruir Pernambuco, era a palavra de ordem. O secretariado foi montado com nomes do PSD e na busca de serenar os ânimos partidários. Para prefeito do Recife foi escolhido o livreiro Antônio Alves Pereira. Os nomes dos secretários foram os seguintes: Orlando Moraes, Governo; Interior e Justiça, José Joaquim de Almeida; Saúde e Assistência Social, Orlando Parahym; Agricultura, Indústria e Comércio, Manuel Gomes Maranhão; Viação e Obras Públicas, Gercino Malagueta de Pontes (remanescente da equipe de Barbosa Lima Sobrinho, Gercino teve como sucessor Armando Monteiro Filho); Fazenda, Irineu de Pontes; Educação e Cultura, João Arruda Marinho; Segurança Pública, coronel Roberto Pessoa.

O PSD precisava fazer composições na Assembléia Legislativa para dar maioria ao governo. Aconteceu episódio na Assembléia Legislativa que ficou famoso como tipicamente agamenônico.

Representantes da UDN por delegação de Cleofas, os irmãos Cid e Lael Sampaio foram recebidos em Palácio para tratar da eleição na Mesa Diretora da Assembléia. A presidência foi descartada, por estar reservada ao PSD governista. Três lugares estavam reservados para a UDN. Aceita, não aceita, Cid e Lael ficaram de voltar no dia seguinte com os três nomes. Nesse meio tempo, Agamenon entrou em confabulações com o PTB e fechou a chapa, bem ao agrado do governador. Lá estavam no dia seguinte “El” Cid e Lael com os nomes dos três udenistas. Agamenon fez-se de desentendido: que nomes? Da Mesa Diretora, responderam. O governador não se fez de rogado: “A Mesa já está fechada. Fiz um acordo melhor com o PTB”. E agora, o que dizer a Cleofas? Agamenon falou com a maior sem cerimônia:

“Diga que eu trai”.

A MÍSTICA DA ESTRADA

Assim como nos tempos da Interventoria houve a mística do combate ao mocambo, o governo que começava em 1951 criou uma mística da pavimentação, ou mística da estrada. A paisagem nordestina e pernambucana da década de 1950 era dos “caminhos de burro”. Os sertanejos caminhavam léguas e léguas nos lombos de burros e de cavalos, transportando víveres ou transportando a si mesmos.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte, como dizia Euclides da Cunha, mas nesse caso os burros e os cavalos que transportavam nossos viventes eram ainda mais fortes.

Os “caminhos de burro”, ou estradas de barro, ilustram as condições de atraso das rodovias naquele tempo. O Departamento de Estradas e Rodagem (DER), criado em 1946, mereceu prioridade no governo de Agamenon para cumprir a chamada “Batalha da Pavimentação”.

O líder do governo na Assembléia Legislativa, deputado-cronista Nilo Pereira, e o líder de si mesmo, como se intitula, Andrade Lima Filho, memorialista do “China Gordo”, referem-se em seus livros ao projeto agamenônico de pavimentação de estradas no início de 1951. O projeto consistia em pavimentar os principais troncos rodoviários. Agamenon queria levar o Recife ao Sertão e trazer o Sertão ao Recife. Na profecia de Antônio Conselheiro, “o Sertão vai virar mar, o mar vai virar Sertão”. Só não prometia “rios de leite e montanhas de cuscuz”. Andrade Lima o compara a um visionário com “alma de bandeirante”, que “rasgava horizontes e recuava meridianos do Estado” para ultrapassar “nossas Tordesilhas agrárias”.

O congregado mariano Nilo Pereira tinha a missão de ir além dos horizontes espirituais da “**Rerum Novarum**” para entender o caminho das pedras na engenharia. Depois de lidar com as palavras feito o poeta Drummond, o líder Nilo Pereira botou o pé na estrada pavimentada para lidar com topografias e altitudes, meridianos e latitudes. Agamenon descrevia os horizontes das estradas e na hora H, na Assembléia Legislativa, Nilo regulava seus ponteiros antes e depois dos meridianos governistas.

O Palácio do Campo das Princesas funcionava como o meridiano de Greenwich de Pernambuco.

O florescimento econômico do Sertão foi outra mística criada no Governo de Agamenon. O secretário de Agricultura, Apolônio Sales, elaborou plano de recuperação econômica tendo como base a criação de cooperativas e sementeiras, açudagem, postos de monta e estímulo à pecuária. O cultivo do algodão, mamona, caroá e milho eram as bases para o fortalecimento da agroindústria.

Os sonhos agamenônicos convidavam a população a sonhar junto com ele.

SOMOS TODOS MORTAIS

A dimensão política e intelectual de Agamenon Magalhães e mais sua trajetória vitoriosa como Interventor, ministro do Trabalho e ministro da Justiça, governador eleito e expoente nacional do PSD, todos esses fatores o credenciavam como uma das lideranças mais qualificadas do País para disputar a Presidência da República na sucessão de Getúlio Vargas. A ciência da vida e da política ensina, contudo, que o “se” histórico não existe.

Político jovem no outono da Velha República, ele projetou-se no Estado Novo, durante e além da primavera da Redemocratização.

No fatídico 24 de agosto de 1952, Agamenon esteve à noite no Aeroporto dos Guararapes para recepcionar D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, a filha do presidente Getúlio que vinha da Europa a caminho do Rio de Janeiro e fizeram escala no Recife. Cumpriu as formalidades de praxe e não havia sinais de doença. Por essa época Agamenon havia feito uma bateria de exames e os resultados apresentaram-se normais. Andrade Lima e Nilo Pereira contam que ele comentava com otimismo: “Vou aos oitenta”.

Também há testemunhos sobre pressentimentos sombrios.

O ex-prefeito de Serra Talhada, Luiz Lorena, revela uma inconfiância em depoimento sobre contrerrâneos ilustres. Depois de participar de comício na sua cidade natal, Agamenon viajava de volta ao Recife em automóvel junto com o coronel Cornélio Soares, Dr. Barros Barreto, Antônio Conrado e Luiz Lorena. Em algum momento comenta: “O período do meu governo é o período de minha morte.” Os companheiros de viagem tentaram dissuadi-lo contra os maus presságios e ele argumentou: os cálculos das seguradoras eram feitos pela média de vida dos ancestrais. E concluiu: “Eu estou no limite”. Falando sobre “Velhos e Grandes Sertanejos”, Luís Wilson relata que em 1951, durante solenidade na Rádio Patrulha no Recife, cuja sede funcionava na Rua do Imperador, o governador sentiu um mal estar e foi amparado por um amigo ao descer escada. (Inaugurada pelo governador Barbosa Lima em 1949, a Rádio Patrulha pertencia à Polícia Civil e foi transferida na ocasião para a Polícia Militar por Agamenon Magalhães. Nomeado por Agamenon, o coronel Roberto Pessoa acumulava os cargos de secretário de Segurança Pública e Comandante Geral da PM, em substituição ao bacharel João Roma no Governo de Barbosa Lima).

Naquele tempo os recursos da medicina não eram tão avançados. Em qualquer hipótese, existem os imponderáveis da vida.

O sertanejo que nasceu sob o signo do mandacaru, não tinha medo de guerra nem de assombração, morreu de enfarte no coração, à noite de 24 de agosto de 1952, com 58 luas de vida na cabeça.

As seguintes palavras agamenônicas foram escritas na estação da Quaresma ao refletir sobre homilia de Dom Miguel de Lima Valverde:

“Todas as leis podem ser fraudadas pela ambição do homem ou pela sua incompreensão. O que o homem não poderá, entretanto, fazer nunca, é enganar a Deus e a si mesmo. O homem é um ser moral, por mais brutos ou ignorantes que sejam. Há momentos, nas suas horas de recolhimento ou nos minutos em que se voltar para a razão e para a consciência, em que ele se sentirá mal indigno diante do pecado. Todas as arrogâncias, todas as maldades, como todas as filosofias hão de esbarrar diante da morte”.

“O homem é mortal, eis tudo. Eis o limite do seu poder”.

Os restos mortais de Agamenon e de D. Antonieta repousam num mausoléu no cemitério de Santo Amaro. “Actio Onis – Lex – Virtus – História — Ação do homem – A lei – A força das virtudes” – dizem as inscrições em Latim no cimento e granito.

Reproduzida de *O China Gordo*



Dona Antonieta, padre José Bezerra, cônego Olimpio de Melo e Agamenon;
em pé, os filhos Letícia, Paulo Germano e Maria do Carmo.

Reproduzida de *O China Gordo*



Na hora H, as mulheres das Vilas Operárias recebiam máquinas de costura.

Reproduzida de *O China Gordo*



Forró em Paulo Afonso rende votos na safra eleitoral.



Agamenon numa charge de época: em *O China Gordo*.

Reproduzida de *O China Gordo*



Bodas de prata de Agamenon e Da. Antonieta, com Dom Miguel Valverde, em 16 de julho de 1944.

Reproduzida de *O China Gordo*



Jantar em Petrolina, na casa do coronel Quelé. No centro, o governador da Bahia, Lauro Farani.

Reproduzida de *O China Gordo*



Agamenon, 1918, deputado estadual.

Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano



O homem é um animal político que ri.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Agamenon Magalhães – Idéias e Lutas – Editora Raiz – Fundarpe, 1985

Perfis Parlamentares – Agamenon Magalhães – edição da Câmara dos Deputados, 1983

China Gordo – Agamenon Magalhães e sua época — Editora Universitária, Recife, 1976

Pernambuco de Agamenon Magalhães – Dulce Chaves Pandolfi, Editora Massangana, 1984

Agamenon Magalhães – Uma evocação Pessoal – Nilo Pereira, Gráfica Editorial Norte-Brasileiro Ltda./Secretaria do Governo do Estado de Pernambuco, março de 1973

Pernambuco: A geografia do voto – Rodolfo Araújo de M. Filho, Editora Comunicarte, 1986

Personagens de Serra Talhada – Luis Lorena, edição do autor, 1976

Poder e voto – Luta política em Pernambuco – Antônio Lavareda e Constança Sá, Editora Massangana, 1986

O Estado e a realidade brasileira — Agamenon Magalhães, Diário da Manhã, 1933

Velhos e grandes sertanejos – Luís Wilson, edição do autor, 1982

DEPOIMENTOS ORAIS:

Dr. Roberto Magalhães Melo, advogado e político

Dr. João Corte Magalhães, juiz aposentado e memorialista

Dr. Braz Magalhães, advogado e servidor público

DADOS BIOGRÁFICOS DO AUTOR

José Adalberto Ribeiro, 52 anos, é colunista político da revista semanal *Brasília em Dia*. Exerceu o cargo de assessor de Imprensa da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, no período de 1987 a 1992.

Funcionário de carreira do Banco do Brasil, exerceu a função de assessor de imprensa da Superintendência Estadual do banco, em Pernambuco, de 1979 até 1996.

Atuou como redator, de 1974 a 1979, e como titular da Coluna Política do *Diário de Pernambuco*, de 1979 até 1995.

No período de 1997 até 2000, ocupou o cargo de diretor de imprensa da Prefeitura da Cidade do Recife. Atualmente, exerce a assessoria de imprensa da 1ª Secretaria da Câmara Municipal do Recife. É comentarista político na programação da rádio AM Jovem Cap.